



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXV SUP. A AO Nº 157, QUARTA-FEIRA, 4 DE NOVEMBRO DE 2020

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF



## COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)**

Presidente

**Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)**

1º Vice-Presidente

**Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)**

2º Vice-Presidente

**Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)**

1º Secretário

**Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)**

2º Secretário

**Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ)**

3º Secretário

**Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)**

4º Secretário

---

### SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

**Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho**  
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Roberta Lys de Moura Rochaël**  
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

**Patricia Gomes de Carvalho Carneiro**  
Coordenadora de Elaboração de Diários

**Mardem José de Oliveira Júnior**  
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

**Ilana Trombka**  
Diretora-Geral do Senado Federal

**Quesia de Farias Cunha**  
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

**Alessandro Pereira de Albuquerque**  
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

---

### 1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

#### 1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de outubro de 2020 ..... 4

#### 1.2 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de setembro de 2020 ..... 60

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de setembro de 2020 ..... 102

#### 1.3 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de outubro de 2020 ..... 141





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2020, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dezesseis horas e trinta e seis minutos do dia dezenove de outubro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Romário e Zenaide Maia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Humberto Costa, Nelsinho Trad, Leila Barros, Mara Gabrilli, Jayme Campos, Eduardo Gomes, Maria do Carmo Alves, Irajá, Marcelo Castro, Flávio Arns, Soraya Thronicke, Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Carlos Viana, Mecias de Jesus, Eduardo Girão, Fernando Bezerra Coelho, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Flávio Bolsonaro, Diego Tavares, Marcos Rogério, Rodrigo Pacheco, Izalci Lucas e Acir Gurgacz. Deixam de comparecer os Senadores Rogério Carvalho, Styvenson Valentim, Weverton, Jorge Kajuru, Renan Calheiros e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta:

**Indicação de Autoridades. ITEM 1 - Mensagem (SF) nº 51, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 10 e o art. 11, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o nome do Senhor ANTÔNIO BARRA TORRES, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, em vaga decorrente do término do mandato de William Dib." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável à escolha do Senhor Antonio Barra Torres, indicado para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, com 14 votos favoráveis e 3 contrários.

**ITEM 2 - Mensagem (SF) nº 56, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 10, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o nome do Senhor ALEX MACHADO CAMPOS, para exercer cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, em vaga decorrente do término do mandato de Fernando Mendes Garcia Neto." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Lucas Barreto. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável à escolha do Senhor Alex Machado Campos, indicado para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, com 16 votos favoráveis e 1 contrário.

**ITEM 3 - Mensagem (SF) nº 60, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 10, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o nome da Senhora MEIRUZE SOUSA FREITAS, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, em vaga decorrente do término do mandato de Renato Alencar Porto." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável à escolha da Senhora Meiruze Sousa Freitas, indicada para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, com 16 votos favoráveis e 1 contrário.

**ITEM 4 - Mensagem (SF) nº 65, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

consideração do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 10, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o nome da Senhora CRISTIANE ROSE JOURDAN GOMES, para exercer, pelo prazo remanescente do mandato, o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA na vaga decorrente da indicação do Senhor Antônio Barra Torres para o cargo de Diretor-Presidente." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável à escolha da Senhora Cristiane Rose Jourdan Gomes, indicada para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, com 15 votos favoráveis e 2 contrários. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e vinte e dois minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Romário**

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/10/19>

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Informo que a reunião tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão Alô Senado, através do telefone 0800-612211, e e-Cidadania, por meio do portal [www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania), que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos indicados via internet.

Informo que a presente reunião destina-se à leitura dos relatórios das Mensagens nºs 51, 56, 60 e 65, de 2020, e à arguição e votação do Sr. Antonio Barra Torres para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Anvisa, do Sr. Alex Machado Campos, da Sra. Meiruze Sousa Freitas e da Sra. Cristiane Rose Jourdan Gomes para exercerem o cargo de Diretores da Anvisa.

Os relatórios das mensagens constantes da pauta foram apresentados à Comissão e divulgados pelo Portal do Senado Federal. Assim, ficou concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, inciso II, do Regimento Interno, combinado com o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

A reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores, por sistema de videoconferência, para a leitura e o debate dos relatórios. Entretanto, a votação será obrigatoriamente presencial, por meio de dois pontos de votação secreta *drive-thru* instalados na entrada da garagem coberta e de três pontos de votação secreta na Ala Senador Alexandre Costa, sendo dois pontos em frente ao Plenário nº 3 e um dentro do Plenário nº 3.

Para melhor organização da reunião, inicialmente os Senadores Relatores farão as leituras dos respectivos relatórios e, em seguida, será concedida a palavra aos indicados para suas exposições iniciais. Por fim, será aberta a fase de arguição. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores inscritos poderão usar da



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

palavra por até cinco minutos cada, assegurado ao interpelado igual prazo para respostas e facultadas as réplicas e tréplicas por três minutos.

O acesso à sala de reunião estará restrito às Sras. e aos Srs. Senadores, às autoridades a serem sabatinadas e aos servidores diretamente envolvidos na reunião no estrito exercício de suas atribuições.

As regras e os procedimentos para a reunião foram definidos para fins de prevenção da transmissão da Covid-19 no âmbito do Senado Federal e, no que couber, estão de acordo com os Atos da Comissão Diretora nºs 7 e 9, de 2020; com os Atos do Presidente nºs 2, 3, 4 e 6, de 2020; com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020; e com o Ato da Diretoria-Geral nº 4, de 2020.

Gostaria de passar a Presidência à Senadora Zenaide para que eu possa fazer a leitura do relatório, por favor.

**A SRA. PRESIDENTE** (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Item 1.

**ITEM 1****MENSAGEM (SF) Nº 51, DE 2020****- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 10 e o art. 11, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o nome do Senhor ANTÔNIO BARRA TORRES, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, em vaga decorrente do término do mandato de William Dib.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Romário

**Relatório:** Pronto para deliberação.

**Observações:**

*Após a arguição do indicado, a votação do Relatório realizar-se-á por escrutínio secreto, nos termos do Art. 383, VI, do Regimento Interno do Senado Federal.*

Concedo a palavra ao Senador Romário para leitura do relatório.

**O SR. ROMÁRIO** (PODEMOS - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Senadora.







## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

Com base na Constituição Federal e em consonância com a Lei nº 9.782, o Presidente da República submete, por meio da Mensagem (SF) nº 51, de 2020 (Mensagem nº 7, de 2020, na origem), à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Sr. Antonio Barra Torres para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O Sr. Barra Torres é formado em Medicina pela Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, no Rio de Janeiro, e cumpriu programa de residência médica em cirurgia vascular no Hospital Naval Marcílio Dias. Coursou pós-graduação em gestão em saúde no Instituto Coppead, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Iniciou sua carreira militar em 1987, na Marinha do Brasil, como Guarda-Marinha, progredindo até o posto de Contra-Almirante, em 2015. Nessa Força Armada, atuou tanto na assistência à saúde como em funções administrativas, em que se destacam a direção de alguns serviços de saúde militares, como o Centro de Perícias Médicas da Marinha e o Centro Médico Assistencial da Marinha. Foi transferido para a reserva a pedido, conforme publicação no *Diário Oficial da União*, em 20 de fevereiro de 2019.

O indicado registra a realização de cursos, como os de toxicologia e dos idiomas espanhol e inglês, além de outros relacionados à carreira naval (Curso Superior para Oficiais, Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores, Curso Especial de Administração para Diretores e Vice-Diretores e Curso de Política e Estratégia Marítimas). Enumera também as várias condecorações recebidas como militar, além de ter sido agraciado com o Prêmio de Qualidade em Gestão - Rio de Janeiro PQ-Rio, do Núcleo de Qualidade e Excelência em Gestão do Estado do Rio de Janeiro, na categoria “Medalha Ouro”, para os ciclos 2016/2017 e 2018.

Ainda cita cursos ministrados, como o de “Noções Básicas de Anatomia e Introdução à Técnica Cirúrgica”, em 1985, e palestras proferidas, como a intitulada “O incidente do Césio 137 em Goiânia”, em 2019.

Desde julho de 2019, o Sr. Antonio Barra Torres exerce o mandato de Diretor da Anvisa e foi nomeado como Diretor-Presidente Substituto da Agência em dezembro daquele mesmo ano.

Assim, a documentação descrita apresenta as atividades profissionais exercidas pelo indicado, visando atender ao disposto no item 1, alínea “a”, inciso I, do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Para satisfazer o item 2, alínea “a”, inciso I, do art. 383, do Senado, o indicado lista publicações em que figura como autor, porém não são fornecidas apropriadamente as referências bibliográficas que permitam sua recuperação. São as seguintes: “Fontes energéticas alternativas” (1980); “Vascularização do colédoco nos transplantes hepáticos” (1985); “Vascularização do colédoco nos transplantes hepáticos – estudos preliminares sobre sua importância” (1986); “A Estação Antártica Comandante Ferraz” (1999);





**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

“A logística de saúde dos navios da esquadra e os novos desafios da Marinha do Brasil: a experiência da Unifil Maritime Task-Force” (2012).

Para satisfazer as exigências descritas na alínea "b", inciso I, do art. 383 do Risf, o indicado apresentou as seguintes declarações:

I. não ter parentes seus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional;

II. não ter participado, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais;

III. ter regularidade fiscal perante as três esferas de Governo, com certidões negativas (ou positivas com efeito de negativas) comprobatórias dessa situação em anexo;

IV. inexistirem ações judiciais, cíveis ou criminais, nas quais figure como autor ou réu, conforme certidão negativa anexada, emitida em 9 de janeiro de 2020 pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios;

V. não ter participado, nos últimos cinco anos, em júízos e tribunais ou em conselhos de administração de empresas estatais;

VI. sobre a atuação em funções de direção de agências reguladoras, declara ter exercido a posição de Diretor da Anvisa de 5 de agosto de 2019 até 19 de dezembro, data em que assumiu o cargo de Diretor-Presidente Substituto da Agência, onde permanece até os dias de hoje.

Finalmente, para demonstrar que possui experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de Diretor-Presidente da Anvisa, em obediência ao disposto na alínea "c" do inciso I do art. 383 do Risf, o indicado encaminhou argumentação escrita na qual relata episódios relacionados com sua atuação no mandato de Diretor da Agência – como o primeiro acordo internacional de reciprocidade regulatória firmado entre o Brasil e a Suíça –, prometendo se dedicar inteiramente à função agora postulada, pelo “bem do Brasil”.

A partir dos elementos apresentados, entendemos que esta Comissão tem condições de deliberar sobre a indicação do nome do Sr. Antonio Barra Torres para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, na vaga decorrente do término do mandato do Sr. William Dib.

Esse é o relatório, Senadora Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada, Senador.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já devolvo a Presidência ao Senador Romário.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) –

## ITEM 2

## MENSAGEM (SF) Nº 56, DE 2020

- Não terminativo -

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 10, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o nome do Senhor ALEX MACHADO CAMPOS, para exercer cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, em vaga decorrente do término do mandato de Fernando Mendes Garcia Neto.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Lucas Barreto

**Relatório:** Pronto para deliberação.

**Observações:**

*Após a arguição do indicado, a votação do Relatório realizar-se-á por escrutínio secreto, nos termos do Art. 383, VI, do Regimento Interno do Senado Federal.*

Concedo a palavra ao meu amigo, Senador Lucas Barreto, para a leitura do relatório.

**O SR. LUCAS BARRETO** (PSD - AP. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadoras, com base no art. 52, inciso III, da alínea "f", da Constituição Federal, e em consonância com o disposto no art. 10, parágrafo único, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, o Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal, por meio da Mensagem (SF) de nº 56, de 2020 (Mensagem nº 225, de 2020, na origem), o nome do Senhor Alex Machado Campos para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), na vaga decorrente do término de mandato do Sr. Fernando Mendes Garcia Neto.

Juntamente com a referida mensagem, foram encaminhados o *curriculum vitae* do indicado, bem como declarações e certidões expedidas por órgãos públicos.

O memorial recebido aponta que a indicado é graduado em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco, com especializações em Direito Administrativo, pela Universidade Federal de Pernambuco,





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

e em Instituições e Processos Políticos do Legislativo, pelo Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (Cefor), instituição onde também obteve o título de Mestre em Poder Legislativo (2015). E atualmente, faz parte do corpo docente do Cefor. Ingressou como servidor efetivo da Câmara dos Deputados em 2011, onde já atuava desde 2003. Desenvolveu, naquela Casa Legislativa, atividades de assessoria jurídica e de apoio à atividade legislativa.

É advogado com mais de 12 anos de experiência profissional, exercendo a advocacia liberal notadamente junto aos tribunais superiores. Constituiu banca – Advocacia Peres, Campos e Ávila –, em Brasília, em 2010, da qual providenciará o seu afastamento imediato, caso seja nomeado para a diretoria da Anvisa.

Além de ter tido experiências profissionais nos Poderes Executivos Estadual e Municipal em São Paulo e, especialmente, em Pernambuco, foi chefe de gabinete do Ministro da Saúde, em 2019, e, posteriormente, diretor de programa, no mesmo gabinete, com atuação em assuntos regulatórios que envolvem a pasta. Também, foi diretor do Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa do Ministério da Saúde.

Também é membro dos Conselhos de Administração da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás) e do Grupo Hospitalar Conceição, dos quais providenciará o seu afastamento, caso seja nomeado para a Diretoria da Anvisa.

Para satisfazer ao item 2 da alínea "a" do inciso I do art. 383 do Risf, o *curriculum* do indicado lista três publicações em que figura como autor.

Outrossim, para atender às exigências descritas nos itens da alínea "b" do inciso I do art. 383 do Risf, S.Sa. apresentou as declarações pertinentes.

Por fim, para demonstrar que possui experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de Diretor da Anvisa, em obediência ao disposto na alínea "c" do inciso I do art. 383 do Risf, encaminhou argumentação escrita na qual faz um relato de sua trajetória pessoal e profissional, com ênfase na experiência de trabalho acumulada em três diferentes áreas: acadêmica; administrativa, nos âmbitos dos Poderes Executivo e Legislativo, especialmente no Ministério da Saúde; e na advocacia liberal.

Destaca, ainda, a contribuição que essa diversificada atuação profissional poderá proporcionar à Anvisa, tanto na esfera da regulação sanitária, quanto nos domínios da regulação econômica, seja em aspectos concretos da aplicação da técnica legislativa na redação de normas sanitárias, seja, em termos mais amplos e abstratos, na inserção adequada dessas normas infralegais no ordenamento jurídico pátrio.

Outrossim, o indicado ressalta possuir uma junção entre conhecimento jurídico e o exercício permanente da prudência, característica adquirida no decorrer de sua trajetória pessoal e profissional, o





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que poderá ser aportado para servir de guia e para qualificar os processos decisórios da Anvisa, na busca de soluções melhores e mais equilibradas para os problemas sanitários do País.

A partir dos elementos apresentados, entendemos que esta Comissão tem condições de deliberar sobre a indicação do nome do Sr. Alex Machado Campos para exercer o cargo de Diretor da Anvisa.

É o parecer favorável, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador.

## ITEM 3

## MENSAGEM (SF) Nº 60, DE 2020

- Não terminativo -

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 10, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o nome da Senhora MEIRUZE SOUSA FREITAS, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, em vaga decorrente do término do mandato de Renato Alencar Porto.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Eduardo Gomes

**Relatório:** Pronto para deliberação.

**Observações:**

*Após a arguição da indicada, a votação do Relatório realizar-se-á por escrutínio secreto, nos termos do Art. 383, VI, do Regimento Interno do Senado Federal.*

Concedo a palavra ao Senador e amigo Eduardo Gomes, para a leitura do relatório.

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Como Relator.) – Exmo. Sr. Senador Romário, Presidente desta Comissão, na pessoa de quem cumprimento todos os nossos colegas Senadores, colegas Senadoras para esta concorrida reunião da CAS. Quero cumprimentar também todos os senhores e senhoras sabatinados, do nosso conhecimento, com relevante competência para esta reunião de hoje.

Sr. Presidente, apenas para, antes de ler o relatório, solicitar a V. Exa., se possível, que, assim que terminarmos os relatórios, fosse aberto o painel, já que são três votos, assim como foi feito pela manhã, uma iniciativa importante. Se V. Exa. puder deliberar, gostaria de fazer esse pedido.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E passo direto, Sr. Presidente, à leitura do relatório da indicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Senador, eu não ouvi. Eu não entendi direito o pedido. Pode repetir por favor?

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, é que, pela manhã, como eram muitos indicados e são três votos, à medida que ocorria a sabatina, foi liberada o painel para a votação presencial.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Entendi.

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – O.k.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras e sabatinados, o Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal, por meio da Mensagem nº 60, de 2020, o nome da Sra. Meiruze Sousa Freitas para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Renato Alencar Porto.

Juntamente com a referida mensagem, foram encaminhados o currículo da indicada, bem como as declarações e as certidões expedidas por órgãos públicos.

O memorial recebido aponta que a indicada é graduada em Farmácia, com habilitação em Análises Clínicas, pela Universidade Federal de Minas Gerais, instituição onde também realizou o Aperfeiçoamento em Análises Clínicas. É especialista em Tecnologia Farmacêutica pela Universidade Federal Fluminense. Trabalhou, inicialmente, no setor privado, onde desempenhou as funções de responsável técnica de farmácia e de gerente de laboratório de análises clínicas. Tornou-se servidora pública estadual em 2003, mediante concurso público para o cargo de farmacêutica-bioquímica.

Desde março de 2007, integra o corpo técnico da Anvisa, após ter sido aprovada em concurso público para o cargo de Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária, tendo assumido diversos postos de chefia na área de vigilância sanitária e de medicamentos. Ocupa o cargo de Diretora Substituta, na Quarta Diretoria da Anvisa, desde abril de 2020.

A documentação cumpre o propósito de apresentar as atividades profissionais exercidas pela indicada, visando a atender ao dispositivo do Regimento Interno do Senado Federal.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, para demonstrar que possui experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de Diretora da Anvisa, a indicada encaminhou argumentação escrita, na qual faz um relato de sua trajetória profissional, com ênfase no período de 13 anos em que atua na Anvisa, dando destaque para projetos e ações que resultaram: na melhoria do acesso aos medicamentos pela população, em especial para doenças raras; redução de prazos e de filas de espera em diversas áreas da agência; e proposição e direcionamento para adoção, no Brasil, da classificação de agrotóxicos conforme o padrão internacional.

A indicada afirma ter atuado, também, em prol do fortalecimento da Anvisa no cenário internacional, como autoridade sanitária de referência, e na promoção de ações que refletem diretamente na melhoria da percepção internacional quanto à confiança nos produtos nacionais regulados pela agência.

Destaca, ainda, ações que ocorreram sob o seu direcionamento, voltadas para a implementação, no sistema nacional de vigilância sanitária, de metodologia de avaliação de risco dos estabelecimentos de saúde: a adoção de medidas para aumentar o acesso a produtos estratégicos, tais como a ampliação da produção nacional de ventiladores pulmonares e o controle pós-mercado; o programa de monitoramento da qualidade dos *kits* para diagnóstico da Covid-19; e o monitoramento da importação, produção e distribuição dos medicamentos usados na intubação.

A partir dos elementos apresentados, entendemos que esta Comissão tem condições de deliberar sobre a indicação do nome da Sra. Meiruze Sousa Freitas para exercer o cargo de Diretora da Anvisa.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador.

**ITEM 4****MENSAGEM (SF) Nº 65, DE 2020****- Não terminativo -**

*Submete à consideração do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 10, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o nome da Senhora CRISTIANE ROSE JOURDAN GOMES, para exercer, pelo prazo remanescente do mandato, o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA na vaga decorrente da indicação do Senhor Antônio Barra Torres para o cargo de Diretor-Presidente.*

**Autoria:** Presidência da República



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**Relatório:** Pronto para deliberação.

**Observações:** *Após a arguição da indicada, a votação do Relatório realizar-se-á por escrutínio secreto, nos termos do Art. 383, VI, do Regimento Interno do Senado Federal.*

Relatoria, Senador Eduardo Girão.

Concedo a palavra ao meu amigo, Senador Eduardo Girão, para a leitura do relatório.

**O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Como Relator.)** – Paz e bem, Senador Presidente desta reunião, Senador Romário, um homem extremamente sensível às causas humanas e que aprendi a admirar a cada dia.

Eu peço licença para tirar a máscara aqui para fazer a leitura.

Cumprimentando os meus colegas – quanta saudade de todos aqui –, nesse recomeço, e também os sabatinados que estão aqui – sejam muito bem-vindos a esta Casa.

Eu tenho a honra e a alegria de fazer aqui a leitura do relatório da nossa Dra. Cristiane Rose Jourdan Gomes.

Eu queria pedir licença para fazer um resumo do relatório, para ler aqui o resumo, para a gente ter uma agilidade maior na deliberação.

Então, com base no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 10 da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências, o Presidente da República, mediante a Mensagem nº 65, de 2020 – Mensagem 569, de 2020, na origem –, submete à consideração dos membros do Senado Federal o nome da Sra. Cristiane Rose Jourdan Gomes, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), pelo prazo remanescente do mandato, na vaga decorrente da indicação do Senhor Antônio Barra Torres para o cargo de Diretor-Presidente – fazendo aqui uma breve pausa para cumprimentar o Presidente da Anvisa, Dr. Antonio Barra Torres, Diretor, que tem feito um grande trabalho à frente dessa instituição, cada vez mais respeitada nos cenários nacional e internacional.

Anexados à mensagem encontram-se o *curriculum vitae* e a argumentação escrita da indicada, além de cópias de documentos.

O *curriculum* da indicada informa que ela é médica, graduada em 1985 pela Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, com especialização em Endocrinologia obtida em 1991, e é bacharel em Direito, tendo-se graduado em 2004 pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.





**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Além da vida profissional, o *curriculum* da indicada apresenta mais informações sobre sua formação acadêmica, na qual se destacam os cursos de Master of Business Administration, MBA, em Gestão de Projetos, no ano de 2006; no Instituto de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e Amil Business Administration, na Universidade Corporativa Amil, em 2004.

A documentação enviada cumpre o propósito de apresentar as atividades profissionais da indicada e a relação de publicações de sua autoria, para atender ao disposto nos itens 1 e 2 da alínea “a” do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Em complementação ao *curriculum*, as autoridades indicadas a cargos públicos e sujeitas à aprovação do Senado Federal, na forma do art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, devem apresentar declarações sobre elementos a serem avaliados pelos Senadores, elencados nos cinco itens da alínea “b” do inciso I do art. 383.

A documentação enviada pela indicada para atender a esses requisitos contém declarações, certidões e outros documentos.

Por fim, em cumprimento ao disposto na alínea “c” do inciso I do art. 383, a indicada manifesta, na argumentação escrita, sua convicção de ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade, o que a habilita, sim, para o desempenho do cargo de Diretora da Anvisa.

Assim, tendo em vista a documentação enviada e considerando o histórico pessoal e profissional aqui resumido, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação da Sra. Cristiane Rose Jourdan Gomes para exercer, pelo prazo remanescente do mandato, o cargo de Diretora da Anvisa, na vaga decorrente da indicação do Sr. Antonio Barra Torres para o cargo de Diretor-Presidente.

É isso, Sr. Presidente, Senador Romário.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador.

Concluídas as leituras de relatórios, vamos votar e, depois, eu vou passar a palavra aos quatro indicados aqui, para a exposição, por até cinco minutos cada um.

Vamos abrir a votação, por favor.

Passo a palavra ao indicado, para a sua exposição.

Concedo a palavra ao Sr. Antonio Barra Torres.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ANTONIO BARRA TORRES** (Para expor.) – Sr. Presidente, peço permissão para retirar esta máscara.

Eminente Senador Romário, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, eminentes Senadores, primeiramente, meu agradecimento a Deus, Todo-Poderoso, por ter me dado condições de chegar até aqui; à minha família – à minha esposa, Carmem, e aos meus filhos, Lucas e Ana Clara, que são as chamadas do meu coração, as luzes dos meus olhos –; ao Presidente Jair Messias Bolsonaro, pela indicação do meu nome para tão honroso cargo, que agora é submetido à apreciação de V. Exas.

Possuo quase 34 anos de serviço público federal, assim disposto: após 32 anos de serviço militar, médico, e de gestão na Marinha do Brasil, ao ingressar no quadro de diretores da Anvisa, em agosto de 2019, após a aprovação unânime por esta Comissão de Assuntos Sociais, tive oportunidade de comprovar de *per se* a relevância do trabalho e as peculiaridades dessa superlativa agência nacional. O convívio diário com servidores, gerentes e diretores, revelou-se estimulante e engrandecedor, mercê de um elevado nível de capacitação pessoal e de dedicação à coisa pública.

No campo internacional, foi imensa satisfação e orgulho indisfarçável ver o nome do Brasil pareado aos países do Primeiro Mundo, ombro a ombro, em temas de atividades regulatórias dos mais diversos, por ocasião dos conclaves e congressos correlatos.

Destaco, nesse diapasão, o primeiro Acordo Internacional de Reciprocidade Regulatória, firmado entre o Brasil e a Suíça, através da Anvisa e a Swissmedic, por nós assinado em 29 de outubro de 2019, na cidade de Roma, Itália; a admissão do Brasil como membro gestor do Comitê Internacional de Harmonização, o ICH, em 19 de novembro de 2019; e a vindoura admissão ao Comitê de Inspeções Farmacêuticas (PIC/S), também na categoria máxima, prevista para ainda este ano.

À testa da Quinta Diretoria e nas reuniões de diretoria colegiada, norteiei minha conduta e voto no sentido de proteger a saúde do cidadão. Para tanto, pude contar com a pronta e efetiva colaboração de expertises das mais diversas, representação inequívoca de qualidade superior, marca registrada de nossos recursos humanos.

Mesmo diante de tantos fatores de força, é oportuno lembrar que muitos desafios permanecem. Dentre esses, talvez o maior seja lidar com a contínua redução do número de servidores, o que vem a exigir constantes aprimoramentos na gestão, simplificação de processos e revisão do nosso estoque regulatório.

Nesse contexto, pela segunda vez apresento-me diante desta douta Comissão e submeto-me à sabatina agora para o cargo de Diretor-Presidente.

Quanto ao futuro, prefiro abster-me de promessas outras que não a primeira que fiz: dedicar-me inteiramente ao cargo, pelo bem do Brasil. Para concretizar essa missão, valer-me-ei de sacrifício e firme



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

vontade, valores comuns a qualquer egresso do serviço das armas, acolhimento e atenção para com o semelhante, juramento que fiz em minha profissão médica, indispensáveis a todo profissional de saúde, e, por fim, verdade e transparência aos olhos dos homens e aos olhos de Deus, que há de conceder-me força e descortino no trilhar desta e de outras estradas, se assim o for, no cumprimento de sua vontade.

Sr. Presidente, no pouco tempo que ainda resta no completar dos cinco minutos, deixei por não escrever as ações efetuadas na Anvisa desde dezembro do ano passado, quando nomeado para o cargo de Diretor-Presidente substituto, até a presente data. O que a Anvisa tem entregado nesse período tem sido visto por todos através dos meios de comunicação. Ressalto o trabalho da agência no enfrentamento da Covid-19 como o primeiro órgão federal a se manifestar perante a sociedade, no dia 27 de janeiro de 2020, em entrevista coletiva, quando ali já norteamos que a nossa prioridade seria o enfrentamento da pandemia. Todas as ações regulatórias no campo dos respiradores e no campo dos testes rápidos foram desenvolvidas. Não nos esquecemos nesse meio tempo das doenças raras, das doenças de tratamento difícil, conforme tantas que foram acolhidas através das nossas resoluções. Durante certo período, Sr. Presidente, foram mais de 30 resoluções, diretoria colegiada no intervalo de 20 dias – em sua maioria, todas feitas por *ad referendum*. E agora, é claro, o nosso principal desafio é a questão das vacinas que estão em desenvolvimento no nosso Brasil.

Dessa forma, Sr. Presidente, concluo aquilo que tenho a dizer e submeto-me à apreciação e às perguntas desta douta Comissão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Sr. Antonio Barra Torres.

Vamos agora ao outro indicado.

Concedo a palavra ao Sr. Alex Machado Campos. O senhor tem cinco minutos, por favor.

**O SR. ALEX MACHADO CAMPOS** – Sr. Presidente, peço permissão para retirar a máscara também.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Por favor.

**O SR. ALEX MACHADO CAMPOS** (Para expor.) – Sr. Presidente, Senador Romário, Senador Lucas Barreto, Relator da mensagem que encaminhou o meu nome ao Senado, Líderes partidários, Senador Eduardo Gomes, Senador Fernando Bezerra Coelho, Senadora Zenaide, na pessoa de quem cumprimento todos os Senadores desta Casa e desta Comissão. O meu agradecimento especial ao Presidente da República pela nomeação e pelo depósito de confiança nessa nossa indicação. Agradecimento também ao Presidente Davi Alcolumbre pela confiança e incentivo.





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

Vou me dispensar aqui de fazer referências ao meu currículo pessoal, o que já foi feito pelo Senador Lucas Barreto. Apenas vou falar da minha alegria, do meu contentamento, como servidor público de carreira do Legislativo, de poder me submeter a esta sabatina perante o Senado Federal nesta bancada.

A Anvisa de 2020 está inserida em um mundo completamente modificado, que atua mais e mais em redes de informação global, sob o ritmo incontrolável de transformações tecnológicas, e agora fortemente tencionada pelas demandas do novo contexto sanitário internacional.

O fato é que, no campo da promoção e proteção à saúde, mesmo no agronegócio, o processo de inovação acelerou-se dramaticamente, exigindo que os agentes reguladores estejam prontos para aprimorar o desenvolvimento de medicamentos e de tecnologias cada vez mais complexos, inclusive com a junção de soluções tecnológicas diferentes, preparados para assegurar que produtos e serviços de interesse de saúde se deem em atenção aos requisitos básicos de qualidade, eficácia e segurança.

Nesse contexto, imagino que o desafio concreto é tentar enxergar os impactos das principais inovações em ciência e tecnologia nos sistemas de regulação.

O novo cenário em frenética evolução nos coloca diante da indústria 4.0, das doenças raras, da medicina de precisão, da biologia sintética, dos avanços na nanotecnologia, temas que já vêm sendo debatidos pela Anvisa, mas que vão demandar ainda mais conhecimento, debate público e interação institucional, inclusive com este Congresso, com este Parlamento e com esta Comissão.

Bem regulado é o ambiente que precisa surgir para que essa situação, esse cenário possa fluir de maneira tranquila, num ambiente em que as normas que o estruturam possam ser fruto de amplo debate com instituições, com a sociedade civil e possam também ser objeto de apurada técnica de elaboração normativa.

É segundo essa lógica que operam já, inclusive, instrumentos disponíveis para as agências reguladoras, como as audiências públicas, a agenda regulatória e a interação institucional. É prestigiando essas ferramentas que pretendo desempenhar as minhas funções na Anvisa.

Oriundo da área jurídica e com experiência administrativa, o viés com o qual intento desempenhar as funções para as quais fui indicado, evidentemente, é o da moral, o da ética, o da correção normativa, em suma, o da justiça. Somos o que fazemos ao longo da vida, e o que fiz, em todos estes anos, por minha formação, fiz sob a ótica da reflexão jurídica, sendo inevitável que o Direito seja a lente através da qual enxergo os problemas ligados à ideia de regulação sanitária. É assim que pretendo contribuir para o contínuo aprimoramento da Anvisa.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que, nos meus planos e sonhos, se encontra a vontade verdadeira de contribuir para o desenvolvimento do meu País. Sei que, para cumprir essa missão, carrego limitações e qualidades. Espero levar para a Anvisa o melhor das minhas qualidades e trabalhar sempre as minhas



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

limitações. A função na Anvisa, se meu nome for aprovado pelo Senado Federal e se o Senhor Presidente da República resolver pela minha nomeação, será, portanto, um instrumento concreto para que eu possa levar adiante esses sonhos, contribuindo para a promoção e a proteção da saúde das pessoas, sem dúvida, uma nobilíssima função que, assim vista, não pode senão encher minha cabeça de planos e meu coração de gratidão.

Concluo meu pronunciamento, Sr. Presidente, colocando-me à disposição e ao crivo, ao exame desta Comissão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bom, Sr. Alex.

Concedo a palavra agora à Sra. Meiruze Sousa Freitas.

**A SRA. MEIRUZE SOUSA FREITAS** (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Cumprimento o Presidente da Comissão, Sr. Senador Romário, o Senador Relator, Eduardo Gomes, as Sras. e os Srs. Senadores aqui presentes, os que nos acompanham pela plataforma virtual, os demais membros do Senado Federal e os demais indicados a diretores da Anvisa.

Inicialmente, agradeço a Deus por guiar a minha vida; à minha família, especialmente meu marido e meus três filhos; ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, pela confiança e indicação para o processo de sabatina neste Senado Federal; ao Sr. Senador Eduardo Gomes, a quem tive a honra de ter como Relator da minha indicação; aos colegas servidores e demais colaboradores da agência; aos diretores, e faço uma referência ao Sr. Presidente substituto, Sr. Antonio Barra Torres, pela condução da agência em tempos de pandemia; à população brasileira, ao Congresso e ao setor regulado, que movimenta a economia deste País.

Eu não poderia deixar de falar da minha origem: sou mineira, sou do Vale do Jequitinhonha, estudei praticamente em escolas públicas.

Antes de seguir, é importante contextualizar que somos uma agência enxuta. Atualmente contamos com 1.760 mil servidores, que correspondem a cerca de 11% do quadro da força de trabalho da agência americana, mas, mesmo com esse corpo de servidores, atuamos diuturnamente no sentido da melhoria dos processos e da eficiência regulatória.

Nesse tempo de atuação da Anvisa, foi possível dirigir projetos e ações que resultaram na melhoria do acesso a produtos sujeitos à vigilância sanitária. Destaco a atuação no âmbito de medicamentos, alimentos, agrotóxicos, autorização de funcionamento de empresas, certificação das boas práticas de fabricação, visando o fortalecimento das ações e da economia do Brasil.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à implementação do Sistema de Classificação Globalmente Unificado, o GHS, registro que é uma exigência da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que os países-membros adotem o GHS.

Antes de passar a tratar das ações da Anvisa em tempos de pandemia, faço uma breve pausa e me solidarizo com as famílias e vítimas do novo coronavírus. E mando a mensagem a todos de que, no campo da atuação sanitária, trabalhamos incansavelmente para reduzir os impactos desse mal que assolou o mundo.

No enfrentamento da pandemia, foi possível atuar com medidas concretas para a ampliação de produtos e serviços estratégicos. Destaco também implementações de inspeções remotas, zerar filas para fins de registros de *kits* de diagnósticos, assim como de certificados de boas práticas de fabricação, totalizando 267 certificados de boas práticas, 423 *kits* de diagnósticos registrados.

Ainda relativamente às ações sanitárias, destaco a atuação junto à Comissão Externa de Enfrentamento à Covid-19 da Câmara Federal, mostrando-me que atuar junto ao Congresso Nacional constitui importante estratégia para a melhoria da regulação sanitária. Não é demais destacar que os temas debatidos nessa Comissão resultaram em ações concretas na Anvisa. Certamente, foi um grande aprendizado atuar na regulação sanitária em estado de emergência de saúde pública, em que quase tudo é extraordinário, prioritário, urgente e temporário, colocando em prova diariamente a gestão e a eficiência da Anvisa em âmbito nacional e internacional.

Após esses anos de jornada pública e privada, tenho planos para a atuação diretiva da agência. Os meus projetos visam a melhoria constante da regulação, a qualificação da Anvisa como autoridade de referência pela Organização Mundial da Saúde, o fortalecimento das ações pós-mercados, o direcionar a adoção do modelo regulatório e organizacional considerando o risco e o ciclo de vida dos produtos e dos serviços.

Nessa mesma vertente, para enfrentar esses outros desafios, é importante que a Anvisa tenha o seu quadro de diretores restabelecido, que todos sejam norteados pela missão de proteger e promover a saúde da população utilizando o arcabouço das boas práticas regulatórias e, assim, consolidar um modelo regulatório que favoreça a liberdade econômica, o acesso a produtos e serviços de qualidade em consonância com a missão de proteger a saúde da população.

Por fim, coloco-me como servidora do Estado brasileiro para enfrentar os desafios inerentes ao cargo de diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e finalizo citando o mineiro Guimarães Rosa: "O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem".

Complementando o conterrâneo romancista, acrescento que, além da coragem, devemos ter sabedoria para mudar o que precisa ser mudado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a atenção de todos e me coloco à inteira disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Sra. Meiruze.

Passo a palavra agora à Sra. Cristiane Rose Jourdan Gomes.

**A SRA. CRISTIANE ROSE JOURDAN GOMES** (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Cumprimento o Sr. Presidente, Senador Romário, cumprimento o Sr. Relator Eduardo Girão, cumprimento os demais Senadores e Senadoras, cumprimento o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Antonio Barra Torres, cumprimento os meus demais colegas.

Sinto-me muito honrada por estar aqui no Senado Federal para ser sabatinada por V. Exas. para indicação ao cargo de diretora da Anvisa. Agradeço ao Presidente Jair Messias Bolsonaro pela indicação e pela confiança depositada no meu nome, que pretendo honrar com muita dedicação e trabalho.

Com minha consciência tranquila e minhas convicções religiosas, gostaria de louvar a Deus, que é e sempre será o senhor do meu destino, e tenho certeza de que, com Ele, a luz divina estará sempre me iluminando e me ajudando a cumprir esta missão a mim confiada.

Quero fazer um agradecimento especial à minha família: ao meu marido José Luiz, pelo apoio incondicional e parceria de uma vida; à minha filha Nathalie, pela serenidade e confiança em mim depositada; aos meus irmãos, às minhas irmãs, aos meus sobrinhos, às minhas tias; à minha prima Evelise, aqui presente, sempre me prestigiando; e aos meus amigos pelo apoio e torcida.

Passo à leitura da argumentação escrita, de forma resumida, pela brevidade do tempo. Nascida no Rio de Janeiro, da união de dois muito jovens – meu pai, bancário, com 21 anos, e minha mãe, professora, com 19 anos –, fui a mais nova de quatro mulheres e cresci num ambiente no qual o estudo era valorizado e cobrado como ponto de honra. Meu pai, inteligente e empreendedor, não teve formação superior. Faleceu cedo, aos 48 anos, vítima de um câncer de pulmão. Teve grande influência na formação do meu caráter e integridade moral.

Tive a felicidade de ter sido presenteada por Deus com uma mãe que foi mulher exemplar na minha vida, que lutou com muito sacrifício desde cedo. Foi oriunda do Instituto de Educação, onde se formou como professora primária, depois se tornou advogada e, por fim, realizou seu maior sonho: o de ser juíza de direito. Com esse exemplo em casa, nada mais normal que eu e minhas irmãs espontaneamente seguissemos a carreira de Direito pela influência do lar: uma de minhas irmãs mais tarde se tornou juíza de direito. No entanto, pela efervescência da juventude e para orgulho de minha mãe, optei pela Medicina.

Meu avô materno foi general de divisão formado com louvor pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), exemplo de caráter para toda a família, com grande influência na área das exatas, o que quase me levou a cursar Engenharia, assim como uma de minhas irmãs.







## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

Em família, à mesa de jantar, quase sempre vinha à cena a história do tetravô herói, que remetia às reflexões sobre a profissão e o futuro dos jovens da família, mas mesmo assim me formei em Medicina. Atribuo a Deus ter a chance de me dedicar à Medicina, que exerço até os dias atuais com o mesmo afinho e dedicação, porém, por obra do destino, resolvi anos mais tarde me dedicar também ao estudo do Direito, formando-me bacharel em Direito no ano de 2004. O Direito, desde sempre, me foi e é útil, e considero ferramenta essencial no exercício de atividades da Administração Pública.

Passo à minha formação acadêmica e profissional, também de forma resumida, já tendo sido lida pelo Relator.

De 1980 a 1985, me formei em Medicina pela Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, onde fui preparada para ações de promoção da saúde, que envolve toda a gama de seres humanos em qualquer faixa etária e condições socioeconômicas e culturais concernentes aos problemas de saúde do cidadão brasileiro.

Dentro da Medicina me especializei em endocrinologia, com a obtenção do título de especialista em endocrinologia e metabologia no ano de 1991 pela Sociedade Médica Brasileira.

Iniciei minhas atividades profissionais como médica endocrinologia com o atendimento de pacientes em consultório. Paralelamente, em 1989, ingressei na empresa Golden Cross – Assistência Internacional de Saúde, onde permaneci até 1998. Aqui dei início às minhas atividades administrativas ligadas à Medicina como médica auditora, atividade que, pela sua importância, logo foi reconhecida como especialidade auditoria médica pelo Cremerj, pois versava sobre o controle das boas práticas de assistência hospitalar e abrangia, entre outras, as atividades de análise de contas médicas e hospitalares, a análise técnica de procedimentos médicos e a avaliação técnica de instalações médico-hospitalares.

Em julho de 1998, integrei o grupo de consultoria no trabalho de elaboração de regulamentação da recém criada Lei dos Planos de Saúde no Ministério da Saúde, momento ímpar de reestruturação do Estado, no qual sua reforma organizacional resultou na criação de agências reguladoras, entre as quais a Anvisa.

Pulo o restante da minha formação e passo direto à minha formação técnica adequada em razão do tempo.

Sou médica, advogada e gestora de saúde, com experiência de mais de 20 anos, tendo atuado na iniciativa privada e no setor público, desenvolvi e exerci atividades de regulação, direção e de gestão voltadas para a assistência saúde, com foco na melhoria da qualidade, racionalização de custos, planejamento, estudo de riscos e ganho de eficiência. Minha formação técnica me credencia para exercer com segurança, conhecimento e ética o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Por último, a minha afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Acredito que as afinidades intelectual e moral vão além dos valores que meus pais me ensinaram: a família, o respeito, a valorização da educação, os valores cristãos do amor ao próximo – que a vida e a Medicina reforçaram e que cultivo todos os meus dias. A afinidade moral vai ao encontro do reconhecimento do sentimento de honra que a indicação me faz sentir.

Ter a oportunidade de fazer mais pelo meu País, em área tão central ao bem-estar e à qualidade da vida da população, assim como o meu espectro profissional, é a maior honra que alguém pode ter. Somente aquele que trabalha para o seu país pode saber da realização que isso traz.

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. CRISTIANE ROSE JOURDAN GOMES** (Para expor.) – Uma conhecida citação de John Kennedy, "não pergunte o que a sua pátria pode fazer por você, mas sim o que você pode fazer por sua pátria", é o que eu mais penso.

Finalizando, eu posso fazer mais pelo meu País pela capacidade técnica, pela vontade e pelos meus valores, e hoje, com essa oportunidade de fazê-lo, não posso ter outro sentimento senão o da honra da indicação, o da honra de apresentar as minhas credenciais a esta Casa e pela ainda maior honra que sentiria ao ter a minha indicação confirmada.

Fico à disposição dos senhores para as perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Sra. Cristiane.

Vou passar a palavra ao Senador Luis Carlos Heinze para fazer as suas considerações e as suas perguntas.

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu vou deixar para a minha colega. A Senadora pediu a palavra, se ela quiser falar primeiro, eu posso...

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Quem?

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A Senadora Zenaide. V. Exa. pode conceder a palavra para ela.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Senadora Zenaide, por favor, V. Exa. está com a palavra.

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Depois eu falo. Pode ser?

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Quero cumprimentar o Presidente e os convidados que vieram, Meiruze, Cristiane. Duas



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

mulheres e dois homens, aqui está uma equidade. Mais ou menos, porque normalmente é muito mais homem do que mulher.

É o seguinte: a minha preocupação – eu sou médica de formação – é que existe um número recorde de agrotóxicos registrados no Brasil nos dois últimos anos. Só em 2019, foram 474. Isso tem tudo a ver.

O que é que me preocupa? Dentre os órgãos reguladores, a Anvisa tem um papel de extrema relevância, pois é quem avalia os riscos à saúde. O Inca, Instituto Nacional de Câncer... Está comprovado que o uso indiscriminado de agrotóxicos aumenta a incidência de câncer, cria problemas neurológicos e também atua tanto no sistema reprodutor humano, como no sistema digestivo.

Aí vêm as perguntas a vocês: a Anvisa, na sua gestão, poderá fazer revisão? Essa pergunta é porque a gente está vendo uma pressão grande e a liberação rápida pela Anvisa. A gente sabe que em qualquer medicamento e agrotóxico, há que haver uma parcimônia grande. Então a Anvisa, na sua gestão, poderá fazer revisão e eventualmente banir algumas moléculas já banidas nos Estados Unidos e na Europa, cujos estudos demonstram risco grave à saúde humana a curto, médio e longo prazo? A gente sabe disso.

A Anvisa, na sua gestão, terá protagonismo na promoção de ações que visem à redução do uso de agrotóxicos? Porque é esse o papel também da Anvisa.

E terceiro, a V.Sa., porque vai ser o Diretor-Presidente: é favorável a projetos de lei que busquem implementar políticas de redução de agrotóxicos, como o PL nº 6.670, de 2016, que tramita na Câmara dos Deputados?

Minhas perguntas são essas a vocês, pela importância, porque a gente sabe que é um tripé nessa liberação, mas a gente sabe que existe uma pressão, são vários decretos autorizando o uso de agrotóxicos. E eu sei que vocês são quem tem isso aí. E do meio ambiente, os três, mas a Anvisa, eu me restringi a isso, pela importância na saúde dos seres humanos.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Sra. Senadora Zenaide.

Quem quer responder primeiro? (*Pausa.*)

Sr. Antonio Barra, por favor.

**O SR. ANTONIO BARRA TORRES** (Para expor.) – Eminente Senadora Zenaide, eu agradeço a pergunta. E em recente reunião da diretoria colegiada, um desses produtos foi banido. Na verdade, encontrava-se banido desde 2017, porém com um período de três anos, em que estudos que eventualmente comprovassem um grau melhor de segurança pudessem ser apresentados. Esse prazo expirou, e esse produto foi banido.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais ainda recentemente, aprovamos uma resolução para que estoques porventura existentes pudessem ser esgotados, dentro de um regramento de segurança escrito a quatro mãos, entre a Anvisa e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, haja vista caber àquele ministério as ações de fiscalização quanto aos agrotóxicos e, é claro, à Anvisa o regramento sanitário dessa prática. Essa instrução normativa conjunta está sendo publicada no dia de hoje, *ad referendum*, e ela será específica por cultura e por prazo.

Ou seja, ainda até meados do ano de 2021 esse produto estará, conforme já está, completamente banido na questão do uso e também os eventuais estoques residuais que tenham restado nas mãos dos produtores.

Eu creio que isso seja uma prova inequívoca, dentro do contexto que V. Exa. muito bem elencou, das ações da agência nesse campo, que é um campo fundamental. É importante lembrar o peso dessa temática no momento em que o Brasil passa a líder mundial da produção de soja, fato esse amplamente noticiado pela nossa imprensa no dia de ontem; e a importância de termos cada vez mais parâmetros de segurança para o trabalhador rural, seja ele de pequeno, médio ou grande porte.

A agência, sem dúvida alguma, não tem se furtado a trabalhar nesse sentido e, no nosso entendimento, continuará trilhando dessa mesma forma.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Sr. Antonio Barra. Passo a palavra agora à Sra...

Há outras respostas para serem dadas? Vocês querem dar alguma resposta a mais à Senadora Zenaide? Por favor.

**A SRA. MEIRUZE SOUSA FREITAS** (Para expor.) – Agradeço a pergunta também da Senadora Zenaide. Muito importante colocar, conforme já mencionado, que o registro de agrotóxico é um ato complexo, que envolve a atuação da Anvisa, do Ministério do Meio Ambiente por meio da atuação do Ibama e do Ministério da Agricultura por meio da atuação do MAPA.

Importante colocar que a avaliação toxicológica que a Anvisa realiza nos agrotóxicos é baseada em critérios científicos. Inclusive, a Anvisa adotou o GHS como uma das estratégias para avaliação de agrotóxicos, está alinhada com ações estratégicas adotadas na Europa e nos Estados Unidos.

Queria registrar que, nessa estratégia de redução de uso, a Anvisa prioriza a avaliação de produtos de menor toxicidade à saúde humana, colocando como prioridade a avaliação de agrotóxicos utilizados biológicos, fitoquímicos e outros agrotóxicos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A elevação dos números de agrotóxicos se deu pela eficiência na avaliação das moléculas conhecidas como equivalentes e essas moléculas já tinham sido avaliadas pela Anvisa no âmbito da avaliação toxicológica. Certamente, a Anvisa está comprometida com a saúde pública e especialmente no combate e no controle a substâncias químicas.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Sra. Meiruze.

Passo a palavra agora ao Senador Lucas Barreto, Relator.

**O SR. LUCAS BARRETO** (PSD - AP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sra. Senadora. Depois, Senador Heinze. Senhores sabatinados. Eu penso que é uma oportunidade ímpar que nós temos aqui no Senado Federal desta Legislatura de discutir questões que a Senadora Zenaide colocou ali, porque todo mundo fala muita coisa, né? "Ah, os agrotóxicos são isso, os transgênicos". Quer dizer, a gente fala, mas a gente num sabe. O Japão é o país que mais usa agrotóxicos e que tem a maior média de vida.

Então, tem muita coisa. Por exemplo, muita gente não sabe o que é um organofosforado, o que é um piretroide. Um organofosforado é à base de fósforo, é biodegradável em 24 horas. Há os defensivos também, os que se chamam defensivos agrícolas, que são biodegradáveis em até menos tempo e que são naturais. Isso tudo está sendo usado. O que a gente não consegue admitir... Peço aos senhores – se Deus quiser vão estar lá na Anvisa – que vejam com carinho. Porque às vezes a gente proíbe aqui – e o Senador Heinze sabe do que estou falando – um agrotóxico que aqui se chama agrotóxico, mas ali na Argentina, do lado, é permitido e é um terço do preço. Há também os cartéis que seguram, que têm as patentes, que têm tudo.

É o que se fala das sementes transgênicas. Todo mundo comenta sobre o que fazem as sementes transgênicas. Só aumentam a produtividade. Você muda ali um... Tudo é natural, é um processo natural e você consegue ter uma produtividade muito maior. Então, em tudo isso há muita celeuma. Espero que os senhores, com sabedoria, possam discutir isso, que possam ouvir todos os lados para que a gente possa avançar na Anvisa, até mesmo em questões simples, como é o caso dos SIFs.

No meu Amapá nós temos uma das maiores reservas pesqueiras do Brasil. Penso que é a maior, porque é na foz do Rio Amazonas. Lá nós temos, no Oiapoque, por exemplo, cinco frigoríficos. Em Calçoene há seis frigoríficos. Um só conseguiu o SIF. Os outros estão todos prontos e não conseguem. Aí tem que exportar o peixe *in natura*, quando poderíamos agregar valor. A Anvisa poderia ser mais rápida no SIB. A gente precisa disso porque gera trabalho, gera renda, lá na ponta, do outro lado do Brasil, onde a gente diz que começa o Brasil, no Oiapoque. É uma dificuldade para se conseguir um SIF. Está tudo pronto, o prédio pronto, todas as solicitações da Anvisa, mas tem que ir para Belém. É uma dificuldade imensa. Um frigorífico gera 600, 700 empregos. Vocês imaginam o que é isso lá na Amazônia, onde não



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

se tem nada? O peixe *in natura* pode sair, mas não se pode tirar o filé dele para vender. É um absurdo! E quando apreendem queimam tudo. É uma coisa que... É a legislação? É, mas tem que haver bom senso nisso, principalmente nessa rigidez na liberação do SIF e na demora, às vezes. Porque você cumpre tudo o que a Anvisa pede e, quando chega na hora, você tem que protelar.

Então, fica aqui também essa função da Anvisa para que a gente possa dirimir, Senadora Zenaide, essas questões do que o transgênico, do que faz mal, do que não faz. É muito relativo isso, é muito relativo. Os organofosforados são estimulantes para a planta, fazem com que a seiva só suba, não circule, e são biodegradáveis. É isso o que a gente tem que entender porque ninguém consome... Muita coisa é usada, também, para combater antes do plantio. Por exemplo, o Roundup faz com que as plantas daninhas não disputem com a planta em minerais e água.

Então, há muita coisa em que a gente vai precisar estar juntos. E a senhora tem razão: a gente precisa desmistificar isso e banir realmente aqueles defensivos agrícolas que são considerados quase como o nosso...

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interperlar.) – Presidente, eu posso só responder aqui? Por exemplo, todos os médicos têm que tomar conhecimento do que é organoclorado e organofosforado.

A gente sabe que, para quem trabalha no serviço de urgência, quando pega alguma intoxicação, o tratamento é totalmente diferente.

Aqui o que eu falei não é. Estou falando de estudos científicos e a pergunta era se existia uma pressão sobre a Anvisa, porque a gente sabe que não é só com agrotóxicos, mas com medicamentos também. Eu sei como isso funciona.

Mas, quanto aos organoclorados e os fosforados, é impossível a qualquer médico que vai para o serviço de urgência não lidar, porque na intoxicação o tratamento é diferenciado e a gente tem que tomar conhecimento.

**O SR. LUCAS BARRETO** (PSD - AP) – É diferenciado. Com certeza. É isso que estou falando.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – É só isso.

E eu não estou aqui, por exemplo, questionando isso.

**O SR. LUCAS BARRETO** (PSD - AP) – A senhora, como médica, tem consciência de que nós precisamos...

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Só acho que ela é o órgão que tem que defender a vida.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. LUCAS BARRETO** (PSD - AP) – Isso.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – E, tudo bem, nada contra a grande safra, a alimentação, que é essencial para o País, mas a gente tem que ver o lado da vida também.

**O SR. LUCAS BARRETO** (PSD - AP) – Mas é o que nós estamos vendo. É isso que eu estou falando aqui. A Anvisa tem que mostrar o que faz mal à saúde humana, porque há muito defensivo também que é totalmente natural e que não faz mal. E é o que está sendo usado, porque há na agricultura uma relação de custo-benefício. Então, não há por que gastar mais dinheiro do que se deve. Deve-se gastar o que se pode gastar.

É aquilo que eu falo: todo mundo que está ali está investindo e precisa ter lucro. Capital não tem pátria. Ele está onde está dando lucro.

Então, a Anvisa vai ter um papel fundamental.

Sucesso aos senhores!

E contem conosco – comigo e com a Senadora Zenaide –, para a gente levar esse tema à frente, sempre mantendo a discussão acesa.

Obrigado, Senador Romário.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador.

Passo a palavra agora ao Luiz Carlos Heinze.

Por favor, Senador.

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras, Senadores, primeiro eu quero cumprimentar aqui a Dra. Cristiane, Meiruze, Antonio Barra Torres e o mais novo da turma aí, que é o Alex, já conhecido nosso há bastante tempo.

Sr. Presidente, colegas membros aqui da Anvisa, meus cumprimentos! Eu já votei em vocês.

Agora, uma das questões que eu gostaria de pedir a três médicos aqui e a um advogado: vamos parar com a ideologia nessas questões. Vamos ver as questões mais técnicas.

Eu fiz um pronunciamento outro dia sobre a questão amazônica, queimadas – pelo amor de Deus, é um crime! Senadores da Amazônia, eu não sou da Amazônia. Ninguém fala, Senadora Zenaide, por exemplo, hoje, que os maiores poluidores do mundo são os combustíveis fósseis, são os combustíveis a carvão – 90% da energia do mundo!







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A China é o que mais polui – 27% da emissão de gases do efeito estufa. Aí vêm os Estados Unidos e toda a Europa. Agora só falam do Pantanal, só falam da Amazônia, que aqui não representa 0,5% – 0,5%. A crítica vem contra o Brasil.

Dr. Antonio, veja essas questões, por exemplo, dos defensivos agrícolas de que a Senadora fala.

Eu comecei a trabalhar esse tema, para vocês entenderem, quando o Ministro era Toninho Andrade, Neli Geller, Kátia Abreu, Blairo Maggi, e agora que chega a questão.

O que nós fizemos lá? Simplificar os processos e colocar mais gente para analisar, mais gente – agrônomos, veterinários e também químicos, pois não havia. Juntamos gente da Embrapa, juntamos uma equipe lá e, por isso, está este número aqui.

Dra. Zenaide, são genéricos, genéricos. Já estão registrados. Genéricos, 372, o ano passado. Só três moléculas novas, três moléculas novas. Isso é um crime. Produtos que estão nos Estados Unidos, qualquer país da Europa, que os nossos concorrentes da agricultura registram há cinco ou seis anos eu ainda não consigo usar aqui no Brasil.

Pelo amor de Deus, isso é um crime. Nós temos que achar um jeito na Anvisa, no Ibama, no nosso caso, e também na Agricultura de simplificar esse processo. Há leis aqui dentro para nós fazermos simplificação. Eu não quero usar de qualquer jeito. Não. Como é que usa? Lá eles registram em cinco, seis, sete, oito meses, Senador Romário; aqui leva três, quatro, cinco, seis, oito, nove, dez anos! Esse é um crime que não pode acontecer e, mesmo assim, o Brasil ainda é líder mundial na produção de alimentos. Imagine, eu não quero usar de qualquer jeito. Não.

Eu sou engenheiro agrônomo. Eu tenho formação agrônômica para dizer o que eu estou dizendo. Eu não quero usar de qualquer jeito. Agora o que não pode é essa forma.

Dr. Barra Torres, o senhor falou no paraquate. Só vou colocar aqui para vocês: comercializado e utilizado de forma segura em mais de 80 países desenvolvidos e em desenvolvimento, inclusive, nos maiores mercados agrícolas e sistemas regulatórios mais exigentes, como Estados Unidos, Canadá, Austrália, Japão e Nova Zelândia.

O colega falou que o Japão usa muito mais do que nós defensivos agrícolas, miligramas por hectares plantados.

Dados recentes da Agência de Proteção Ambiental norte-americana em conclusão proferida, em 20 de junho de 2019, em um processo de reavaliação desse produto, demonstram que não há evidências – não há evidências – que associem o paraquate a efeitos mutagênicos ou ainda que não haveria evidências epidemiológicas suficientes para concluir que existe uma clara relação entre causa e efeito entre a exposição ao paraquate a uma ou outra causa de doenças em seres humanos, ou seja, que não há embasamento científico que sustente que o produto seja mutagênico ou genotóxico ou que justificou a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

decisão da Anvisa em considerar tal evidência científica algo irrelevante para o pedido de prorrogação do prazo da apresentação dos estudos científicos do produto no Brasil. Então, essa pergunta eu deixo, Dr. Barra Torres.

Essa é uma preocupação que nós temos. Uso em 80 países, nos mais desenvolvidos do mundo. Aqui não, agora é barrado. E o custo do substituto – não é só o custo, vamos ver os efeitos – é duas, três vezes mais que os agricultores brasileiros vão ter que transferir para o consumidor mundial ou brasileiro, já que o Brasil exporta hoje para mais de 200 países.

Quer dizer, os nossos argumentos são seguros, porque vocês ajudam a registrar e a conferir – a Agricultura e também o Ibama, no nosso caso especificamente.

Doutor, deixe eu lhe colocar. Eu pego os dados da Interfarma, não sou médico, mas os médicos sabem: leva dois, três, quatro anos também para registrar um produto aqui no Brasil. Genérico simplificou desde o Serra para cá.

Então, essa é uma das questões que a gente deixa em aberto para vocês. A minha preocupação é essa aqui. Eu não quero usar de qualquer jeito. Jamais. Sou um técnico da área. Agora o que não pode haver é ideologia nesse processo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador.

Passo a palavra ao Senador Luiz do Carmo, por favor.

**O SR. LUIZ DO CARMO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Para interpelar.) – Boa tarde, Sr. Presidente, vou falar mais alto aqui, que eu não quero tirar a máscara.

Quero fazer uma pergunta a vocês. É a seguinte: como será a atuação e a proposta de melhoria que pretende fazer à frente da Anvisa? A forma da fiscalização que é feita hoje, na sua opinião, é eficiente? É isso que estou falando. Vocês põem alguma dificuldade? Eu vejo muita dificuldade para o Luiz, mas demais.

Sabemos que a Anvisa é um órgão regulador e que atua em questões muito importantes, porém muitas vezes sua atuação dificulta, de forma exagerada, a produção de certos materiais. Quais são as suas propostas para melhorar e amenizar a burocracia das leis para a produção e aprovação de alguns produtos? Quais desafios a Anvisa enfrenta hoje no Brasil? Quais as melhorias os senhores pretendem implantar na Anvisa? E outra pergunta: a vacina do Covid vocês estão preparados para liberar rapidamente? Já há estudo? Já adiantou? Porque é questão de vida! Certo? Vocês já estão preparados? E há algum laboratório que já pediu alguma liberação da vacina da Covid?

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Alguém quer? Quem? *(Pausa.)*



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Antonio Barra, por favor?

**O SR. ANTONIO BARRA TORRES** (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Objetivamente, ninguém pediu registro de vacina nenhuma na Anvisa até o presente momento. Existem quatro protocolos vacinais em desenvolvimento; nenhum ainda em fase de registro. Justamente nesse sentido, eminentes Senadores, é que o trabalho é bastante delicado, porque se falou de pressões. As pressões existem em qualquer sociedade; na nossa, não é diferente. Na questão regulatória, muito menos. Talvez aí até mais frequente. Entretanto, manter a discussão fora da ideologia é fundamental, e é exatamente isso que nós temos feito. E, como Diretor-Presidente substituto, essa tem sido a minha conduta e a minha orientação, inclusive recebendo o reconhecimento das mais diferentes e às vezes até mesmo opostas tendências partidárias e políticas, mostrando justamente um trabalho republicano da agência. Portanto, não creio que, quando se trata de saúde pública, qualquer questão ideológica venha a preponderar.

Quanto ao prazo da resposta da agência em termos de registro, será na melhor data. Qualquer um que hoje disser: "Dia tal estarei iniciando campanha de vacinação" está se lançando num território extremamente perigoso e com chance muito grande de ter de se desdizer num curto intervalo de tempo. Nós estamos diante de um novo vírus, tanto que o nome dele é novo coronavírus. Portanto, se tratar com vírus é difícil, com vírus novo é muito mais difícil ainda. Desenvolver respostas vacinais nesse contexto... Tudo que existe no mundo de rapidez está sendo implementado, tanto no Brasil, quanto fora dele; tanto é que desenvolvimentos que levam de dez a quinze anos estão sendo feitos em meses.

Então, a resposta que dou a V. Exa., eminente Senador, é que esta agência dará a resposta no melhor tempo, o menor possível, é claro, porque nós temos, todos nós, familiares, parentes que já faleceram por causa dessa doença. Então, o nosso interesse é institucional e é, claro, também, pessoal como cidadão.

Em resposta ao Senador Heinze, a quem agradeço também a pergunta, o paraquate teve o seu período de possibilidade de fornecimento de novos estudos decidido por não haver esta progressão num voto em que, o senhor há de se lembrar bem, fui vencido. E, aí, parafraseio aqui o Ministro Marco Aurélio: vencido, mas não convencido. Mas foi feita a votação, e esse prazo foi considerado não mais possível de ser postergado. Ainda assim, fui Relator da medida de que aqueles que possuem os estoques possam efetivamente esgotá-los desde que cumpram um regramento rigoroso sanitário escrito a quatro mãos, tanto por quem faz o regramento sanitário, a Anvisa, quanto por quem é responsável pela fiscalização, que é o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Ainda também em relação ao Senador Heinze, que teve também o enfoque da questão ideológica, eu digo ao eminente Senador, não conheço esse enfoque ideológico na agência e, se passar diante dos meus olhos, será alvo da minha mais veemente repreensão, porque o que tem que nortear a conduta da



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

agência é onde está a ciência, onde está a comprovação científica dos fatos, e aí, obviamente, não há lugar para nenhum tipo de pressão seja ela qual for, inclusive a pressão política.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Senadora Leila Barros.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu cumprimento o senhor na tarde de hoje, tanto quanto os Senadores e as Senadoras aqui presentes. Desejo boas-vindas aos sabatinados, sejam bem-vindos à Casa.

Eu vou reiterar novamente as perguntas, porque quem respondeu, a princípio, foi o Dr. Antonio Torres, mas eu gostaria de ouvir a opinião dos demais.

Uma das principais responsabilidades da Anvisa corresponde ao registro de medicamentos para o uso no mercado nacional. Há muitas críticas em relação a uma suposta morosidade da agência na aprovação de medicamentos e outras ainda mais duras que acusam a prática de criar dificuldades para vender facilidades. Há proposições tramitando no Congresso que buscam alterar os atuais procedimentos e registros e até tornar automático o registro de medicamentos autorizados nos Estados Unidos, na União Europeia, no Japão e no Canadá.

Gostaria muito de ouvir dos indicados o que pensam dessas críticas e se entendem que há condições de simplificar ou agilizar o registro de medicamentos na Anvisa sem que haja qualquer risco para a segurança e bem-estar da população brasileira.

Segundo, vivemos a maior crise sanitária de nossos tempos, que é a pandemia da Covid-19, que já vitimou mais de 1,1 milhão de pessoas em todo o mundo. Diante da letalidade da doença e das dificuldades, há uma enorme expectativa em torno da busca por vacinas capazes de enfrentar o novo coronavírus. São várias iniciativas de diferentes países nessa corrida pela vida. Há vacinas de origem inglesa, chinesa, russa, norte-americana, entre outras. Infelizmente, contudo, não estamos diante de um esforço conjunto de cooperação entre países e laboratórios em busca da vacina para a humanidade como um todo; ao contrário, como de costume, estamos assistindo a uma verdadeira guerra comercial entre empresas e países, inclusive com características geopolíticas para saber quem serão os primeiros a apresentar a vacina. Há propagandas a favor e contra, acusações, dúvidas e questionamentos sobre a eficácia e segurança de cada uma das principais vacinas em produção. No Brasil, já há acordo por parte de diferentes entes da Federação com diferentes empresas.

Considerando que, a meu juízo, o mais importante neste momento é vacinar o quanto antes com segurança e eficácia a população brasileira, gostaria de indagar aos indicados o que pensam sobre tudo isso. Afinal, qual é a situação das principais e mais avançadas vacinas perante a agência? Quais as etapas que precisam ser vencidas para que a vacina possa ser adotada no País?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é a garantia de que a agência não será influenciada por qualquer guerra comercial geopolítica em torno dessas vacinas? Qual é a previsão para que a população brasileira comece a ser inoculada?

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito obrigado, Senadora Leila.

Quem quer responder?

Por favor, Sr. Alex.

**O SR. ALEX MACHADO CAMPOS** (Para expor.) – Cumprimento a Senadora Leila e agradeço a S. Exa. pela questão trazida, porque nos dá oportunidade de expressar a nossa compreensão e o nosso sentimento em relação a este tema de medicamentos.

Eu trabalhava no Ministério da Saúde no contexto da pandemia e me causou muita reflexão quando, no período mais agudo da doença, enquanto outros países fecharam fronteiras, amanhécíamos no Brasil com apelos de Senadores, Deputados Federais e Governadores para que desembarcássemos, por exemplo, respiradores que ficaram retidos em solo americano. E assim foi também com insumos que vinham da Ásia, que vinham da China, retidos em solo europeu. O Ministro da Saúde da Itália, fazendo apelo para que nós pudéssemos desembarçar e liberar cargas aqui no aeroporto de Guarulhos.

E o que me chamou atenção é que, em algum momento, se falava muito da necessidade de os países – isto é uma verdade –, fortalecerem o seu parque fabril na área de saúde, um tema que passou a ser tratado como tema de defesa.

Mas, rapidamente, percebemos que, neste assunto, medicamentos, insumos e saúde, dispositivos não são possíveis sem a tal cooperação.

Aliás, a Anvisa, agência reconhecida mundialmente, que tem assento em organismos que trabalham a tal convergência regulatória, tem alcançado êxito e tem avançado bastante porque não será possível sem a cooperação podermos compartilhar tecnologias e também a experiência regulatória de outros países. Seguramente, é pelo caminho da cooperação, da solidariedade.

Recentemente, inclusive, o Ministério da Saúde, numa iniciativa chamada Covax Facility, que é um consórcio de vários países liderados pela OMS, traz à discussão justamente a cooperação no diagnóstico e na priorização das vacinas.

Eu vejo que o mercado de medicamentos depende também, para que avance e possa fazer chegar a novas soluções em medicamentos, da convergência regulatória e do compartilhamento de informações com outros países.

Acho que esse é o caminho natural.



**SENADO FEDERAL**

## Secretaria-Geral da Mesa

Aproveitando o ensejo para falar de desafios, neste contexto também de cooperação internacional, estamos diante da discussão do regulamento sanitário internacional, vamos discutir o trânsito de pessoas, a carteira internacional de vacinação, o trânsito de mercadorias, de maneira, Senadora Leila, que a pergunta que V. Exa. traz ao debate é fundamental. Trata-se de estimular, por sua vez, a ampliação de nossa capacidade inventiva, a inovação, a tecnologia, algo que demanda não apenas a atuação da Anvisa, mas o esforço que também passa por esta Casa.

Acho que a agência tem respondido bem. Respondeu, no período da pandemia, com rapidez. A Anvisa não deu azo em nenhum instante. Acompanhei pelos jornais, porque não tenho ainda assento naquele colegiado, mas respondeu com velocidade. Não foi por conta da Anvisa que insumos, dispositivos, medicamentos deixaram de ser, vamos dizer assim, recepcionados e levados à população brasileira.

Meu compromisso na agência, sentando naquela diretoria, é agir sempre ancorado nos conhecimentos científicos, em parceria com os laboratórios públicos, com as comunidades científicas a fim de que a gente busque aquilo que é o mais importante, que é levar alternativas tecnológicas, soluções e medicamentos para a população brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Satisfeita, Senadora Leila?

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Eu gostaria de saber se alguém mais dos sabatinados gostaria de complementar os meus questionamentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Sra. Meiruze, por favor.

**A SRA. MEIRUZE SOUSA FREITAS** (Para expor.) – Queria registrar que em termos de prazos a Anvisa trabalha hoje com prazos semelhantes aos de outras autoridades de referência, inclusive para o registro de medicamentos novos e das inovações. A Anvisa trabalha em diálogo constante com as principais autoridades, até mesmo na questão das discussões da vacina, com autoridades do Reino Unido, com o próprio FDA, com autoridades da Europa, com autoridades do Japão, justamente no sentido das medidas de trocar informações e evitar esforços duplicados na agência.

Em 2017, houve um projeto, inclusive eu participei desse projeto, em que foi possível analisar mais de 700 processos de registros de genéricos e similares, trazendo para o Brasil uma avaliação mais célere desse tipo de produto, levando em consideração que 86% dos registros de medicamentos genéricos são feitos pelas indústrias nacionais, que abarcam em torno de 96%. Para a maioria das doenças há genéricos. Então, o genérico é uma grande estratégia, uma política de sucesso para a redução do custo dos medicamentos e para dar acesso a eles.

Em relação a registro automático, nenhuma autoridade de referência do mundo faz registro automático. Hoje você utiliza relatório de outra autoridade, faz intercâmbio de informações. Inclusive,





**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

nós fazemos isso na área de inspeções de boas práticas de fabricação, na forma de utilizar relatórios. Mas para isso você tem que ter a regulação sanitária elevada nas características desses países. O Brasil tem uma regulação sanitária que nos permite sentar nos principais fóruns que discutem medicamentos no mundo. Já foi citado aqui pelo Diretor-Presidente o ICH e o programa de inspeções farmacêuticas. É esse fortalecimento da regulação sanitária que nos dará cada vez mais medidas para trocar informações com outras autoridades e ter registro no Brasil, considerando as características da nossa população, lembrando que alguns estudos que são conduzidos fora do Brasil não dão necessariamente para fazer um estudo ponte e garantir eficácia no Brasil, em especial a segurança, ainda mais o controle pós-mercado.

Então, nós reafirmamos a necessidade de registro no Brasil, mas reafirmamos também a necessidade de uma melhoria contínua na redução dos prazos, de forma a favorecer acesso à nossa população.

**O SR. ANTONIO BARRA TORRES** (Para expor.) – Sr. Presidente, permite só uma...

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Sr. Antonio Barra, por favor.

**O SR. ANTONIO BARRA TORRES** (Para expor.) – Queria só complementar um pouco o que a Dra. Meiruze acabou de colocar.

Senadora Leila, a senhora que defendeu tanto as cores do Brasil nos quatro cantos do mundo, teve oportunidade de constatar a diferença dos povos e das realidades geográficas. Parece curioso dizer, mas os seres humanos são, sim, diferentes, a sua biologia, a incidência de doenças, a sua susceptibilidade, a sua capacidade de reagir mais ou menos aos eventos alérgicos. Dado a esse motivo principalmente é que os países mais desenvolvidos do mundo possuem suas próprias agências reguladoras. Não há nenhum outro motivo senão esse. É importante, sim, dar o ajuste perfeito à medicação àquele povo, àquele cidadão que vive naquela realidade geográfica daquele país. Isso é fundamental. Se formos analisar sob outro aspecto, o aspecto do desenvolvimento econômico e social, vamos voltar lá no passado quando a frase que existia era que o que era bom para a metrópole era bom para a colônia. O Brasil não pode voltar mais à condição colonial. Nós temos que ter os nossos parâmetros, precisamos ter a nossa forma de aferir a saúde do nosso cidadão e o que é bom para a saúde do nosso cidadão e investir nesse sentido. Isso é um fator de soberania nacional, com certeza, eminente Senadora.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito obrigado, senhores e senhoras.

Agora passo a palavra ao Senador Eduardo Girão.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (PODEMOS - CE) – Presidente, Senador Romário, novamente peço permissão para tirar minha máscara...

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Claro.





**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Obrigado. Para fazer aqui umas perguntas aos nossos sabatinados, começando pela Dra. Cristiane, de quem fui o Relator.

O tabaco é responsável por cerca de 6 milhões de mortes em todo o mundo. No Brasil, estima-se que o tabagismo seja responsável por 200 mil óbitos ao ano. O tabagismo é reconhecidamente uma doença crônica resultante da dependência à droga nicotina e um fator de risco para inúmeras doenças, dentre elas câncer, doenças cardiovasculares, tuberculose, infecções respiratórias, úlcera gastrointestinal, impotência sexual, infertilidade em mulheres e em homens, osteoporose, catarata, entre outras doenças. O Brasil é uma referência mundial no controle ao tabagismo, mostrando uma redução significativa na prevalência de fumantes, principalmente nas últimas três décadas, quer dizer, é uma postura, uma política de Estado e não de Governo, e o Brasil vem dando *show* ultimamente.

Eu gostaria de saber qual a posição de V. Sa. acerca da política de controle do tabaco no Brasil e como a Anvisa pode contribuir ainda mais para a redução do seu avanço para salvar vidas.

Queria perguntar também à Dra. Meiruze sobre a Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa RDC nº 46, de 2009, que proíbe a comercialização, a importação e a propaganda de quaisquer dispositivos eletrônicos para fumar, conhecidos como cigarro eletrônico e tabaco aquecido, porque está um caos lá nos Estados Unidos, muita gente morrendo, muito jovem entrando nessa. Eu queria saber qual a posição de V. Sa. acerca dos danos à saúde dos referidos produtos e, dois, do argumento da indústria sobre o papel que esses dispositivos poderiam vir a representar na redução de danos e no tratamento da dependência de nicotina e também da manutenção da norma a despeito da intensa pressão das indústrias de tabaco pela liberação do mercado para esses novos produtos.

Dr. Antonio Barra Torres, eu queria fazer uma pergunta aqui para o senhor.

Em 2010, a Agência publicou a RDC 24, de 2010, resolução que dispõe sobre a oferta, propaganda, publicidade, informação e outras práticas correlatas cujo objetivo seja a divulgação e a promoção comercial de alimentos considerados com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio e de bebidas com baixo teor nutricional. Além disso, as principais doenças crônicas que acometem a população estão relacionadas ao uso do tabaco, alimentos ultraprocessados e álcool. Levando-se em conta que, apesar de proibida, a publicidade abusiva ainda está presente e é também direcionada para o grupo hipervulnerável composto, em sua maioria, por crianças, pergunto: como V. Sa. entende que a Anvisa pode contribuir para o avanço na garantia da proibição da publicidade infantil desses tipos de produto nas diversas mídias?

Dr. Alex, a Anvisa publicou a RDC 14, em 2012, também, que regula o uso de aditivos, como os de aromas e sabores, nos produtos do tabaco, utilizados na indústria do tabaco para atrair os jovens para a experimentação de seus produtos. Porém, desde sua edição, a resolução ainda não entrou em vigor em razão de processos judiciais movidos por representantes dessa indústria poderosa, que faz um *lobby* forte,





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da indústria de tabaco, questionando a legalidade da norma e a competência da agência para regular produtos de tabaco. Qual a sua opinião sobre essa forma de abordagem furtiva aos jovens?

Para encerrar, Dr. Alex, pedindo ao nosso Senador Romário só mais uns 40 segundos, a Anvisa publicou a RDC 327, de 2019, que dispõe sobre os procedimentos para concessão de autorização sanitária para a fabricação e importação, bem como estabelece requisitos para a comercialização, a prescrição, a dispensação, o monitoramento e a fiscalização de produtos de *Cannabis* para fins medicinais e dá outras providências. Publicou também a RDC 335, de 2020, que define os critérios e os procedimentos para importação de produto derivado da *Cannabis* por pessoa física para uso próprio mediante prescrição de profissional legalmente habilitado para tratamento de saúde.

Em 2019, a Agência já se manifestou pela manutenção da proibição do plantio da maconha no Brasil. Valendo-se do sofrimento de alguns pacientes e suas famílias, alguns Parlamentares, aqui, no Congresso Nacional, e o *lobby* do narconegócio tentam aprovar projetos de lei que buscam liberar o plantio de maconha em larga escala – cito aqui o PL 399, de 2015, da Câmara dos Deputados –, bem como fomentar a fabricação e distribuição de produtos à base de *Cannabis*.

As perguntas, bem objetivas, que eu faço ao senhor são: qual a opinião de V. Sa. em relação ao termo, entre aspas, "maconha medicinal"? O senhor concorda com esse vocábulo?

Qual a visão de V. Sa. em relação à proliferação da produção e comércio dos produtos ditos, abro aspas, "medicinais à base de maconha no Brasil"?

E, terceira, qual a sua visão sobre os riscos do plantio, em larga escala, de maconha no Brasil?

Por último, qual a sua visão sobre a viabilidade de sintetização da molécula do canabidiol, o que, talvez, aí possa ser a solução sem termos que plantar maconha no Brasil, porque aí se perderia completamente o controle. Não é à toa que a Polícia Federal é contra e a Associação Brasileira de Psiquiatria e vários outros segmentos, como o Conselho Federal de Medicina.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela paciência.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador Eduardo Girão.

Querem já responder agora, por favor?

**A SRA. CRISTIANE ROSE JOURDAN GOMES** (Para expor.) – Obrigada pela pergunta, Senador Eduardo Girão.

Bom, com relação às políticas públicas empregadas pela Anvisa com relação aos riscos sabidamente provocados pelo tabaco, nós... Até eu tenho, assim, vamos dizer, uma sensibilidade grande



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

em responder, porque tenho alguns parentes falecidos por conta de doenças oncológicas provocadas pelo uso do cigarro.

Bom, o controle do tabaco é exercido pela Anvisa com o objetivo de proteger a saúde da população dos malefícios causados pelo consumo de produtos derivados do tabaco e pela exposição à fumaça por estes gerados, por meio de regulamentação, por meio de controle sanitário e de fiscalização cerrada, principalmente com relação a medidas que eu considero, assim, que foram a vanguarda e que ajudaram muito a colocar o Brasil na posição de um país que respondeu muito bem com a aplicação dessas políticas, que foi a proibição da propaganda.

A gente sabe que, num tempo mais remoto, a propaganda era, vamos dizer, o grande incentivador do ato de fumar. Existia o *glamour*. Eu acho que quem é mais da antiga vai lembrar das propagandas que existiam do cigarro Hollywood. Então, a gente... Eu fico um pouco incomodada de estar dando as costas para o senhor. O senhor me desculpe, tá?

Então, eu acho que as políticas públicas, com relação à proibição de propaganda, e agora, recentemente, com relação ao controle da cadeia de produção de produtos fumígenos, em que se identifica com transparência todas as fases dessa produção, o controle de produtos importados, a eliminação de comércio ilícito de produtos de tabaco, ou seja, todas essas ações, inclusive o mercado ilegal, ressaltando aqui, que não cumpre nenhuma exigência sanitária, fica à margem do controle sanitário da Agência: comercializa-se sem nenhum tipo de controle, além de não pagar tributos...

A gente sabe que a gente tem um diferencial de tributos, uma carga tributária mais pesada, que também é uma ação política pública de diminuir o estímulo ao uso do tabaco. O contrabando também gera muito ônus para a população, tanto na questão da saúde pública quanto na questão da arrecadação de impostos. Enfim...

Eu acredito que todas essas políticas públicas aplicadas pela Anvisa, na tentativa de minimizar os riscos do tabaco, são bastante resolutivas e acredito que possamos aperfeiçoá-las, no sentido de melhorar mais ainda esse resultado positivo, com boas práticas e com uma regulação rigorosa.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem.

Sra. Meiruze.

**A SRA. MEIRUZE SOUSA FREITAS** (Para expor.) – Sr. Senador, obrigada pela pergunta.

É importante contextualizar que a Regulamentação 46, de 2019, que proibiu os dispositivos eletrônicos, se mantém ainda em vigor, continua em vigência.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A Anvisa sempre abre o debate, as discussões. É importante, inclusive como agência reguladora, que ela atue em ampliar o debate, escutando todos os envolvidos nesse processo – a academia, o Inca, a indústria –, de forma a ter uma regulamentação sanitária segura.

Nesse momento, o conhecimento científico que se tem sobre essa matéria ainda vem crescendo, cada vez mais, em relação aos dispositivos eletrônicos. Separam-se em duas categorias os DEFs que é possível serem abertos, que causaram aquelas pneumonias atípicas nos Estados Unidos, o tabaco aquecido, e o que se busca hoje é fazer uma discussão amadurecida, com maior número de informações, para que se estabeleça a manutenção dessa proibição ou a permissão, com utilização dentro de critérios sanitários estabelecidos.

No momento, essa regulamentação continua em vigência, mas é muito importante que a agência reguladora não feche o debate, inclusive como estratégia de proteção à saúde da população.

Agradeço fortemente por essa pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALEX MACHADO CAMPOS** (Para expor.) – Senador, agradeço a pergunta, a oportunidade de me manifestar sobre o tema.

Sintetizei aqui em duas partes: a questão dos aromatizantes e a questão da *Cannabis*.

Senador, sem dúvida o País, o Brasil, é pioneiro no combate ao fumo e ao tabaco. Os avanços civilizatórios que nós alcançamos, com impacto no Sistema Único de Saúde, redução de problemas de doenças respiratórias, do câncer, isso é um avanço de que o País não pode abrir mão. Um passo atrás não pode ser dado nessa direção.

A gente mudou uma cultura, um hábito, em relação ao fumo, ao hábito de fumar, e qualquer medida que concorra para a ideia de, vamos dizer assim, captura da juventude, captura de novos usuários do cigarro, seja por intermédio dos dispositivos eletrônicos para fumar – o que é proibido no Brasil, e a pressão existe para que ele seja liberado. A Anvisa proíbe essa possibilidade –, tem, no meu espírito, no meu *animus*, o sentido de que nós devemos proteger esse avanço civilizatório, esse avanço na saúde pública, que é, como disse, uma ação pioneira que o País sempre liderou e lidera, em fóruns mundiais desse debate.

E eu acho que, nessa discussão sobre os aromatizantes, que está empatada no Supremo – é uma ADI que está empatada no Supremo –, tenho certeza de que a AGU haverá de trabalhar para que a gente possa garantir a competência normativa da Anvisa nesse tema. Aliás, é uma tradição da nossa Corte



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Suprema prestigiar a deferência administrativa, ou seja, de preservar as competências da Anvisa em relação a esses temas, que são de sua competência e previsão normativa.

De modo que a minha opinião sobre esse tema, Senador, é no sentido de preservar os avanços que o País já fez nesse tema, avanços que mudaram a forma como o País enfrenta... E os gastos que nós diminuimos também no Sistema Único, por conta dessa política de regulação que teve efeitos práticos na vida, na saúde do Brasil e dos brasileiros.

Em relação à *Cannabis*, a primeira pergunta, Senador, em relação ao termo "maconha medicinal", eu acho que qualquer nomenclatura, qualquer nome que traga a politização ou a ideologização do tema não são bem-vindos, especialmente porque a agência é premida pelos trabalhos científicos, pelas monografias, pelo debate na comunidade científica, de modo que acho que as últimas duas resoluções, os dois grandes debates que a Anvisa manteve sobre o tema, uma que praticamente regulou essa questão recentemente e a outra que abortou a ideia do plantio, eu acho que são, por hora, o formato institucional mais adequado.

Eu me lembro de que eu trabalhava no Ministério da Saúde e, quando a gente debatia a questão do plantio da *Cannabis* ou da maconha, com o sentido medicinal, havia grandes preocupações, porque não havia instrumentos – e esse é um grande desafio da agência em todas as áreas, não só na área médica, mas no agronegócio, dos saneantes, no trânsito de pessoas, que é a fiscalização pós-mercado –, e o grande debate tido, naquele instante, era: como nós vamos fiscalizar empresas, indústrias que pudessem praticar o plantio da *Cannabis*, ainda que com fim medicinal?

De maneira que eu acho que o arcabouço institucional hoje normatizado pela Anvisa atende às expectativas não só da nossa estrutura e da nossa capacidade de fiscalização como atende àquele apelo do reconhecimento científico de que a *Cannabis* bem aplicada, da maneira como previsto e normatizado pela Anvisa, com a previsão de autorização do paciente, com a dispensação feita por farmacêutico, com controle e com a indicação terapêutica médica... Eu acho que é adequado à nossa realidade científica, aos estudos já produzidos. E sempre lembrando que a Anvisa, como todo trabalho acadêmico e científico, é premida pelo debate permanente e pela revisão das suas próprias questões.

Aliás, é por isso que as agências reguladoras têm a competência específica de normatização, porque o Parlamento, em si, o Congresso, dificilmente conseguiria acompanhar, pelas especificidades técnicas e avanços tecnológicos, a necessidade que o mercado tem de prover soluções regulatórias que possam pacificar as situações de mercado e de sociedade.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Sr. Alex.

Sr. Antonio Barra, por favor.

**O SR. ANTONIO BARRA TORRES** (Para expor.) – Obrigado, Presidente.





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço a pergunta do eminente Senador Eduardo Girão.

Quanto à questão das informações sobre alimentos, Senador, recentemente a agência, através da Diretoria nº 2, cuja titular é a Dra. Alessandra Soares, entregou uma RDC a respeito das informações nutricionais dos alimentos, fruto de muito trabalho, fruto de muito estudo, e, quando do ato de votação, tivemos as manifestações orais, e 90% delas foram favoráveis.

E eu digo aqui: os órgãos de classe de proporção federal, estadual, dos conselhos de nutrição, todos foram unânimes em elogiar o trabalho que foi entregue. Não é nossa pretensão entregar produtos que sejam diamantes; buscamos o diamante, mas muitas vezes, não vamos conseguir entregar, porque essa lapidação se dará com o decorrer do tempo, e, como absolutamente nada está escrito na pedra, esses temas podem ser e serão melhorados.

No que tange à propaganda para crianças, aquela que tem foco em crianças, esse é um tema extremamente preocupante, multidisciplinar, que transcende os limites de uma agência reguladora. Eu entendo que seja uma discussão, na verdade, nacional.

Recentemente, nós vimos uma determinada empresa de televisão que abordava um tema sobre música e estilo musical. As terminologias usadas e as demonstrações feitas, num horário em que crianças estão assistindo, eu acho que deixariam qualquer pai ou mãe bastante preocupado. Portanto, é uma questão extremamente ampla.

No que tange à *Cannabis*, eu fui relator, na época, através de pedido de vista, no processo citado pelo Dr. Alex, que concluiu não ser possível o plantio no Território nacional, e sim possível o registro dos produtos à base de *Cannabis*.

Eu queria deixar aqui no meu depoimento a questão de que ouvi de empresa nacional, quando perguntei sobre a facilidade de comprar no Brasil o produto aqui plantado... Essa empresa disse: "Não tenho nenhum interesse. Pode plantar o que for possível plantar aqui no Brasil, que continuarei comprando no exterior". Eu perguntei por que, e a resposta foi que o grau de pureza esperado por aquela empresa era atingido por firmas internacionais e que a curva, até chegar a esse estado de qualidade, não seria obtida imediatamente aqui no Brasil.

O fulcro fundamental do meu voto, naquela época, foi que não caberia a uma agência reguladora criar uma atividade econômica inexistente no País, e sim a esta Casa. Então, a legitimidade dessa discussão está sendo feita no local exatamente apropriado, onde os senhores, V. Exas., os legítimos representantes do nosso povo, têm não só o direito como o dever de posicionarem-se a respeito dessa questão.

Então, o eminente Senador Girão citou um projeto de lei, que até onde sei, se encontra em trâmite e sobre o qual já tivemos o nosso posicionamento.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E só para não me estender demais, a função regulatória, que existe em todos, praticamente todos os países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento no mundo, tem de ir ao exato limite em que ela não se torne uma função de censura. Ela precisa regular. Agora, ela precisa regular aquilo que faz parte da tradição daquele povo, daquela cultura, sem interferir em questões que, se levadas ao excesso, sem dúvida alguma vão constituir uma censura, coisa que efetivamente não acha mais lugar num Estado democrático de direito.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – *(Falha no áudio.)*

... falar agora o Senador Nelsinho Trad.

**O SR. NELSINHO TRAD** (PSD - MS) – Presidente Senador Romário, é apenas para cumprimentar os quatro sabatinados, desejar êxito nesta nova missão que o destino colocou à frente de vocês, Dr. Antonio Barra Torres, Dr. Alex Campos, Dra. Meiruze Freitas, Dra. Cristiane Gomes.

E ressaltar a necessidade de uma resposta sempre mais célere. Eu sei que muitas vezes não depende de vocês, depende de análises científicas, de comprovações e que isso demanda tempo, mas a imagem da Anvisa quando vai alguma demanda, algum questionamento para lá, é realmente uma imagem, como disse a Senadora Leila, que demanda sim muita paciência, muita morosidade.

No mais, cumprimentá-los e dizer que realmente é uma missão difícil, mas honrosa, que recai sobre os ombros de cada um de vocês. Boa sorte e que Deus os acompanhe.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador. Passo a palavra agora à Senadora Soraya Thronicke.

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, prazer estar aqui vendo os trabalhos da Casa andando, para que possamos dar continuidade aos nossos projetos de Estado e não de Governo.

Com tudo que eu já ouvi e que a minha assessoria acompanhou, estou bastante satisfeita com as explicações de V. Sas., mas eu gostaria de saber sobre uma questão.

Veio ao meu conhecimento no ano passado, ainda quando era o Ministro Henrique Mandetta, sobre dados de seringas brasileiras que nós temos, que não são seringas retráteis, e que há já fora do País seringas retráteis. E os dados que eu obtive eram dados que mostravam que, apesar de o valor ser um pouquinho mais alto do que as que nós temos aqui no País, elas significavam índice zero de contaminação e de acidente de trabalho desses funcionários, desses profissionais da área de saúde. Então, eu questionei o Ministro Mandetta na época e ele me disse que a questão burocrática, até para aprovação da Anvisa de qualquer instrumento, atrapalhava demais a aquisição por parte do Governo.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria saber como vocês pensam em trabalhar em relação à burocracia que existe para a aprovação de produtos sem similares no País, porque a nossa parte estamos fazendo, com projetos de lei de isenção de IPI e outros tributos, mas é importante que nós foquemos não só na questão econômica do nosso País mas também de vidas, porque o número de processos de acidentes de trabalho que o País tem que suportar, tanto na iniciativa privada quanto na pública, é enorme em relação a acidentes de trabalho dessa ordem. Então, eu gostaria de saber de V. Sas. sobre projetos de desburocratização para aprovação e questões afins. Está bom?

No mais, desejo sucesso a todos vocês e desejo também...

Há algo que eu conversei com o Alex que muito me chocou logo no ano passado, no começo deste ano, perdão, quando verifiquei, no *site* do Ministério da Saúde, que não tínhamos números sobre as doenças de notificação compulsória. O País não tem dados, e não era só no *site* a ausência, o próprio Ministério não conseguiu me fornecer números do que tínhamos já... Vamos supor, eu pedi apenas e tão somente do dia 1º de janeiro de 2020 para cá, de H1N1, de dengue e das demais doenças de notificação compulsória. Parece-nos bastante óbvio que o Ministério concentre todos os números fornecidos pelos Estados, mas isso não existe, como não temos dados na segurança pública. Somos um país que não tem dados. Como é que nós vamos desenvolver políticas públicas se não temos números?

Eu não sei qual foi o milagre que nos fez chegar aqui, só acredito que é porque Deus seja brasileiro mesmo, mas o desaforo que nós suportamos não justifica... O desaforo que eu digo é não só em relação à economia, em relação a dinheiro, em relação à corrupção, mas em relação à incompetência, em relação à falta de gestão, porque no meio público é uma vergonha. Então, é só uma questão mesmo de acreditar que Deus nos provê o tempo inteiro, porque se dependermos dos avanços nós não teríamos nem um dado, nós não seríamos nada, na verdade.

Então, é por isso que eu gostaria de saber, em termos de tecnologia, de avanços, de dados, o que os senhores têm em mente? Qual é o projeto? Qual é a gestão que vocês pretendem colocar para nós brasileiros diante da Anvisa?

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Sr. Antonio Barra, por favor.

**O SR. ANTONIO BARRA TORRES** (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Eminente Senadora Soraya Thronicke, eu acho que realmente a senhora abordou temas sobre os quais certamente todos nós aqui teremos alguma coisa a dizer. Vou tentar ser o mais breve possível.

Primeiramente entendo, de maneira mais ampla, que onde reina a desconfiança tudo de ruim vem na sequência. Que bom, talvez utópico até, aquele lugar onde as pessoas confiam nos seus agentes públicos e vice-versa, onde as medidas são tomadas a tempo e a hora, na certeza de que aquele tempo foi





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

o menor possível e de que a medida tomada foi a melhor. Eu entendo que nós precisamos tentar buscar isso, mas é um trabalho feito a todas as mãos, e se assim não for ele não obtém nenhum tipo de resultado. Muito da desconfiança vem da incompreensão, do desconhecimento.

No que tange à Anvisa, a grande culpada por tudo isso é a própria agência. Quando chegamos lá, no ano passado, um dos nossos objetivos era tornar a agência mais conhecida e, por conseguinte, mais compreendida por todos, principalmente pelo cidadão comum, pela sociedade. Infelizmente, com o advento da pandemia, nós tivemos que colocar prioridade um para a pandemia, dois para a pandemia, três para a pandemia e não poderia ser diferente, mas chegará o dia em que poderemos retomar esse projeto de tornarmos a nossa agência mais bem conhecida. Afinal de contas, ela regular 22,8% do Produto Interno Bruto, o que é uma missão realmente hercúlea para 1,7 mil funcionários, enquanto o FDA, por exemplo, que só regula *food and drugs*, tem 11 mil. Então, esse é um fato que teremos que abordar, oportunamente.

Ainda, respondendo objetivamente à sua pergunta, muitas vezes o que é rotulado de burocracia é fruto de uma natural incompreensão de mecanismos que são necessários, porque, no final, somos nós e ninguém mais quem vai efetuar o atesto de qualidade, segurança e eficácia de tudo aquilo que é usado no tratamento do cidadão brasileiro. É uma responsabilidade imensa.

Objetivamente, Senadora Soraya Thronicke, nós temos um mecanismo chamado guilhotina regulatória, já instituído há anos na agência, que faz diuturnamente uma análise de todas aquelas resoluções de diretoria colegiada que já perderam o objeto, que já se tornaram superadas tecnologicamente, que não têm mais a abrangência necessária ou cujos temas não mais povoam a nossa necessidade. Então, essas RDCs são excluídas. E é interessante notar que uma RDC muitas vezes se articula com mais cinco, seis ou mais. Então, a queda de uma acarreta um fenômeno em cascata que diminui completamente esse termo que praticamente me causa profunda insatisfação, que é a burocracia. A burocracia é aquele papel que existe, na melhor hipótese, para nada ou para criar uma dificuldade que depois será trocada por algum tipo de facilidade. A nossa postura é combater duramente esse tipo de coisa.

Por último, a senhora abordou o tema de um produto que existe lá fora e que parece, de fato, ser muito bom. A Anvisa não tem o poder de sair à rua com um laço e trazer para o Brasil produtos que sejam considerados bons. A agência, como reguladora de mercado, atua por demanda. Então, se o fabricante apresenta o pedido de registro, nós vamos efetuar a análise para que possamos atestar a sua qualidade, a sua segurança, a sua eficácia e conceder o registro, mas não temos o poder para irmos ativamente à procura de qualquer produto ou até mesmo medicamento.

Recentemente nos foi perguntado por que determinado medicamento não tinha registro no Brasil, e foi porque o seu fabricante nunca protocolou pedido de registro. Se pudéssemos agir dessa maneira, estaríamos exercendo uma influência totalmente não prevista em qualquer regra mercadológica mundial.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem.

Satisfeita, Senadora? (*Pausa.*)

Tenho aqui duas perguntas dos internautas. Uma foi mais ou menos respondida: qual a posição referente à liberação da comercialização de cigarros eletrônicos no Brasil, sabendo que são 95% menos danosos que os cigarros normais?

Quer responder, futuro Presidente?

**O SR. ANTONIO BARRA TORRES** (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Esse tema é um tema que já vem sendo estudado pela agência há bastante tempo. Não seria errado dizer que, por conta dos eventos de janeiro para cá, possa ter sido tornada um pouco mais lenta ainda a sua análise, mas é um tema que irá sim para a nossa mesa de votação na reunião de diretoria colegiada. É um assunto ligado à Gerência-Geral de Tabaco, sediada no Rio de Janeiro, no âmbito da Terceira Diretoria. Então, esse tema será tratado pela agência.

Qualquer revelação de opinião pessoal, Sr. Presidente, em relação a um tema como este tem ação direta no mercado, motivo pelo qual os diretores constituídos, diferentemente daqueles que estão para ingressar na agência, efetuam a formulação da sua forma de encarar um problema através do voto e não antes dele. É claro que sabemos de todos esses malefícios que o senhor acabou de elencar. Eu me lembro que esse tema foi presente na nossa primeira sabatina há um ano. Temos plena ciência desses transtornos que o Senador Eduardo Girão citou e que têm ocorrido principalmente nos Estados Unidos. Aliás, mais ou menos no ano passado, tivemos uma incidência muito grande de jovens que se internaram e morreram em curto espaço de tempo por conta desses mecanismos. Então, este tema está na atenção da Anvisa e será oportunamente votado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem.

Outra pergunta do internauta aqui – aquela quem perguntou foi a Mariana Carvalho, de São Paulo; este é o Tarlei Filho, de Minas Gerais: qual o posicionamento acerca da legalização e distribuição da fosfoetanolamina gratuita pelo Sistema Único de Saúde?

**O SR. ANTONIO BARRA TORRES** (Para expor.) – Sr. Presidente, é interessante este tema, um tema que muitas vezes é colocado, vamos assim dizer num português claro, na conta da Anvisa. Eu peço que me corrija aqui, Dra. Meiruze, com o tempo de casa que tem, mas até onde sei, em momento algum, para a fosfoetanolamina – aliás, fazendo um *link* com a resposta que dei à eminente Senadora Soraya Thronicke –, nunca houve um protocolo de análise de fosfoetanolamina na agência. Então, se o Brasil



**SENADO FEDERAL****Secretaria-Geral da Mesa**

deixou de ter fosfoetanolamina disponível por algum motivo, não foi por uma proibição da agência. A agência simplesmente não a analisou.

Agora, quanto à questão de incluir este ou aquele produto ou medicamento em política pública de saúde, essa é uma atribuição específica do Ministério da Saúde, não nos cabendo tecer qualquer consideração neste sentido, mas a fosfoetanolamina não foi por nós analisada.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem.

Senador Izalci, por favor, com a palavra.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, eu estava virtualmente assistindo e vi a pergunta, e a nossa querida Senadora Mara pediu também para falar. Não sei, quando eu vim para cá, se ela chegou a fazer as perguntas?

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Não, ainda não. Ainda não fez.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Você poderia passar primeiro para ela, se ela ainda estiver...

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Não, pode falar, depois passo para ela.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Está bom.

Vou tirar esta máscara, porque isso aqui incomoda.

Bem, primeiro há a necessidade, primeiro eu quero comunicar a todos os meus colegas, Senadores e Senadoras, que fiz questão de acompanhar a votação, apesar de nem ser desta Comissão, mas acho que as agências têm um papel fundamental no Brasil desde quando foram criadas e acho que têm que ser bastante independente realmente. Estou apresentando inclusive um projeto para o qual eu quero pedir o apoio de todos.

Quero, em primeiro lugar, parabenizar o Presidente Jair Bolsonaro pelas indicações, pelo menos até agora todas as indicações que vi, não só para as agências, mas também para os outros cargos, são pessoas altamente qualificadas, então, o parabenizo, mas estou apresentando um projeto para que venha uma lista tríplice também de cada posição, para que a gente possa ter uma sabatina mais completa e poder ter alternativas, o que não é o caso do que está acontecendo aqui, mas só para ressaltar que estou apresentando o projeto de lei, inclusive uma PEC para o Supremo.

Todo mundo sabe aqui que eu sou da área de ciência e tecnologia. Há necessidade de conferir maior transparência sobre os custos de pesquisa e desenvolvimento dos medicamentos ressaltada por diversas entidades internacionais de saúde, a exemplo da OMS, da OPAS. Em 2019, inclusive, os Estados-membros da Organização Mundial de Saúde aprovaram uma resolução com compromissos





## SENADO FEDERAL

## Secretaria-Geral da Mesa

voluntários de dar mais transparência aos custos de pesquisa e desenvolvimento. A proposta original da resolução não chegou a ser aprovada, mas continha uma previsão de que as indústrias farmacêuticas, ao solicitarem o registro de medicamentos, que apresentassem as informações sobre os custos de desenvolvimento do produto, inclusive aqueles que envolvem ensaios clínicos, *marketing*, subsídios públicos recebidos e até doações também de particulares.

Cada vez mais os novos medicamentos, especialmente os dirigidos às doenças raras, entram no mercado com preços elevadíssimos, haja vista o caso emblemático, recente, dos medicamentos de Atrofia Muscular Espinhal (AME), a Spinraza, e também o Zolgensma, os mais caros do mundo. Eu vi até uma campanha outro dia com os meninos pedindo aí R\$12 milhões por um medicamento, se não me engano.

Nesse cenário de crescimento significativo dos preços dos novos medicamentos, ganharam destaque as propostas de mudanças regulatórias, tanto no processo de precificação dos medicamentos, quanto de registro.

Então, eu pergunto com relação a isso: a atual Anvisa, a agência reguladora, contempla o problema de altos preços dos medicamentos, especialmente daqueles voltados a doenças raras? Essa é a primeira pergunta sobre isso. Quais mudanças regulatórias devem ser implementadas para que se obtenha uma melhor precificação dos medicamentos, e, com isso, se garanta maior acesso da população a esses produtos? Em que medida a proposta de incluir, entre as informações obrigatórias para fins de registro de medicamentos, os custos de desenvolvimento do produto – inclusive aqueles que envolvem os ensaios clínicos, *marketing*, subsídio público recebido – pode contribuir para coibir preços abusivos dos novos medicamentos? Quais outros pontos os senhores elencariam como prioritários para serem incluídos na agenda regulatória da Anvisa? O que mais poderia ser colocado?

Outro assunto: frequentemente o Congresso Nacional é instado a atuar e formular proposições legislativas no campo da vigilância sanitária. Com relação a isso eu pergunto: como os senhores avaliam a atuação do Poder Legislativo em questões específicas da vigilância sanitária, como, por exemplo, rotulagem de alimentos? É possível harmonizar a atuação parlamentar com a atuação da Anvisa, com vistas à concretização de um marco regulatório sanitário nacional adequado e moderno? Os senhores identificam, no atual marco legal nacional, alguma lacuna que exija a atuação do Parlamento?

E a última, Presidente: há diversos projetos de lei tramitando aqui no Congresso Nacional que tratam de vedar o uso de gorduras trans nos alimentos. A Anvisa, como agência reguladora, não teria competência para adotar medidas restritivas do uso dessa substância nos alimentos? O que os senhores pensam sobre essa matéria?

Ainda há mais uma. O Senado aprovou agora e encaminhou para revisão na Câmara dos Deputados – só um segundo, Presidente – um projeto de lei, o PLS nº 200, de 2015, que regulamenta as pesquisas clínicas no País. Esse projeto busca suprir a lacuna legal existente no ordenamento jurídico, uma vez que a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

realização de pesquisas clínicas no Território nacional é regulamentada apenas por normas infralegais, inclusive da própria Anvisa. Ademais, a comunidade de pesquisadores nacionais tem relatos graves sobre problemas no atual sistema de controle ético das pesquisas clínicas, que é lento e burocrático, o que dificultaria ou até mesmo inviabilizaria a realização dessas pesquisas no Brasil. Sobre esse assunto, então, eu pergunto: como os senhores avaliam o atual marco regulatório das pesquisas clínicas do País? Ele é satisfatório para atender às necessidades de desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil e às demandas dos pesquisadores nacionais?

No atual momento de crise sanitária, decorrente da pandemia, o marco regulatório da Anvisa no campo das pesquisas clínicas tem se mostrado adequado para responder de forma eficiente a urgência imposta pela pandemia para que sejam desenvolvidos medicamentos e vacinas contra essa doença? Quais as mudanças ou adaptações que devem ser feitas no marco regulatório ou também nos processos adotados pela Anvisa para responder de forma adequada às situações emergenciais com relação a essa emergência sanitária?

Como os senhores esperam contribuir com a sua experiência profissional para o desenvolvimento e aprimoramento da vigilância sanitária em nosso País e em quais áreas específicas?

Obrigado, Presidente, pela paciência e pelo tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador.

Quem gostaria de responder primeiro, por favor, dos convidados, dos expositores?

Por favor, Sra. Meiruze.

**A SRA. MEIRUZE SOUSA FREITAS** (Para expor.) – Meiruze. Esse nome é complicado mesmo, Senador Romário! Também não tenho homonímia.

Obrigada, Senador Izalci, eu tentei buscar todas as suas colocações e vou tentar colocar de forma a responder os seus questionamentos.

Eu vou passar primeiro pela gordura trans, permita-me não seguir a ordem. Em relação a gordura trans, acho muito importante falar que a Anvisa vem atuando, principalmente desde 2016, em várias medidas relacionadas à segurança alimentar. Foi colocado inclusive anteriormente ao questionamento do Senador Girão, sobre a RDC nº 24, e é importante colocar que essa RDC, sobre a propaganda dos alimentos, foi sustada por uma medida judicial, porque o marco legal teria sensibilidade sobre a autonomia da Anvisa em regulamentar a propaganda de alimentos.

Em relação à gordura trans, em 2019 a Anvisa emitiu regulamentação, a RDC nº 332, sobre o banimento das gorduras trans e há prazo para esses banimentos. Ela alinhou isso, inclusive, com outros países e, hoje, a gente já trabalha – especificamente a área em que eu trabalho na Anvisa – com um





**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

programa de monitoramento das gorduras trans nos alimentos. Eu acho que essa medida é uma medida que a gente já vem adotando no campo da regulação sanitária.

Aqui eu faço um aparte: é muito importante que as questões relacionadas à tecnologia e às mudanças sejam feitas no âmbito de uma regulação da autoridade sanitária porque o conhecimento muda bastante, então, quando a gente coloca isso numa lei do Congresso Nacional, com toda a sua importância, às vezes você tem alguma dificuldade de inovar e até mesmo atualizar os marcos regulatórios.

Em relação às questões de alimentos, eu queria fazer uma ponderação que, em termos de PL, de projetos de leis, aqui no Congresso, a parte de alimentos é a parte em que mais chega projetos de lei para que a Anvisa avalie e isso tem a ver muito com a importância dos alimentos, a importância da comunicação do alimento. Então, os Congressistas estão muito alinhados com essa preocupação relacionada aos alimentos.

Em termos de lacunas, eu diria que hoje os três grandes marcos regulatórios com que a Anvisa trabalha... A Lei nº 6.360, de 1976, é uma regulamentação muito completa, muito completa e atual, mas há de se considerar que essa regulamentação está obsoleta em alguns pontos, inclusive o próprio decreto-lei de alimentos e a Regulamentação nº 6.437, que é a lei que trata das penalidades sanitárias.

Hoje, cada vez mais você busca, na questão das simplificações, os controles pós-mercado e a responsabilização do regulado. Para isso, a gente precisa também modernizar o arcabouço legal para as normas infralegais e o Parlamento tem um grande papel nesse processo. Entendo que a Anvisa, com a sua experiência, tem que trabalhar junto com o Parlamento de forma a aprimorar a regulamentação legal dos produtos sujeitos à vigilância sanitária.

Em relação às questões relacionadas ao custo, eu queria comentar que, dentro do processo de registro, após avaliação dos critérios de eficácia, segurança, qualidade, boas práticas de fabricação, o medicamento, para ser comercializado no Brasil, precisa ter uma precificação, também regulamentada por lei, em que a Anvisa faz o papel da Secretaria Executiva da Câmara de Medicamentos, composta por vários Ministérios – Ministério da Economia, da Saúde, de Ciência e Tecnologia e Casa Civil.

Os estudos de farmacoeconomia ainda são, eu diria, muito poucos para uma avaliação de precificação. Há necessidade de aprimoramento dos estudos de farmacoeconomia, lembrando que o Brasil é um dos únicos países que faz esse controle de preços. Para que isso seja feito de forma mais efetiva e mais adequada, há necessidade de revisão da lei que trata da precificação de medicamentos.

Aí eu queria fazer um aparte. Os medicamentos de alto custo normalmente têm, sim, um desenvolvimento clínico de maior custo para as empresas, mas o que a gente também verifica aqui no Brasil é que os medicamentos de grande acesso à população, em que as indústrias vêm se aprimorando para ofertá-los, deixam de ser comercializados por questões relacionadas a preço. Isso mostra mais uma necessidade de revisão do marco legal que trata das precificações.





**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem.

Sr. Alex, por favor.

**O SR. ALEX MACHADO CAMPOS** (Para expor.) – Agradeço ao Senador Izalci as questões apresentadas.

Vou me deter em dois tópicos, porque Dra. Meiruze foi bem exauriente em relação aos temas de alimentos.

Como bem citou aqui a Dra. Meiruze, o Brasil tem um sistema de regulação de medicamentos até sofisticado. Como Dra. Meiruze bem mencionou, é um dos poucos países que tem um sistema de regulação que estabelece um teto de preço. Nenhum medicamento no Brasil vai a mercado sem passar por essa Câmara. Não é uma Câmara prevista em lei, de que a Anvisa participa como Secretaria Executiva, mas integram essa Câmara Ministros de Estado ou seus representantes. É um mecanismo sofisticado, mas não é impassível de erro.

Aliás, o próprio Sistema Único de Saúde é refém ou, diríamos, é vítima do sistema de precificação. Os exemplos que o Senador Izalci nos traz em relação ao Spinraza e ao Zolgensma são casos clássicos, inclusive, judicializados, de preços que são pagos pelo próprio Sistema Único de Saúde via judicialização e que impactam o orçamento da União.

A gente está discutindo princípios constitucionais como o da equidade, por exemplo.

Então, de fato, quanto a essa questão dos medicamentos, na outra ponta está a questão patentária. Essa é uma discussão para ter lugar no Congresso Nacional, neste Senado, nesta Comissão. A gente está discutindo nesses termos a inventividade, a atração do desenvolvimento tecnológico, os investimentos.

Nós sabemos, pois é uma informação pública e disseminada, que os estudos e ensaios clínicos para o alcance de novas tecnologias são milionários. E encontrar um lugar em que dialoguem os preços públicos ou o *fair price*, os preços justos, é uma demanda mundial.

A gente sabe que as tecnologias que nos apresentam ainda não são compartilhadas com todas as pessoas que precisam delas. Esse caso do Zolgensma é um caso que tem mobilizado a sociedade brasileira. Crianças com Atrofia Medular Espinhal, a AME, até os dois anos precisam dessa terapia tida como gênica para pensar em ter sobrevivência. Uma única aplicação desse medicamento – eu estive no Ministério da Saúde e a gente teve que enfrentar esse debate – custa algo em torno de US\$2 milhões. Essa é uma questão posta não somente para a Anvisa, mas, sobretudo, para o Congresso Nacional.

O Senador trouxe uma questão em relação aos planos, às questões que merecem desse novo colegiado, que vai se formar a partir dos próximos dias... A Anvisa coordena o Sistema Nacional de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Vigilância Sanitária. Nós testemunhamos, os brasileiros, e nós, agentes públicos, servidores, que essa pandemia deu um drible em todos os sistemas de vigilância. Aliás, deu um drible na economia, deu um drible no sistema da educação.

Eu dou um exemplo pessoal. No meio da pandemia, eu tive que fazer um deslocamento para o Recife para acompanhar uma cirurgia de um familiar. Pernambuco estava em *lockdown*. Tomei voo aqui em Brasília e não fui abordado. Desci em Pernambuco em *lockdown*, não fui abordado, nem temperatura de corpo, nem sintomas da doença, como a gente faz aqui no Senado, e não porque a Anvisa não dê conta disso, não porque a Anvisa negligenciou nesse tema. É porque nós temos uma falta de estrutura. O fortalecimento desse sistema de vigilância com protocolos de biossegurança que, como eu disse em outra fala aqui, tomarão lugar na agência por conta da revisão do regulamento sanitário internacional.

Então, seguramente, um dos assuntos que me mobilizam em relação à agência é esse fortalecimento do sistema. Eu conversei com vários secretários de saúde municipais e estaduais e realmente todos se ressentem dessa articulação, especialmente numa situação de contingência, como a gente vivenciou com o coronavírus.

De maneira que esse é um dos temas, Senador Izalci, que eu trago à discussão. Seguramente, não trago uma novidade, inclusive para a Dra. Meiruze, para o Presidente Barra, porque são desafios que encontram limitações em custos. Seguramente, teremos que atuar com inteligência artificial, com inteligência regulatória, articular a participação, inclusive, do Senado, desta Comissão, para encontrarmos alternativas para esse vácuo institucional que nós temos.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Sr. Alex.

Estão respondidas as perguntas?

**A SRA. CRISTIANE ROSE JOURDAN GOMES** – Posso complementar?

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Por favor, Sra. Cristiane.

**A SRA. CRISTIANE ROSE JOURDAN GOMES** (Para expor.) – Obrigada pela pergunta, Senador.

A questão da incorporação tecnológica de medicamentos e/ou vacinas é uma questão complexa, porque demanda um tempo prolongado. Essa morosidade se deve a critérios científicos rigorosos. Nós temos as fases dos ensaios clínicos que geralmente, via de regra, variam de três a sete ou dez anos. Nós temos um custo elevadíssimo dessa incorporação e muitas vezes, numa avaliação de custo benefício, ela passa a ser quase que impossível diante do custo absorvido por aquela indústria que produziu os testes clínicos e que patrocinou o estudo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito, sim, que a gente tenha que reformular, fortalecer uma regulamentação que dê mais transparência aos custos acompanhados durante o processo dos testes clínicos e também com relação à regulamentação de pesquisas, porque são assuntos estritamente conexos. Eu concordo que nós tenhamos que prever dentro de uma agenda regulatória algo que possa melhorar, aperfeiçoar, dar maior celeridade à questão da incorporação tecnológica de medicamentos e vacinas.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Deixe-me só complementar rapidamente, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Sim, Sr. Senador.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Bem, é evidente que os nossos pesquisadores no Brasil – e nós temos excelentes pesquisadores – precisam evidentemente de uma agilidade maior tendo em vista que nos outros países é muito mais ágil. E mais: o Governo tem um poder muito grande de compra. O poder de compra do Estado é imenso. Precisa realmente privilegiar essa questão da compra também do produto nacional, porque, senão, o nosso pesquisador encontra uma solução, mas, se o Estado não der preferência e aproveitar o poder de compra, a gente também perde muita competitividade.

Mas é só para dizer que estou satisfeito. Os temas que eu levantei foram exatamente para reflexão, para que vocês possam nos ajudar a compatibilizar o marco regulatório nosso aqui no Congresso com a nova gestão da Anvisa.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador.

Eu gostaria de saber se a Senadora Mara Gabrilli se encontra *on-line*.

**A SRA. MARA GABRILLI** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Sim, Senador Romário.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Senadora Mara Gabrilli com a palavra. Boa noite! Tudo bem?

**A SRA. MARA GABRILLI** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Tudo. Posso?

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Pode, deve.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. MARA GABRILLI** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Eu queria cumprimentar a todos. É uma alegria poder vê-los. Eu queria fazer uma pergunta para o nosso Diretor Antonio Barra Torres e cumprimentar a todos os diretores indicados.

Dr. Antonio Barra, em 2019, durante a sabatina para indicação de mesmo cargo, o senhor assinalou não ser contrário à regulação do uso medicinal da *Cannabis*. No entanto, durante o processo da regulamentação, já como Diretor substituto, o senhor inviabilizou várias alternativas de acesso para várias pessoas com doenças raras crônicas, a começar pelo arquivamento do processo que permitia o plantio de *Cannabis* no Brasil. Esse veto obriga todos os pacientes que precisam de medicamentos ou produtos à base de *Cannabis* a importá-los, restringindo o acesso apenas àqueles com condições financeiras. Aí eu queria saber o que o senhor pretende fazer para possibilitar o acesso a essas pessoas que não dispõem de recursos e corrigir essa injustiça social.

Eu também queria saber como os outros indicados – a Dra. Meiruze, o Dr. Alex, a Dra. Cristiane – pensam sobre esse assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senadora.

Por favor, o Sr. Antonio Barra com a palavra primeiro.

**O SR. ANTONIO BARRA TORRES** (Para expor.) – Eminente Senadora Mara Gabrielli, cumprimento a senhora e me sinto bastante feliz, porque, até há pouco tempo, quando eu gravava alguma reunião virtual ou entrevista na quitinete que eu alugo aqui, em Brasília – na minha terra, Rio de Janeiro, se chama quitinete, aqui é *flat*, tem outro nome, mas é um quarto e sala pequenininho –, eu não tinha nenhum livro atrás de mim, e eu estou vendo que a senhora está usando uma bela decoração também e não colocou nenhuma estante atrás da senhora. Então, já me sinto acalentado por isso, porque não sou só eu. Fico feliz.

Mas, eminente Senadora, brincadeiras à parte, talvez a senhora esteja colocando neste diretor um poder que ele não tem. Eu tenho um quinto dos votos, eminente Senadora. Então, por maior poder de conhecimento que tenha, ele é eclipsado pela capacidade técnica dos meus pares. Então, vamos relembrar o que aconteceu, em 2019, no episódio em que, como a senhora muito bem lembra, me posicionei favoravelmente aos derivados da *Cannabis* para fins medicinais.

Se formos pegar a ata da reunião, veremos que lá está meu voto aprovando justamente esse uso. Entretanto, na mesma ata, V. Exa. poderá constatar que, como fui Relator – eu pedi vista e relatei o processo –, eu manifestei meu voto contra o plantio, e vou dizer, resumidamente, os motivos. Um deles eu já citei aqui. Não entendo, não entendia na época e continuo não entendendo uma agência reguladora ter autoridade para propor uma nova atividade econômica inexistente no País, e, no caso concreto, proscrita por lei. Entendo, sim, eminente Senadora, que o local adequado, se isso tiver de nascer, seja na Casa dos Legisladores, esta Casa, da qual a senhora, por justo mérito e votação maciça que teve, faz parte. O



**SENADO FEDERAL****Secretaria-Geral da Mesa**

Senador Eduardo Girão acabou de citar um projeto de lei, que se encontra em tramitação no Congresso Nacional, contemplando o eventual plantio da *Cannabis* no Brasil. Se isso prospera, ele emana dos legítimos representantes do povo, os senhores, não dos reguladores. Então, essa foi uma das pernas do nosso tripé para defender esse voto.

A outra, Senadora, foi de que o tema não fora efetivamente discutido com as esferas de segurança deste País. Esta manifestação fez parte das manifestações em sede da própria consulta pública e foi emitida pelo então Ministério da Justiça naquela época, que dizia que essa questão não fora efetivamente discutida e carecia de uma discussão, haja vista ser a maconha a principal droga apreendida em nosso País, a principal droga que propicia danos àqueles que dela fazem uso em nosso País. É, portanto, um tema que necessita de uma discussão exauriente na esfera da segurança.

E o terceiro ponto que citamos à época e que acabou comprovado foi a questão de que havia muito mais uma questão de pressão da própria mídia no quesito plantio não do uso de produtos que tenham benefício para a saúde, e eu reconheço que na síndrome de Dravet, por exemplo, só para citar um caso, ou na dor neurológica de tratamento extremamente difícil há efeitos benéficos comprovados. Não há problema nenhum em relação a isso. Se nós formos lembrar os derivados dos opioides, do *opium*, que são usados até hoje, a própria cocaína, que começa como um produto anestésico...

Então, não há nenhum problema com essas substâncias, desde que, é claro, haja um regramento firme no sentido de controlá-las, para que não causem mais mal do que bem, e, no caso do plantio, na época, o meu entendimento foi que não cabia a uma agência reguladora usurpar o poder que é dos Srs. Senadores e Deputados Federais integrantes deste Congresso. Não posso aceitar, pelo menos pessoalmente, esse tipo de coisa.

Propus o meu voto – propus o meu voto – e esse voto foi acompanhado por mais três dos cinco diretores à época. Foi uma eleição de quatro a um, dentro de um princípio extremamente democrático e transparente.

Então, eminente Senadora, fico muito feliz em vê-la novamente, pela sua manifestação, mas não tenho esse poder que a senhora diz que tenho, de ter modificado essa votação. Esse mesmo tema fosse hoje discutido na Agência, poderia, talvez, até ter um entendimento final diferente, isso ninguém sabe, mas, na época, o que fiz foi propor o meu voto, que foi acompanhado pela maioria.

Muito obrigado, eminente Senadora Mara Gabrilli.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Senhores, por favor.

**A SRA. CRISTIANE ROSE JOURDAN GOMES** – Eu gostaria de complementar.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Sra. Cristiane.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. CRISTIANE ROSE JOURDAN GOMES** (Para expor.) – Existem inúmeros trabalhos que comprovam a eficácia dos derivados da *Cannabis* a doenças graves, ou seja, o assunto é inquestionável, e aí surge o nosso objetivo principal dentro da competência da Anvisa: como proporcionar um tratamento à base dos produtos extraídos da *Cannabis* de forma segura e eficaz? Essa é a nossa preocupação.

Eu chamo a atenção aqui, porque, nessa nossa avaliação, e a agência é um órgão técnico, nós temos sempre que fazer uma abordagem, e eu acho que essa abordagem também se estende a qualquer decisão, qualquer regulamentação em nível legal, porque a questão técnica nos remete a pensar que nós não podemos banalizar, negligenciar a ação recreativa do uso da *Cannabis*, porque esse uso recreativo pode sim causar danos sociais importantes.

A gente sabe que o THC, que é o princípio psicoativo da planta, essa substância pode causar danos graves e progressivos em níveis cerebrais e até provocar surtos psicóticos, comportamento esquizoide, depressões graves, inclusive, até, existem relatos de suicídios com o uso da *Cannabis*. Provavelmente, existe um fator predisponente.

E não tão diferentes desse comportamento agudo são os sintomas decorrentes de um processo mais silencioso, conhecido pelos especialistas em drogadização, que é a síndrome amotivacional. São os jovens que adotam comportamento paralisante, anestesiado, às vezes, apático. Eles assumem um comportamento não proativo diante do seu desenvolvimento psicossocial, diante do seu desenvolvimento acadêmico, profissional, e nós não podemos esquecer que toda avaliação técnica com relação a esse componente, com relação aos danos provocados por esse componente – e presa fácil são os nossos jovens –, possa provocar ações danosas com relação ao desenvolvimento psicossocial desses jovens.

Eu acho que essa avaliação não pode restringir, ela não representa nenhum tipo de preconceito; apenas que a gente tenha em vista uma visão e uma análise técnica com relação ao cuidado que a gente tem que ter no fornecimento desses medicamentos. Tanto é que, na regulamentação da Anvisa, que liberou, regulamentou a produção e a comercialização dos produtos à base do canabidiol, que não é o princípio psicoativo, foi estabelecido um teor no máximo de 0,2% do THC. Então, eu acho que esse cuidado se deve exatamente aos efeitos danosos que essa droga psicoativa pode causar nos consumidores do uso recreativo da droga.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem.

Senadora Mara Gabrilli, mais alguma colocação?

**A SRA. MARA GABRILLI** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Eu gostaria de, primeiro, dizer à Dra. Cristiane que, em nenhum momento da minha pergunta, eu falei sobre o uso recreativo e, em nenhum momento da fala dela, ela falou de remédio, de *Cannabis* medicinal. Ela está se referindo a uma outra coisa, que não é aquilo que eu perguntei. Eu estou



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

falando de pacientes, eu não estou falando de boca de fumo, é bem diferente. Eu estou falando de pessoas que precisam de remédio. Então, assim, como a gente está falando de medicamento, não cabe toda essa fala da Dra. Cristiane, porque não é o medicamento que vai causar tudo isso que ela falou. O medicamento foi feito para curar as pessoas, para remediar algo que já acontecia. Então, essa fala da Dra. Cristiane é numa outra ocasião, num outro fórum de discussão, não nesse.

E eu quero também lembrar ao Dr. Antonio Barra que, a primeira vez que nós conversamos sobre *Cannabis* medicinal antes de você assumir como Diretor substituto, a sua fala para mim foi outra, a sua fala foi bem diferente do que aconteceu depois de toda a ação. E eu não estou nem dando excesso de poder à Anvisa, nem tirando poder do Legislativo; pelo contrário, eu só estava mencionando uma mudança de colocação do senhor com relação a mim e com relação a esse tema, que primeiro o senhor demonstrou um interesse de uma forma e, depois que o senhor virou Diretor substituto, o senhor teve uma atuação de forma diferente.

Então, muito obrigada, Presidente, pela oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Obrigado, Senadora.

Vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

Solicito à Secretaria que proceda à apuração da votação, por favor.

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (PODEMOS - CE) – Senador Romário.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – Senador Girão, por favor.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Rapidamente, só por uma questão de justiça – pedindo permissão já para tirar a máscara e tirando –, eu estive presente aqui na sabatina do Dr. Antonio Barra Torres na época e eu fiz essa pergunta. Eu a fiz e me lembro bem, e ele, pelo menos para mim, de forma pública, respondeu de forma extremamente clara e objetiva com relação a esse tema.

Então, eu não posso ser omissa aqui em relação à colocação que foi feita e vejo uma coerência em relação ao que aqui foi colocado pelo então Diretor Substituto que estava sendo sabatinado aqui, Antonio Barra Torres.

**O SR. PRESIDENTE** (Romário. PODEMOS - RJ) – E, aproveitando a fala de V. Exa., eu também quero corroborar que aqui estive presente, e ele tem cumprido exatamente tudo que foi feito... Feito, não, que foi falado por ele naquela sabatina. *(Pausa.)*







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A escolha do nome do Sr. Antonio Barra Torres recebeu 14 votos favoráveis, 3 votos contrários e 0 abstenção.

A Mensagem nº 51, de 2020, recebe parecer favorável da Comissão.

A matéria vai ao Plenário.

Parabéns, Sr. Antonio.

A escolha do nome do Sr. Alex Machado Campos recebeu 16 votos favoráveis, 1 voto contrário e 0 abstenção.

A Mensagem nº 56, de 2020, recebe parecer favorável da Comissão.

A matéria vai ao Plenário.

Parabéns, Sr. Alex.

A escolha do nome da Sra. Meiruze Sousa Freitas recebeu 16 votos favoráveis, 1 voto contrário e 0 abstenção.

A Mensagem nº 60, de 2020, recebe parecer favorável da Comissão.

A matéria vai ao Plenário.

Parabéns, Sra. Meiruze.

A escolha do nome da Sra. Cristiane Rose Jourdan Gomes recebeu 15 votos favoráveis, 2 votos contrários e 0 abstenção.

A Mensagem nº 65, de 2020, recebe parecer favorável da Comissão.

A matéria vai ao Plenário.

Parabéns, Dra. Cristiane.

Antes de encerrar a reunião, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e agradeço a participação de todos que aqui estiveram e via *on-line* também.

Boa noite!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*(Iniciada às 16 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 22 minutos.)*





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia vinte e dois de setembro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Simone Tebet e Jorginho Mello, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Marcos do Val, Romário, Major Olímpio, Plínio Valério, Lasier Martins, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Jorge Kajuru, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz, Leila Barros, Fernando Collor, Rogério Carvalho, Antonio Anastasia, Carlos Fávaro e Rodrigo Pacheco, e ainda dos Senadores não membros Zenaide Maia, Styvenson Valentim e Rose de Freitas. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, José Maranhão, Ciro Nogueira, Roberto Rocha, Tasso Jereissati, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Weverton, Humberto Costa, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta:

**Indicação de autoridades. ITEM 1 - Mensagem (SF) nº 3, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 123, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, o nome do Almirante de Esquadra LEONARDO PUNTEL, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da transferência para a inatividade do Ministro Carlos Augusto de Sousa." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada.

**ITEM 2 - Mensagem (SF) nº 24, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome do Almirante de Esquadra CELSO LUIZ NAZARETH, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da transferência para a inatividade do Ministro Alvaro Luiz Pinto." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada.

**ITEM 3 - Mensagem (SF) nº 36, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome do Tenente-Brigadeiro do Ar CARLOS AUGUSTO AMARAL OLIVEIRA, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da transferência para a inatividade do Ministro WILLIAM DE OLIVEIRA BARROS, a partir de 2 de outubro de 2020." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senadora Simone Tebet**

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu gostaria de dar as boas-vindas aos Senadores que se fazem aqui presentes e comunicar que todos os demais Senadores e Senadoras, por uma questão de biossegurança, estão ou nos seus gabinetes, acompanhando esta reunião, ou em seus lares, nos seus Estados, no Plenário virtual.

Esta é uma reunião semipresencial da Comissão de Constituição e Justiça, a primeira, Senador Esperidião Amin, depois de seis meses. Não deixa de ser um alento e um sopro de esperança para que, em breve, nós possamos todos estar presencialmente cumprindo o nosso papel no Senado Federal de servir ao Brasil neste momento tão difícil e defender a democracia, especialmente com medidas e ações legislativas para enfrentarmos esse rastro de destruição que, infelizmente, no aspecto econômico, o pós-pandemia vai deixar. Mas, num esforço concentrado, não tenho dúvida – sou extremamente otimista – de que o Congresso Nacional, dando sua parcela de contribuição, estará pronto para aprovar as medidas cabíveis até o final do ano para que possamos iniciar 2021 com boas novas.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – *Insha'Allah!*

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – *Insha'Allah!*

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ou seja, oxalá!

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Antes de iniciarmos, portanto, nossos trabalhos, eu gostaria de propor a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião, senhoras e senhores, destina-se à deliberação dos itens 1 a 3. Na realidade, são três mensagens.

**ITEM 1****MENSAGEM (SF) Nº 3, DE 2020**



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**- Não terminativo -**

*Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 123, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, o nome do Almirante de Esquadra LEONARDO PUNTEL, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da transferência para a inatividade do Ministro Carlos Augusto de Sousa.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Marcos do Val

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*- Em 04/03/2020, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.*

Gostaria de lembrar que o nosso Almirante é o Comandante de Operações Navais.

**ITEM 2****MENSAGEM (SF) Nº 24, DE 2020****- Não terminativo -**

*Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome do Almirante de Esquadra CELSO LUIZ NAZARETH, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da transferência para a inatividade do Ministro Alvaro Luiz Pinto.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Esperidião Amin

**Relatório:** Pronto para deliberação

E por último:

**ITEM 3****MENSAGEM (SF) Nº 36, DE 2020**



## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**- Não terminativo -**

*Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome do Tenente-Brigadeiro do Ar CARLOS AUGUSTO AMARAL OLIVEIRA, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da transferência para a inatividade do Ministro WILLIAM DE OLIVEIRA BARROS, a partir de 2 de outubro de 2020.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Jorginho Mello

**Relatório:** Pronto para deliberação

Ele é nosso Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

Gostaria de esclarecer às Sras. e Srs. Senadores que esta é uma reunião atípica, portanto, teremos regras um pouco diferentes das previstas no Regimento, mas os relatórios dessas mensagens que constam na pauta já foram devidamente publicados pelo portal do Senado Federal. Assim, os relatórios estão dados como lidos e ficou concedida vista coletiva automática, nos termos regimentais.

A reunião, como avisei e disse, é semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e Srs. Senadores por sistema de videoconferência para debate e sabatina. Contudo, gostaria de esclarecer que a votação é obrigatoriamente presencial, por meio de duas urnas de votação secreta *drive-thru*, instaladas na entrada da garagem coberta, e três urnas de votação secreta na Ala Senador Alexandre Costa, sendo duas urnas em frente ao plenário da Comissão e uma urna aqui dentro da sala.

O acesso – peço desculpas às Sras. e Srs. Senadores – à sala de reunião estará restrito a V. Exas., às autoridades sabatinadas e aos servidores da Comissão, desta Casa. Obviamente, caso necessário, será permitida a entrada de um assessor, apenas um assessor por Senador, para atender a demanda do respectivo Senador, e pediríamos aos assessores que, uma vez esclarecidos, pudessem também, por uma questão de biossegurança, deixar o recinto imediatamente, após cumprida a finalidade.

As regras e os procedimentos para esta reunião, para fins de biossegurança e para prevenção da transmissão da Covid-19 no âmbito do Senado Federal, estão de acordo com o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, com os atos da Mesa Diretora, com os atos do Presidente e com a instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, bem como da Diretoria-Geral.

Portanto, neste momento, feitos os esclarecimentos devidos, estou me colocando à disposição para qualquer esclarecimento.

Eu ainda não tenho acesso aqui, na minha tela, às demandas dos colegas Senadores. Eu pediria a alguém que pudesse instalar para que eu não só possa visualizar aqui a face, já que estou saudosa dos







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meus queridos colegas Sras. e Srs. Senadores, mas também possa acompanhar, pelo *chat*, os questionamentos, as questões de ordem, os pedidos pela palavra.

Enquanto estão instalando isso no meu computador e não tenho como acompanhar e atender aos Senadores que estão nos seus respectivos gabinetes, eu gostaria ainda, continuando, de esclarecer que, na presente reunião, nós estamos diante da segunda etapa da apreciação da escolha das autoridades no âmbito desta Comissão.

Enquanto os colegas chegam, dando boas-vindas aos colegas que aqui estão – o Senador Major Olimpio, o Senador Plínio Valério, o Vice-Presidente desta Casa, Senador Antonio Anastasia, o meu conterrâneo do Estado vizinho de Mato Grosso Senador Fávaro, o Senador Esperidião Amin, o Senador Marcos do Val, o meu conterrâneo de Mato Grosso do Sul e colega de bancada, coordenador da nossa bancada, Senador Nelsinho Trad – e cumprimentando os demais Senadores que estão chegando, eu gostaria de, neste momento, convidar para entrar no recinto as seguintes autoridades.

Eu gostaria de convidar, neste momento, para entrar no recinto o Almirante de Esquadra Leonardo Puntel, nosso Comandante de Operações Navais.

Seja muito bem-vindo. Quero rapidamente dizer que tivemos o prazer de recebê-lo no nosso gabinete ainda um pouco antes desta situação de pandemia. É um prazer recebê-lo na nossa Comissão. Eu gostaria que V. Exa. pudesse se sentar aqui, à frente. Já peço desculpas, pois, por uma questão de segurança, não poderemos recepcioná-lo: normalmente, é de praxe nós pedirmos para que um Senador acompanhe a entrada das autoridades, mas, infelizmente, por questão de segurança, não podemos cumprir essa missão.

Também convido para ocupar aqui o espaço que lhe é reservado o Almirante de Esquadra Sr. Celso Luiz Nazareth, que é Almirante desde 2017, sabatinado para uma vaga indicada pela Marinha para ocupar uma vaga no Superior Tribunal Militar.

Por fim, não menos importante, o nosso Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, o Sr. Carlos Augusto Amaral Oliveira – Tenente-Brigadeiro do Ar, seja muito bem-vindo –, que, na vaga da Aeronáutica, foi o indicado para ocupar uma vaga no Superior Tribunal Militar.

Eu gostaria também de agradecer a presença do Senador Fabiano Contarato, que acaba de adentrar este recinto.

Eu gostaria de rapidamente passar aqui algumas regras, que estão obviamente sujeitas a qualquer alteração, se for da vontade e da deliberação da maioria deste Colegiado.

Os trabalhos aqui foram definidos da seguinte forma. Nós daremos a palavra por dez minutos aos indicados para se apresentarem e fazerem as suas considerações após a leitura dos relatórios de forma





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resumida. Na realidade, essa etapa já foi cumprida; na realidade, os relatórios já foram dados como lidos. O relatório do Senador Marcos do Val foi realmente lido na última sessão do Plenário virtual.

Sem mais delongas, eu passo a palavra, neste momento, ao Senador Esperidião Amin, para fazer um rápido e sucinto relato do seu indicado. Em seguida, começaremos a ouvir as autoridades.

Com a palavra V. Exa., Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Muito bom dia a todos! Bom dia, nossa querida Presidente Simone Tebet, nossos companheiros e colegas Senadores e Senadoras e, principalmente, as autoridades cuja indicação feita pelo Presidente é objeto de nossa apreciação, para posterior apreciação pelo Plenário.

Como sugeriu a nossa Presidente, nosso relatório está publicado há mais de três meses. Creio que é desnecessário reler todas as colocações que integram o currículo exemplar do Almirante Celso Luiz Nazareth.

É sempre muito bom, Sra. Presidente, quando nós temos um indicado que tem carreira pública, ou seja, o seu currículo e a sua biografia estão espelhados na sua folha de serviço. Isso é muito diferente de quando nós recebemos uma pessoa, um laico, digamos assim, e temos que, como se faz no Senado americano, peneirar a biografia para saber – não é, Senador Anastasia? – quais são seus vínculos com outros interesses. De sorte que eu fico muito à vontade para considerar aqui como lido o relatório e frisar que tanto o Superior Tribunal Militar quanto as instituições da República ficarão engrandecidos com a eventual aprovação do nome do Almirante de Esquadra Celso Luiz Nazareth para exercer o cargo de Ministro naquela Alta Corte.

Gostaria de aduzir apenas duas circunstâncias. Fico muito feliz, como catarinense, por ser o Relator de um indicado da nossa Marinha de Guerra. Nada contra as forças aéreas, que até nos propiciaram uma visão conjunta anteontem, porque o primeiro caça Gripen da Força Aérea Brasileira, o Gripen F, ou seja, a última versão, que até não existe ainda, com a introdução de tecnologias de aviação nacionais, chegou de navio. E o porto não ficava situado em Mar de Espanha, Minas; ficava situado no complexo portuário Itajaí e Navegantes. Então, é uma circunstância que me deixa, como catarinense, muito entusiasmado. E, mais do que isso, em termos de Marinha, nós celebramos – agora que o nosso Senador Jorginho Mello está aí, vou abreviar por ele também – que lá em Itajaí é que se iniciou a construção das corvetas, fragatas na verdade – corvetas promovidas à condição de fragatas –, da nossa Marinha de Guerra, com a natural geração de tecnologia advéncia, à medida que ela vai surgindo, no solo catarinense.

E para concluir, Srs. Almirantes – aí é só para os almirantes –, é o único Estado do Brasil que tem na sua bandeira a âncora, que é uma das formas de representar a conquista do mar, porque a âncora –





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

viu, Marcos do Val, assim como o senhor sabe que às vezes parar, dar uma paradinha faz bem – a âncora é um instrumento seguro para isso.

Então, Sra. Presidente, eu quero dar por lido o meu parecer e recomendar ambos os almirantes. Para concluir, eu fiz um pedido ao Almirante Celso Nazareth para que a Medalha Mérito Desportivo Militar, que ele conquistou – não sei se o Almirante Puntel conquistou também –, passe a ser denominada Medalha do Mérito Militar Almirante Benjamin Sodré, que, como jogador de futebol do Botafogo – essa não foi a parte mais brilhante da sua trajetória –, foi o chefe de escotismo no Brasil – e eu fui escoteiro do mar – e, como jogador de futebol da Seleção Brasileira Militar, fez um gol com a mão, disputando contra a seleção do Chile, o juiz validou, e ele pediu que o gol fosse anulado, numa demonstração do que hoje se chama *fair play*, que muitas vezes nos falta.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos ao Senador Esperidião Amin, que sempre que fala traz, com sua experiência, um grande saber e nos ensina a todos.

Eu gostaria de passar a palavra, neste momento – uma vez, repito, que o relatório do Senador Marcos do Val já foi lido –, ao nosso Vice-Presidente, Senador Jorginho Mello, para um breve resumo do seu relatório, que também, repito, já foi publicado e dado como lido.

O Senador Jorginho Mello foi o Relator do Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos Augusto Amaral Oliveira.

Agora com a palavra V. Exa., Senador Jorginho.

**O SR. JORGINHO MELLO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Muito bem. Muito bom dia a todos.

Cumprimento V. Exa.; cumprimento todos os Senadores, as Senadoras; cumprimento nossos convidados. Estamos retomando os trabalhos de forma diferenciada, mas estamos aqui com muita alegria.

Cumprimento Carlos Augusto Amaral Oliveira, com quem tive a oportunidade de conversar e de ouvir dele a sua vasta experiência. Se for ler aqui, minha Presidente, eu demoraria tempo. Já que foi dado como lido, eu quero dizer que tenho muito prazer e muita honra em ser o seu Relator, em ter relatado essa matéria, pela qual o senhor fará parte do STM, na certeza de que levará para lá toda a sua experiência, a sua vida exemplar, sempre dando ao Brasil galhardia em tudo aquilo que fez, em tudo aquilo a que o senhor se dedicou.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Tivemos a oportunidade de conversar, mesmo na pandemia, por mais de uma hora, aprendi muita coisa e tenho, portanto, a clareza de que a sua ascensão ao Superior Tribunal Militar engrandecerá. O senhor será uma pessoa que vai fazer justiça, vai ajudar a desvendar muitas coisas. E eu tenho o prazer, então, e o privilégio, minha Presidente, em poder dizer que o meu voto é: em vista de todo o exposto, consideramos que a Comissão dispõe de todos os elementos necessários e suficientes para deliberar a respeito da indicação do Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos Augusto Amaral Oliveira para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.

Esse é o parecer, com todas as recomendações positivas, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Jorginho Mello, nosso Vice-Presidente e, neste momento, Relator.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu gostaria também de agradecer a presença do Senador Mecias de Jesus e do Senador Rogério Carvalho. Cada Senador que vier... O Rodrigo Pacheco está ali. Desculpa a minha miopia. E, de máscara, está ficando um pouco difícil. Mas seja bem-vindo, nosso Senador Rodrigo, que, junto com o Senador Anastasia, está sempre nos orientando, principalmente nas questões relacionadas ao Direito Penal e ao Direito Processual Penal.

Passando a palavra neste momento, eu gostaria de conceder a palavra a S. Exa. o Comandante de Operações Navais, Sr. Almirante Leonardo Puntel, para sua exposição, por até dez minutos.

**O SR. LEONARDO PUNTEL** (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Exma. Sra. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senadora Simone Tebet, em nome da qual cumprimento todos os componentes da Mesa, Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores, senhoras e senhores, bom dia!

Inicialmente gostaria de externar e compartilhar com as senhoras e os senhores o orgulho e a honra em submeter às suas considerações a minha indicação para o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar e dizer-lhes que me encontro extremamente motivado com os novos desafios que me descortinam. Posso afiançar-lhes estar pronto para executar as tarefas que porventura, e com a permissão de V. Exas., forem a mim confiadas no âmbito daquele egrégio Tribunal, alicerçado pela experiência adquirida nesses abnegados mais de 47 anos de serviços prestados à Marinha do Brasil e à Pátria.

Não poderia me furtar de manifestar meu profundo e sincero agradecimento ao Exmo. Sr. Senador Marcos do Val Ribeiro pelo relato que teceu sobre minha pessoa ao Plenário desta Casa, em passado próximo.

Ao ler o seu parecer o Senador do Val, um breve filme de 47 anos passou em minha cabeça: anos de alegrias, vitórias e realizações, mas principalmente anos permeados de muitos ensinamentos e lições





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

aprendidas, momentos que me forjaram como homem, pai, marido, militar e marinheiro que sou. Todas as experiências de vida cotejadas são fruto de uma convivência harmônica com os meus superiores, pares e subordinados, além do apoio incondicional de minha família.

Nesse contexto, gostaria de registrar, de maneira breve e simples, algumas passagens marcantes nessa minha jornada até este momento.

Ainda criança, ingressei no Colégio Militar de Belo Horizonte, influenciado pelo meu pai, oficial do Exército Brasileiro. A convivência com meu falecido pai me fez viver tempos memoráveis, conhecendo pessoas e culturas dos mais diversos rincões deste País.

Ainda muito jovem, optei por matricular-me no Colégio Naval, estabelecimento de ensino da Marinha localizado em Angra dos Reis, onde concluí o ensino médio e iniciei todo ciclo de minha carreira naval, vigente até os dias de hoje. E posso garantir, diante das senhoras e dos senhores, que, se tivesse que voltar atrás, começaria feliz tudo de novo.

Após esse profícuo período, ingressei na Escola Naval, o mais antigo estabelecimento de ensino superior no País, onde concluí toda minha formação acadêmica e militar naval, complementada pela Viagem de Instrução de Guardas-Marinha a bordo do Navio Escola Custódio de Mello.

Após o período acadêmico, o embarque no meu primeiro navio da Força Naval, ser encarregado de uma divisão de um contratorpedeiro, navio de combate, divisão essa com mais de 50 homens, alguns com idade para ser meu pai. Foi uma experiência inolvidável conviver, aprender, ensinar, repreender, parabenizar, julgar, tarefas muitas vezes passadas para um jovem Segundo-Tenente de 22 anos.

O tempo passa e o aprendizado me permite que seja intencionado e assumo o comando de um navio, o meu primeiro comando no mar, o Rebocador de Alto-Mar Almirante Guilhem. Decidir e julgar situações que definem a vida dos seus homens. Entretanto, nessa profissão, julgar pessoas ou ações que contribuem com a tomada de decisões é tarefa intrinsecamente conexa ao nosso dia a dia na vida militar.

A experiência conquistada me leva a ser julgado pelos meus superiores como merecedor de servir em outro país, no caso, os Estados Unidos da América, experiência que me proporcionou um amplo espectro de conhecimento, seja no campo das relações internacionais, seja no indelével crescimento do aprendizado de tecnologias muitas vezes intangíveis para nós.

Como Chefe de Gabinete do Diretor-Geral do Pessoal da Marinha, participei ativamente do estudo para implementação da estrutura da Polícia Judiciária Militar na Marinha do Brasil, tendo como objetivo principal reduzir a dependência da força em relação a outros órgãos externos, de modo a tornar mais ágeis e eficientes os procedimentos para apuração de autoria e materialidade dos crimes militares sob sua jurisdição.





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

Como Comandante de dois Distritos Navais, o 1º e o 5º, tive o privilégio de exercer um comando de área que abrangia os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, respectivamente.

Experiência ímpar, permeada de muitas responsabilidades pela imensa área a ser protegida de nossa Amazônia Azul, seja por sua incomensurável fonte de riquezas, seja pela tarefa de preservar o meio ambiente marinho, seja por zelar pela segurança da navegação em uma extensa área marítima.

Como complemento aos estudos de implementação da estrutura da Polícia Judiciária Militar, foi criado, no âmbito do Comando do 1º Distrito Naval, o Curso Especial de Perito Criminal Militar, com o propósito de preparar sargentos do Corpo de Praças da Armada, do Corpo de Praças de Fuzileiros Navais e do Corpo Auxiliar de Praças para o exercício de funções técnicas de perito criminal militar a fim de aumentar a agilidade e a eficiência nos procedimentos para apuração dos crimes militares em todos os nove comandos de distritos navais espalhados pelo nosso País.

Mormente todos esses casos tenham sido de extrema importância na minha formação, eu gostaria de me reportar a três em especial. O primeiro, como Comandante do Navio-Veleiro Cisne Branco, plataforma incomparável tanto na contribuição com a formação marinha dos oficiais e praças da Marinha, como também no incremento da mentalidade marítima no seio de nossa sociedade.

O segundo, na contribuição da formação dos novos oficiais da Marinha em toda a sua estrutura, com desafios enormes, porém, sempre contando com o apoio incondicional de oficiais e praças de incomensurável capacidade profissional e de incomparável comprometimento em melhor formar as novas gerações. Inicialmente, como Comandante do Corpo de Aspirantes da Escola Naval, com o estabelecimento de formação de escol, em que tinha a tarefa de supervisionar e coordenar as atividades voltadas à disciplina, à aptidão para o oficialato, à formação ética, marinha e militar naval dos aspirantes.

Após um período dedicado a cursos de carreira e outras tarefas determinadas pela força naval, já como Almirante, retorno à Sentinela dos Mares, nome carinhoso pelo qual é conhecida a Escola Naval, agora como seu Comandante. Nesse momento, estive diante da realização de um sonho muito distante, acalentado por um jovem aspirante. Depois, já no posto de Vice-Almirante, como Diretor de Ensino da Marinha, entre várias realizações, pude acompanhar a implementação e a formação da primeira turma de aspirantes mulheres da Escola Naval.

Por fim, no último posto da carreira naval, tive a honra e o privilégio de exercer os cargos de Diretor-Geral de Navegação e Comandante de Operações Navais. Nesses locais, pude contribuir com as missões de preparar e aplicar o poder naval e o poder marítimo no tocante às atividades relacionadas com os assuntos marítimos, a segurança da navegação, a hidrografia, a oceanografia e a meteorologia.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como Diretor-Geral de Navegação, pude prestar e empregar as forças navais, aeronavais e fuzileiros navais subordinados ao Comando de Operações Navais, a fim de contribuir para a defesa da Pátria, para a garantia dos poderes constitucionais e da lei e da ordem, para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em lei e para o apoio à política externa, com o fito de assegurar a soberania das nossas águas jurisdicionais e de estar pronto para atuar nas áreas de interesse do Brasil onde se faça necessário, de forma efetiva e contínua em operações singulares conjuntas ou combinadas.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. LEONARDO PUNTEL** – Hoje, amparado na experiência adquirida nesses quase 50 anos atuando em todas as áreas da Marinha, seja na administrativa, operativa ou pessoal, além dos mais de 5 mil dias de embarque e mais de 1,2 mil dias de mar, olho para o passado e vejo, com orgulho, o que pude realizar. Aquele jovem entusiasta, cheio de sonhos e aspirações, ao desembarcar na enseada Batista das Neves, berço do Colégio Naval, não imaginava a imensa e empolgante aventura que o esperava.

Muitos foram os desafios que se apresentaram durante toda a minha singradura, desafios que são parte da nossa formação e que nos fazem crescer como homens, líderes e julgadores, e é esse complexo desafio, o de julgar pessoas, que ora se aproxima no horizonte, que posso garantir estar pronto para encarar e, mais uma vez, vencer, com o apoio de meus pares e com muita dedicação e abnegação, alicerçado pelos mais nobres princípios assimilados na vida militar: lealdade, comprometimento, ética, liderança e justiça.

Agradeço mais uma vez às senhoras e aos senhores. Humildemente, submeto o meu nome à sua apreciação e me coloco à inteira disposição.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Comandante, Almirante Leonardo, e passo a palavra, neste momento, a S. Exa. o Sr. Almirante Celso Luiz Nazareth, para sua exposição.

**O SR. CELSO LUIZ NAZARETH** (Para expor.) – Exma. Sra. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senadora Simone Tebet; Exmo. Sr. Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Jorginho Mello; Exmo. Sr. Relator, Senador Espiridião Amin; Sras. Senadoras; Srs. Senadores; demais autoridades presentes; senhoras e senhores, bom dia a todos.

Eu não poderia deixar de registrar meus agradecimentos a todos que participaram do esforço concentrado para a realização desta reunião, em especial a Presidente da CCJ, Senadora Simone Tebet, e as equipes do Senado e da CCJ, que trabalharam arduamente para a realização das sabatinas com toda a segurança que o momento requer.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nas palavras iniciais de apresentação, gostaria de expressar a grata satisfação em estar nesta insigne Comissão. Trata-se de um momento especial e muito significativo no transcurso da minha vida pessoal e profissional.

Neste momento, não poderia deixar de render meus elevados protestos de respeito e admiração ao Senador Espiridião Amin pelas cordiais e generosas palavras a mim referendadas na obra de sua relatoria.

Peço licença, então, aos presentes para apresentar-lhes uma síntese de minha origem e das relevantes passagens profissionais.

Sou um realizado marinho que, após 46 anos de navegação pelos mares da Amazônia Azul, submete à apreciação de V. Exas. uma vida pautada por sólidos preceitos morais e éticos, forjados no seio familiar e fortalecidos nos conveses da nossa amada Marinha do Brasil, e que almeja desempenhar o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.

Nasci no Rio de Janeiro, em 1957, sendo oriundo de uma família da cidade de Duque de Caxias, graças ao sacrifício extremado da minha mãe, Sra. Camila Maria Nazareth, e de meu pai, operário Milton da Silva Nazareth, pessoas muito simples, os quais criaram a mim e três irmãs com muito amor e puderam incutir valores morais e éticos que até hoje balizam e norteiam minhas ações.

Em 1974, com 16 anos de idade, ingressei no Colégio Naval, após um disputado concurso público, dando início à formação acadêmica na Marinha. Depois de dois anos, fui admitido na Escola Naval, localizada na Ilha de Villegagnon, Rio de Janeiro. Ao longo de seis anos de intenso aprendizado acadêmico e formação militar naval, foram-me transmitidos e lapidados os conceitos basilares de hierarquia e disciplina. Ao entender o significado dessas palavras em sua plenitude, consegui não só abarcar o valor de ser um oficial da Marinha do Brasil, como também mensurar a real dimensão das obrigações como militar e cidadão.

Após a despedida de Villegagnon, realizei o curso de aperfeiçoamento e tornei-me um oficial submarinista, tendo lançado, em meus assentamentos, 10.381 horas de imersão. Foram mais de 16 anos embarcado em submarinos, navios de superfície e comandos operativos, perfazendo um total de 1.170 dias de mar. Nesse ínterim, aprendi a amar e respeitar o mar, bem como o seu inestimável significado para a nossa Nação.

Nas vias de marinho, tive a oportunidade de desempenhar diversas funções operativas e administrativas, além de exercer liderança sobre homens e mulheres abnegados de qualquer interesse se não o de oferecer sua dedicação incondicional em favor de nossa Pátria. Tive a oportunidade de desbravar diferentes lugares no litoral e interior do Brasil, além de portos e cidades do exterior que me proporcionaram uma bagagem cultural diversificada.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Permito-me aqui pontuar os momentos profissionais mais significativos, quando fui agraciado com a maior honraria concedida a um oficial da armada, os dois comandos do mar: o primeiro, como oficial intermediário a bordo do Aviso de Instrução Aspirante Nascimento; e o segundo, já como oficial superior, exercendo o comando do Submarino Timbira, o segundo submarino construído no Brasil.

Além do aprimoramento profissional, o enriquecimento intelectual de militares é praticamente uma condição inegociável, em que cada um tem o dever de zelar por sua evolução pessoal e, assim, construir um arcabouço que possibilite transcender as perspectivas inerentes à área militar. Côncio das responsabilidades e da incessante demanda pelo conhecimento, sempre busquei realizar, com extremo esmero, todos os cursos de carreira, notadamente aqueles no exterior, por estar representando o meu País.

Como oficial superior, fui selecionado, em 1997, para o curso de Estado-Maior da Armada do Chile e, em 2004, para o curso Naval Command College, em Newport, Rhode Island, na Marinha dos Estados Unidos da América. Naquelas ocasiões, além dos ensinamentos militares, pude desfrutar de momentos que engrandeceram sobremaneira minha formação, tanto na área cultural quanto na área de ciências humanas. Ademais, as relações interpessoais construídas com militares, civis, acadêmicos, personalidades e autoridades das mais variadas partes do mundo ampliaram meus horizontes, flexibilizaram percepções e me tornaram um cidadão mais bem capacitado. Tais episódios foram essenciais para me tornar apto a atuar na área de ensino. Na Diretoria de Ensino da Marinha, na Escola de Guerra Naval, como instrutor, tive o privilégio de poder transmitir aos meus pares e subordinados todas as experiências vividas até então.

Como Assessor junto à Câmara dos Deputados e Assessor de Acompanhamento Legislativo, pude compartilhar, na esfera de atribuições, da rotina de representantes do Poder Legislativo. Em ambas as Casas, edifiquei respeito e admiração pelos Parlamentares, reconhecendo o prestígio e a responsabilidade do Congresso Nacional na observância dos direitos constitucionais, dos poderes constituídos e no desenvolvimento do Brasil. Foi, sem dúvida alguma, uma oportunidade ímpar na minha vida profissional.

Exerci, no primeiro posto como Oficial-General, o cargo de Comandante da Força de Submarinos, sendo responsável pelo aprestamento e controle operativo de todos os submarinos da Força, em prol da garantia da nossa soberania no mar.

Mais tarde, tive a alegria desempenhar a função de Adido Naval nos Estados Unidos da América e Canadá. Este foi um período salutar de convívio com membros do corpo diplomático brasileiro e intensa permuta de conhecimentos, não só por ter participado de eventos e reuniões com autoridades oriundas de distintos países, mas também por ter experimentado as práticas culturais e militares, mediante um harmonioso relacionamento com os demais adidos estrangeiros.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No retorno ao Brasil, já como Vice-Almirante, foram-me confiadas as funções de Chefe de Gabinete do Comandante da Marinha e Comandante em Chefe da Esquadra no Rio de Janeiro. Ambas as missões, além de desafiadoras, preencheram as duas maiores aspirações deste oficial.

Ao ser promovido ao posto de Almirante de Esquadra, assumi o cargo de Diretor-Geral do Pessoal da Marinha. Pude zelar pela família naval ao instituir e executar políticas afetas à carreira de oficiais, praças e servidores civis, à assistência social religiosa, à saúde...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. CELSO LUIZ NAZARETH** (Para expor.) – ... e ao ensino. Nessa ocasião, contribuí para a pavimentação do caminho em direção maior e permanente, participação da mulher nos setores operativos da Marinha, além de lidar, de forma bastante estreita, com diversos processos jurídicos relacionados à justiça e à disciplina do pessoal militar e civil da nossa força.

Em meu último cargo, como Chefe do Estado-Maior da Armada, assumi a condição de principal Assessor do Comandante da Marinha, quanto ao preparo e emprego do poder naval. Nesta empreitada, tive novamente a oportunidade de interagir com os diversos ministérios, casas legislativas e órgãos federais, estreitando os laços, renovando antigas amizades e criando novos vínculos.

Não obstante o afastamento das obrigações inerentes às atribuições de um marinheiro, sempre tive o meu porto seguro constituído no seio familiar. Neste momento singular, em hipótese alguma, posso me furtar de agradecer àquela que foi e continua sendo o esteio fundamental nesta jornada, minha esposa Fátima, que sempre me inspira e incentiva: dedico a você todo o meu respeito, carinho e amor. Reitero aos meus filhos, Thiago e Thaíssa, meu amor infinito, orgulho e admiração pelas belas famílias formadas.

No momento em que me encontro no último posto da carreira de Oficial da Marinha do Brasil, saliento imenso sentimento de gratidão e a satisfação pelas conquistas alcançadas em consonância com a serenidade e a convicção do dever cumprido.

Considero-me preparado para lidar com as peculiaridades do cargo almejado, extremamente motivado a continuar contribuindo com o meu País.

Por fim, apoiado na experiência pessoal e profissional, edificada nestes mais de 46 anos de serviço ativo, dirijo-me à Exma. Sra. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, Senadora Simone Tebet, e aos Exmos. Sras. e Srs. Senadores componentes desta Comissão a fim de submeter o meu nome à apreciação desta Casa para desempenhar o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, com a certeza de que continuarei a cumprir as tarefas a mim confiadas com o mesmo entusiasmo e conduta que sempre demonstrei ao me dedicar ao serviço na Marinha do Brasil, com retidão de caráter e patriotismo.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Somos nós quem agradecemos ao realizado marinho - palavras próprias.

Concedo a palavra, neste momento, a S. Exa. o Sr. Tenente-Brigadeiro Carlos Augusto Amaral Oliveira, para sua exposição.

**O SR. CARLOS AUGUSTO AMARAL OLIVEIRA** (Para expor.) – Senhores, bom dia.

Exma. Sra. Senadora Simone Tebet, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal; Exmo. Sr. Senador Jorginho Mello, Vice-Presidente desta Comissão, a quem já agradeço ter aceitado a relatoria de minha indicação e as gentis palavras que constam do seu relatório - eu espero não ter dado muito trabalho a V. Exa. -; Exmos. Srs. Senadores presentes ou participando *on-line* desta reunião, demais autoridades, amigos e cidadãos que nos acompanham pelos diversos meios disponibilizados para acompanhamento dos trabalhos desta Casa, embora também acompanhando por estes canais, atendendo às medidas necessárias obrigatórias devido à Covid-19, devo registrar a ausência física de minha família, em especial da minha esposa Vera, parceira de toda a vida, em mais esta importantíssima etapa de nossa vida.

A todos os senhores, o meu cordial bom-dia.

Gostaria de iniciar as minhas palavras agradecendo o esforço a esta Comissão em cumprir mais uma de suas obrigações constitucionais ao permitir que aqui viéssemos hoje para dar continuidade ao processo de indicação dos membros do Superior Tribunal Militar.

Sinto-me muito honrado com o que a vida me proporciona nesta fase do meu plano de voo, qual seja concorrer para substituição do Exmo. Sr. Ministro Tenente-Brigadeiro do Ar William de Oliveira Barros, magistrado respeitado e um chefe militar com quem tive o privilégio de servir e aprender. Caso seja aprovado por esta Casa, adianto que sinto a responsabilidade que me será confiada em ocupar seu assento no Superior Tribunal Militar.

Nasci no Rio de Janeiro em 13 de maio de 1960, quinto e último filho de Flamarion e Dulce, que já não estão mais entre nós, mas com certeza aqui presentes neste solene momento. Meu pai era oficial do nosso glorioso Exército Brasileiro, onde acompanhou o posto de General de Divisão. Minha mãe era do lar, vida sempre muito difícil para criar adequadamente a tropa doméstica de cinco filhos em meio às inúmeras transferências que a carreira exigiu.

Tenho outras excelentes referências na vida militar com o meu avô materno, General Itiberê; meus tios, Major Francisco Bastos, Coronel Joel e Almirante de Esquadra Castro Leal; meu irmão, Coronel Pedro Amaral; meu sogro, Coronel Valdir. Essa semente vai dando outros frutos como o meu filho Carlos Eduardo, atual Capitão Aviador da Força Aérea Brasileira.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com tanta inspiração, era de esperar que me direcionasse no rumo da caserna, o que ocorreu, pois estudei o então ensino ginasial no Colégio Militar do Rio de Janeiro, sendo, no último ano, aluno interno, por minha opção, quando da transferência de meu pai para a cidade de Corumbá, hoje Mato Grosso do Sul, tendo em vista que já almejava ingressar na Força Área Brasileira.

Do Colégio Militar, prestei concurso para a Escola Preparatória de Cadetes do Ar, em Barbacena, onde permaneci entre os anos de 1975 a 1978. Dali se seguiu a Academia da Força Área, onde iniciei os meus primeiros voos e adquiri os conhecimentos necessários ao exercício dos cargos inerentes a um Oficial Aviador da FAB, concluídos, após uma jornada total de sete anos, em dezembro de 1981. Seguiu-se uma carreira de piloto especializado na aviação de caça, onde atingi a qualificação de líder de esquadrão, tendo voado nos vetores mais modernos e letais de nossa FAB, perfazendo 3 mil horas de voo, sendo mil horas em aeronaves de caça.

A construção de minha formação acadêmica continuou enquanto galgava os postos mais elevados na carreira, com os cursos de Tática Aérea, de Aperfeiçoamento de Oficiais, de Comando no Estado-Maior, realizados nas diversas escolas da Universidade da Força Aérea; e de Altos Estudos de Política Estratégica, cursado na Escola Superior de Guerra. Também busquei, de modo próprio, uma complementação de meus conhecimentos, com dois cursos civis: primeiramente, de extensão em Análise de Sistemas, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; e o de Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília.

A navegação profissional percorreu unidades localizadas em Natal, Fortaleza, Canoas, Rio de Janeiro, Brasília, Pirassununga e São José dos Campos, o que, aliado a inúmeras operações realizadas nas demais regiões do nosso País, me deu privilégio de convivência estreita com a nossa gente e sua cultura, na construção de um patrimônio intangível para mim e minha família.

Também no exterior tive a oportunidade de me desenvolver, onde morei e trabalhei por duas vezes na Itália: uma primeira experiência no posto de Capitão e outra no de Tenente-Coronel, interagindo com nossos parceiros em um programa conjunto para o desenvolvimento da aeronave de ataque AMX, um marco para a consolidação da indústria aeronáutica brasileira como a terceira melhor do mundo.

Numa síntese da experiência profissional por mim agregada aos longos dos anos, sedimentada nas diversas funções que exerci, destaco o cargo de Vice-Diretor do grupo de *trabalho* do Programa AMX na Itália; Oficial de Segurança da representação do Brasil, também na Itália, no programa AMX; Comandante do Grupo de Serviços de Base da Base Aérea de Brasília; Chefe da Seção de Projetos Operacionais do Estado-Maior da Aeronáutica; Vice-Chefe do Gabinete dos Comandantes da Aeronáutica; Chefe da Divisão de Coordenação de Projetos; Gerente do Projeto FX-2 Gripen; e posteriormente Chefe do Subdepartamento de Desenvolvimento de Programas do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial; Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronaves de





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Combate; Comandante do Corpo de Cadetes da Aeronáutica e da Academia da Força Aérea – e aqui abro um parêntese: tivemos um período de superposição e de companheirismo com o Almirante Puntel em ambas as funções que exerci na Academia da Força Aérea, como Comandante do Corpo e como Comandante da AFA –; Vice-Diretor do Departamento de Ensino da Aeronáutica; Diretor do Departamento de Desporto Militar e Presidente da Comissão Desportiva Militar do Brasil, no Ministério da Defesa, onde eu tive o privilégio de coordenar a participação de nosso País nos VI Jogos Mundiais Militares, na Coreia do Sul, onde ficamos em segundo lugar, atrás apenas da Rússia; coordenei também o Programa Atleta de Alto Rendimento, o maior gerador de medalhas brasileiras nos Jogos Olímpicos de 2016, e o Programa Força no Esporte, um trabalho de inclusão social, à época com 20 mil jovens, atingindo hoje a marca de 40 mil; Chefe da Delegação Brasileira junto ao Conselho Internacional de Desporto Militar; Vice-Chefe e Chefe interino da Chefia de Operações Conjuntas no Ministério da Defesa; Diretor Geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial; Secretário Geral do Ministério da Defesa; e atualmente ocupo o cargo de Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

Todos esses cargos exercidos na área operacional e administrativa, nesses mais de 45 anos na Força Aérea, me trouxeram ao mais alto posto da carreira de Oficial Aviador – Tenente Brigadeiro do Ar –, e, mais do que a competência adquirida para o exercício de funções complexas, me deram a oportunidade de sempre exercer o que é um diferencial da carreira que escolhi: a chefia e a liderança.

Trabalhar com homens e mulheres, jovens cadetes e maduros profissionais na chefia de seções mais simples, com poucos subordinados, até nos grandes departamentos, como o de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, com mais de 6 mil integrantes, sempre exigiu-me elaborar e aplicar normas internas e externas na busca de atingir os objetivos da Força Aérea Brasileira, o que muitas vezes implica ajustar e corrigir desempenhos e condutas daqueles sob sua influência e comando, como a exigência natural de ser exemplo dos valores aprendidos dentro e fora da caserna.

Essas funções exigiram interação dentro e fora da Força Aérea, envolvendo empresas nacionais e estrangeiras, além de intensa atividade conjunta com as demais Forças singulares e relacionamentos com inúmeros órgãos da Administração direta e indireta em níveis federal, estadual e municipal, sem citar as interações com as Forças Aéreas dos países amigos.

Não há como não registrar minha profunda gratidão à Força Aérea Brasileira e ao que a vida me proporcionou. Nada fiz sozinho, devo salientar. Além de chefes, companheiros e subordinados com quem aprendi, também dentro dessa bela instituição em que me desenvolvi pude constituir e criar a minha família, junto com a minha esposa, Vera Cristina, copiloto há 44 anos de tudo o que sou e tenho e formadora junto comigo de uma bela esquadrilha formada por meus dois filhos, Rodrigo e Carlos Eduardo; minhas duas noras, Ana Maria e Ana Elise; e meus dois netos, Lucas e Leonardo.

Em face do exposto, tomando por base as minhas vivências profissional e pessoal, construída nesses mais de 45 anos de serviço na Força Aérea Brasileira, dirijo-me à Exma. Sra. Presidente da





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, bem como aos Exmos. Srs. Senadores que compõem tão distinta e importante Comissão, colocando-me à disposição para os esclarecimentos necessários.

Caso aprovado para integrar o Superior Tribunal Militar, reafirmo o compromisso de me manter dentro dos limites da lei, em especial, da Lei Maior, a Constituição Federal, bem como dos princípios da ética, moralidade e busca incessante de justiça.

Muito obrigado.

Bom dia.

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (PSD - MG) – Pela ordem, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos a V. Exa.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Antonio Anastasia.

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (PSD - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado, eminente Presidente. Aproveito para cumprimentar pela exposição os eminentes oficiais Generais, futuros Ministros.

Sra. Presidente, submeto ao Plenário e à decisão de V. Exa., se possível, a abertura do processo de votação.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Indago às Sras. e aos Srs. Senadores se há alguma objeção ao pleito do Senador Anastasia. *(Pausa.)*

Não havendo objeção, eu declaro, neste momento, aberta a votação, lembrando que nós faremos agora, numa única ida ao totem, a votação dos três indicados, dos três sabatinados. Portanto, serão três votos numa única ida ao totem.

Esclareço ainda que nós já estamos, portanto, com os dois totens abertos no *drive thru* da garagem fechada do Senado Federal. Teremos dois aqui na ala da CCJ e um aqui dentro da Comissão. Portanto, estamos com cinco urnas abertas neste momento.

*(Procede-se à votação)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Enquanto as Sras. e os Srs. Senadores estão vindo a este recinto votar, eu gostaria de, antes de passar a palavra aos relatores para suas considerações e, neste momento, abrir a fase de arguição, esclarecer que cada







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador poderá se inscrever pessoalmente ou pelo *chat*. Nós já temos duas inscrições no presencial após a fala dos Senadores. Na ordem, Senador Major Olímpio e Senador Rogério Carvalho.

Agora, neste momento, Senador Plínio, permita-me apenas... V. Exas. são testemunhas de que, quando estou presidindo as reuniões de sabatina nesta Casa, eu raramente faço alguma intervenção ou mesmo questionamento, mas estou diante aqui das mais altas autoridades das Forças Armadas brasileiras, especialmente da Marinha e da Aeronáutica, mas sei que representam também, neste momento, o Exército Brasileiro.

Eu não poderia deixar de, neste momento – eu vou aqui me conter pela emoção, até pelas imagens que acabei de ver do meu Estado –, enaltecer o papel e a ação histórica das Forças Armadas brasileiras na defesa da nossa soberania nacional, do nosso solo, especialmente do nosso bioma brasileiro. Eu estou falando especificamente da Amazônia, do Pantanal, do Cerrado, da Mata Atlântica, eu estou falando da proteção do patrimônio natural do Brasil e da humanidade, que são os nossos biomas brasileiros.

E falo realmente emocionada porque eu venho do Estado que tem dois terços do Pantanal do Brasil. Nós vimos, recentemente, que as águas que faltaram do céu para apagar o fogo do nosso solo não faltaram nas faces do povo brasileiro. Pela primeira vez, eu pude presenciar, nesses 30 dias, que todos os brasileiros viraram homens e mulheres pantaneiras. Eu vivo no meu Estado há 50 anos e nunca vimos uma seca como essa, nunca vimos uma devastação que já atingiu mais de 20% do nosso bioma. O que nós presenciamos é muito mais do que uma comoção, veio também junto com isso uma indignação pois, há tanto tempo com uma tragédia anunciada, nós não tínhamos e não conseguimos fazer ações preventivas. Nós sempre tivemos nas Forças Armadas brasileiras, na defesa da fronteira... E eu venho de um Estado de fronteira.

Especificamente no meu Estado, nós temos o Comando Militar do Oeste, a Base Aérea em Campo Grande e o Distrito Naval de Ladário, Corumbá, onde o pai de V. Exa. – pelo que eu ouvi aqui do seu relato – serviu. Ali é a porta de entrada do Pantanal. O Pantanal só não sangrou mais, porque nós tivemos a participação decisiva das Forças Armadas. Eu tive a oportunidade de falar com o Vice-Presidente da República, o Conselho Nacional da Amazônia Legal, que colocou à época toda a estrutura que pôde. Mas fica aqui o meu reconhecimento a V. Exas.

Eu deixo também aqui um pedido: que V. Exas. possam, aonde quer que vão, e vão servir agora... Como o nosso Comandante Leonardo falou: que Deus os proteja para defender os interesses. Ter que julgar as pessoas não é tarefa fácil, mas sei que levarão, nas novas missões de V. Exas., os valores aprendidos com a família e, especialmente, com as Forças Armadas de disciplina, de ética, de justiça e de integridade. Que esses valores não lhes falem de agora em diante e que também V. Exas. continuem a ajudar nosso Brasil, ainda que na inatividade.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço realmente desculpa aos colegas, eu falo aqui em nome da Comissão Temporária, Líder Eduardo Braga, comandada pelo Senador Wellington. Somos três Senadores de Mato Grosso do Sul e três Senadores de Mato Grosso. E eu gostaria aqui, na frente de dois amazonenses – é assim que se fala? –, dois homens da Amazônia Legal, o nosso Líder Senador Eduardo Braga e o Senador Plínio, de dizer que, quando há o desmatamento da Amazônia, essas nuvens voadoras que vêm do Atlântico e que fazem um *pitstop*, que param ali na Amazônia Legal, descarregam a chuva e depois se retroalimentam com a umidade que vem da chuva da Amazônia, elas continuam o seu percurso passando pela Cordilheira dos Andes para desaguar no nosso Pantanal. Isso não está acontecendo, porque isso significa que os biomas estão interligados.

Então, à medida que as Forças Armadas, o Governo Federal e todos nós ajudamos a Amazônia, nós, na realidade, estamos ajudando todos os biomas brasileiros.

Ficam aqui o meu desabafo, porque eu realmente presenciei cenas que eu não imaginei vivenciar, e o meu reconhecimento da solidariedade dos colegas Sras. e Srs. Senadores no WhatsApp. Hoje, é isto que estamos vivenciando: o inferno na Terra nos nossos Estados, com os nossos leitos se transformando em lavas e os nossos animais, em carcaças.

Fica aqui o meu reconhecimento.

Eu não tenho perguntas a fazer.

Passarei a palavra, neste momento, imediatamente, para os oradores inscritos, lembrando que, desta vez, nós teremos três minutos de fala para cada Senador.

Antes, concedo a palavra ao Relator do primeiro indicado, ao Relator da Mensagem nº 3, de 2020, o Senador Marcos do Val, para suas considerações.

**O SR. MARCOS DO VAL** (PODEMOS - ES. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Eu aproveito aqui para subscrever cada palavra dita em agradecimento a todos e a todas as brasileiras, ainda mais às Forças Armadas, às quais eu tive a honra de servir em 1990. Eu tenho certeza de que dali surgiram todos os fundamentos do meu caráter, da disciplina e da hierarquia. Eu tenho certeza de que, através de vocês, a gente consegue, com mais velocidade, deixar um Brasil melhor para as próximas gerações.

Eu queria aproveitar e fazer apenas uma pergunta ao Exmo. Sr. Almirante, uma pergunta rápida, que acho que vale para todos entenderem um pouquinho da história do tribunal militar.

Almirante, o Superior Tribunal Militar é a mais antiga corte superior brasileira, criada ainda antes da nossa Independência, em 1º de abril de 1808, quando o Brasil se tornou a sede da monarquia portuguesa. Ao mesmo tempo, a Justiça Militar tem sido um dos ramos do Poder Judiciário que menos





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sofre alterações em toda a longa história. Qual avaliação V. Exa. faz do funcionamento da Justiça Militar da União, especialmente do tribunal para o qual foi indicado? V. Exa. entende que são necessárias alterações nessa estrutura?

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Relator.

Eu vou passar para os três Relatores antes. Há uma demanda aqui dos colegas. Como a semana vai ficar curta para tantas agendas que temos junto a ministérios e também em gabinetes e no Plenário, houve uma demanda aqui formulada pelo Senador Major Olimpio de que nós pudéssemos, primeiro, passar a palavra aos cinco primeiros inscritos, os três Relatores e dois inscritos, para, em seguida, eu passar a V. Exas. para que possam responder às perguntas.

Passo a palavra, neste momento, ao Relator da Mensagem nº 24, de 2020, o Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu creio que os depoimentos dos indicados, particularmente do Almirante de Esquadra Celso Luiz Nazareth, satisfizeram plenamente o objetivo da liturgia, ou seja, do Regimento, e contêm informações que apenas corroboram, ratificam o teor de cada um dos relatórios, seja do Senador Jorginho, seja do Senador Marcos do Val, seja do meu próprio, de forma que só reforçam a convicção que temos de que são não apenas militares de escol, mas, acima de tudo, cidadãos prestantes de alto conteúdo patriótico e cívico que se dispõem a exercer essa nova missão.

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Esperidião Amin, que antes já havia feito algumas considerações. E, nas sábias palavras do Senador, nós estamos diante de três sabatinados que são homens públicos que têm uma história na vida pública, o que já permite que as Sras. e os Srs. Senadores já possam fazer a sua escolha na votação, independentemente do término desta arguição.

Passo a palavra neste momento ao meu Vice-Presidente, Senador Jorginho Mello, Relator da Mensagem nº 36, de 2020.

**O SR. JORGINHO MELLO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Muito bem, Sra. Presidente, eu quero cumprimentar todos os Senadores que acabam de chegar e, de forma especial, os sabatinados. A própria manifestação de cada um – e eu procurei acompanhar atentamente – demonstra o preparo, demonstra a retidão de caráter, demonstra o amor à nossa Pátria, por tudo que fizeram e, eu tenho certeza absoluta, que vão fazer lá no Superior Tribunal Militar, fazendo justiça, porque justiça é uma coisa muito importante para o ser humano – justiça. Deitar, botar a cabeça no travesseiro e ter certeza de que não fez nenhum mal, não fez nenhuma sacanagem.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero cumprimentá-los pela vida dedicada de cada um dos senhores. Eu tive o privilégio de fazer o relato do Carlos Augusto, que conheci melhor, mas acompanhando todos os demais, tenho certeza absoluta de que foi a melhor escolha. E isso é uma premiação para a família dos senhores, porque todo mundo se manifestou pela grandeza da família, pelo apoio da família, da esposa, dos filhos. Esse é um dos valores mais importantes de todas as nossas vidas.

Então, quero desejar muito boa sorte. Façam justiça, modernizem, façam funcionar. Os órgãos públicos demoram demais para tomar decisão, e justiça tardia muitas vezes não é mais justiça. Então, modernização, não repetir tarefas... Os senhores têm condições, pelo que já têm de bagagem, pelo que já aprenderam, de imprimir um ritmo de celeridade, de velocidade para que a justiça aconteça o mais rapidamente possível.

Muito boa sorte e que Deus abençoe a todos os senhores e às famílias de vocês!

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Jorginho Mello.

Como houve apenas uma pergunta, eu vou seguir na ordem de inscrição. Vou pelo menos chamar mais três Senadores aqui, que são os três inscritos no presencial.

Pela ordem aqui, por três minutos, Senador Major Olimpio. Em seguida, Senadores Rogério Carvalho e Plínio Valério.

Com a palavra V. Exa., Senador Major Olimpio,

**O SR. MAJOR OLIMPIO** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Para interpelar.) – Sra. Presidente, o Senado e o Brasil acompanham este importante momento. Eu quero cumprimentar os três novos Ministros do Superior Tribunal Militar, haja vista que tenho absoluta certeza de que não só a Comissão, quanto o Plenário, de forma unânime, vai referendá-los para essa importante missão. Missão que começa aos 15, 16 anos de idade em uma escola preparatória, no Colégio Naval, e que acaba sendo glorificada pelo empenho e pela carreira tão inabaláveis. Ninguém chega aqui por indicação simplesmente, é uma história de vida.

Mas eu gostaria de colocar, para ponderação dos nossos Ministros Militares... Eu digo porque estive ombreado com o General Villas Bôas na luta para que nós tivéssemos a aprovação da Lei nº 13.491, em 2017, que justamente deu suporte para que as Forças Armadas, já na Olimpíada e em outras atividades, estivessem até fazendo operações especiais típicas de polícia e que o inquérito e o julgamento ficassem logicamente com a Justiça Militar. Também em relação às Forças Militares estaduais. E eu vejo hoje, em alguns Estados, por exemplo São Paulo, onde um General de Exército é o Secretário da Segurança Pública, e arguiu na Justiça que a apuração de crimes dolosos contra a vida por policiais militares não tenham a sua apuração conforme o que nós votamos aqui, em relação ao Código



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Penal Militar e ao Código de Processo Penal Militar, que se aplicam na plenitude... Gostaria que os senhores fizessem o comentário da importância do inquérito policial e mesmo da Justiça castrense, no caso de uma justiça especializada como é a Justiça Militar.

O segundo ponto que me preocupa, Sra. Presidente. No dia 4 de dezembro, foi aqui nesta sala, Marcos Do Val – foi com você, com o Izalci e comigo –, que se fechou um acordo na votação da lei de previdência dos militares, uma malha de proteção. Naquele momento, o Senador Arolde era o Relator e nós íamos fazer uma obstrução e não íamos permitir a votação, Sra. Presidente, só para consideração – em função de haver milhares e milhares de praças e de pensionistas que estavam fora. Naquele momento, o Governo brasileiro, em nome do Presidente da República, General Ramos, Rogério Marinho, o Líder do Governo, Davi Alcolumbre, todos juntos nos disseram, em 4 de dezembro: "Nós não abandonamos soldado ferido para trás. Vamos votar agora e, em janeiro, vai abrir uma comissão, haja vista que tem de ser o próprio Governo, senão gera vício de iniciativa, para o encaminhamento da recomposição de salários e vantagens para soldados, cabos, sargentos sem a especialização, e as pensionistas." Nós acreditamos em palavra empenhada aqui com o Senado! Não foi com os praças.

E neste momento, Sra. Presidente, quero só fazer um alerta. Vou pedir o comentário à luz da hierarquia e da disciplina. Dias 21, 22 e 23, haverá uma manifestação de praças reformados e familiares, aqui em Brasília e em todas as unidades da Federação. Isso pode ferir e vai acabar na mão dos senhores, no Superior Tribunal Militar. Eu gostaria que os senhores comentassem, à luz da legislação militar, a possibilidade de o inativo promover manifestações. E lembrando: o Governo brasileiro, os Ministros fizeram aqui um acordo com o Senado. Todos os senhores votaram. E o Governo não vem cumprindo o acordo – não é com os praças, não é com nada – é com o Senado da República!

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

Pela ordem de inscrição, Senador Rogério Carvalho.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpellar.) – Sra. Presidente, primeiro, é uma satisfação reencontrar todos os colegas que aqui estão. É sempre bom contato pessoal. Eu também queria corroborar a fala do Marcos do Val sobre a história de cada um dos sabatinados. São pessoas que têm uma história ilibada, sem nenhum tipo de questionamento sobre a vida pregressa ou a vida até agora, muito pelo contrário. Mas eu queria fazer algumas questões, que reputo que são de grande importância.

Primeiro, como V. Exas. entendem a intervenção militar requerida em atos e passeatas e presente até em discursos de alguns políticos? Isso constitui fugas do dever militar? Acho que isso é uma questão central para o Superior Tribunal Militar.

Como os demais tribunais, é uma instituição comprometida com a ordem constitucional. Qual a importância da jurisdição penal militar para a democracia nos dias de hoje no Brasil? Quando os





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

integrantes... A legislação interna da Constituição Federal, o Direito Penal Militar, o Direito Penal comum e a ordem internacional dos instrumentos de direitos humanos protegem os bens jurídico-penais de máxima importância para a convivência fraterna e social, garantindo assim o sistema democrático de justiça. Os princípios de independência nacional de não intervenção e de defesa da paz podem estar ameaçados pela intervenção de um país estrangeiro, Estados Unidos, no caso da relação Brasil/Venezuela?

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Os integrantes das Forças Armadas cometem crime ao compactuar com a ação de outra nação em território nacional, com vistas a provocar um vizinho? Como V. Exas. interpretam a visita do Secretário de Estado dos Estados Unidos, Mike Pompeo, à fronteira do Brasil com a Venezuela e as ações do Governo para lidar com a imigração de venezuelanos para o Brasil? É inaceitável, em nosso Território, representante de qualquer país provocar outros países, já que na nossa Constituição é clara a nossa posição em relação à autodeterminação dos povos.

Então, eu fico por aqui, porque não dá tempo de fazer outras perguntas, mas eu queria deixar essas duas perguntas.

Posso fazer mais uma, Presidente? *(Pausa.)*

Vamos lá.

Na opinião de V. Exas., que papel os membros das Forças Armadas devem ter com o Governo Federal e as demais instituições democráticas? Há uma diferença de tratamento do Governo com oficiais do Exército das outras duas forças militares, Marinha e Aeronáutica? E, por fim, há uma contradição no fato de que civis possam ser julgados por militares, não juristas, e militares não possam ser julgados por juízes civis de carreira jurídica. Como V. Exas. veem isso e que caminhos V. Exas. propõem para que a gente possa rever essa situação? Um militar é julgado pelo Superior Tribunal Militar, mas se um civil cometer um crime contra um militar, ele é julgado lá também, e não pela Justiça civil, não é? Deveria ser julgado pela Justiça civil. O militar só é julgado pela Militar, mas o civil pode ser julgado pela Militar, e o contrário não pode. Eu acho que a gente precisa rever isso, mas isso precisa ter a iniciativa do STM para que a gente possa...

**O SR. MAJOR OLIMPIO** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone.*) – Mas se submete.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sim, mas, de qualquer forma, é civil.

**A SRA. SIMONE TEBET** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço a V.Exa.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Presidente.

**A SRA. SIMONE TEBET** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço.

Esta Presidência gostaria de esclarecer que já estamos em processo de votação. Já temos 17 Sras. e Srs. Senadores que já votaram. Então, já estamos no adiantado da votação. Há alguns Senadores ainda votando.

Último orador inscrito deste bloco, Senador Plínio Valério.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM. Para interpelar.) – Presidente Simone, fica claro nesta audiência, nesta reunião, que se trata de três pessoas preparadíssimas. Mas eu queria aproveitar também o seu desabafo, desabafo correto de uma amazônida que sofre neste momento em que mais uma vez nós brasileiros somos obrigados a conviver com mentiras e hipocrisias, sempre a respeito da Amazônia.

Todos os anos a seca que provoca esses incêndios acontece; nós pecamos por não nos anteciparmos a eles. A hipocrisia fica clara, cristalina quando dizem que lá na Califórnia é incêndio e na Amazônia é queimada. Essa hipocrisia tem magoado, tem machucado a nós, que somos amazônidas, no momento em que se aproveita – e eu não sou governista, não sou bolsonarista, mas sou brasileiro –, no momento em que se quer enquadrar um Presidente da República que tem na Marinha, na Aeronáutica e no Exército toda a atenção com a Amazônia.

Eu sou das barrancas do Rio Juruá. Menino, convivi com corvetas chegando no Rio Juruá, que fica a 1,2 mil quilômetros de Manaus. Conseguíamos voar para estudar em Manaus e passar as férias em Eirunepé graças à Aeronáutica, com seu Búfalo e seu Hércules – acho que há um outro nome, há um Hércules e um outro que chegavam lá – e o Exército na fronteira, combatendo o narcotráfico. O Exército na Amazônia não tem nem *laptop*, porque não tem internet, e ele combate o narcotráfico. E essa hipocrisia que quer fazer da Amazônia um jardim botânico não ajuda o Governo brasileiro a enquadrar o Exército, a municiar o Exército de coisas modernas.

Portanto, neste momento de mais hipocrisia, como amazônida, como amazonense, quero deixar claro aqui que o brasileiro tem que ter orgulho de ser brasileiro. O brasileiro não pode entrar nessa de que a Amazônia está queimando, está pegando fogo, está sendo devastada. Os crimes serão punidos, porque a lei prevê. Há incêndios, há crimes, claro que há, mas o Brasil é o país que mais preserva seu meio ambiente. Portanto, nós não somos os vilões, nós não somos os bandidos; os bandidos são os outros.

Dito isso, Presidente Simone, eu me permiti, graças ao seu desabafo, fazer a pergunta que eu acho que já foi colocada aqui, de boas intenções, mas o momento é diferente e eu queria fazer a







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguinte pergunta, Presidente. A Justiça Militar da União é a mais antiga do País, com mais de 200 anos de existência, tendo sua história diretamente vinculada à própria existência das Forças Armadas, e o Superior Tribunal Militar, como órgão de cúpula desse ramo do Judiciário, exerce papel relevante no intrigado sistema de freios e contrapesos que forma a separação dos Poderes da República. A pergunta é: neste momento, tendo em vista a crescente importância dos militares na vida política do Brasil, como V. Exas. enxergam a situação do Superior Tribunal Militar nessa nova conformação institucional que se desenha?

Fico nessa pergunta, Presidente, para não estender mais.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu é que agradeço.

Vou abrir agora a fala aos nossos indicados. Cada um terá o tempo de até 15 minutos para os seus esclarecimentos, lembrando que, se faltar tempo, como teremos outros questionamentos, V. Exas. poderão complementar as respostas. E, se precisarem de um pouco mais de tempo também, nós poderemos conceder.

Eu vou aqui fazer um agradecimento especial. Já havia aqui nominado vários Senadores, mas ainda faltou nominar a Senadora Soraya Thronicke, do meu querido Estado de Mato Grosso do Sul, o Senador Randolfe, o Senador Lasier e, no virtual, em nome das Senadoras mulheres que estou visualizando aqui pelo painel, a Senadora Zenaide, a Senadora Rose, a Senadora Leila. Em nome dessas Senadoras e também o Senador Tasso Jereissati, eu vou, aos poucos, nominando-os para deixar muito claro que muitos Senadores só não estão aqui por total impossibilidade. Inclusive, a Senadora Rose de Freitas, no nosso WhatsApp do grupo do Senado, informou que estava desde a madrugada tentando pegar um voo, mas, por questão do tempo e do clima, o aeroporto estava fechado, e ela não estava conseguindo se deslocar. Então, nesse sentido, eu quero aqui realmente justificar que alguns Senadores, por alguma questão, ou comorbidade, ou algum tipo de doença – o Senador Fabiano mesmo tem asma, que é uma coisa complicada –, não estão aqui no presencial, mas muitas vezes tentam e vêm ao presencial num compromisso que o Senado Federal tem com o País.

Eu passo a palavra, pela ordem aqui das mensagens, ao Comandante Leonardo para que possa responder às indagações das Sras. e dos Srs. Senadores.

**O SR. LEONARDO PUNTEL** (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora.

Ao Senador do Val muito obrigado.

Realmente o Superior Tribunal Militar tem uma história muito bonita, que é uma herança de Portugal, com a vinda da família real portuguesa, que saiu de Portugal em novembro de 1807, assim que





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as tropas napoleônicas estavam chegando bem próximo dos subúrbios de Lisboa, quando então, em uma esquadra com 37 navios portugueses e 4 fragatas inglesas, vieram para o Brasil. Chegaram ao Rio de Janeiro em março de 1808, tendo passado antes pela Bahia, um mês antes, quando então foi decretada a abertura dos portos, um marco muito importante na época para o comércio exterior brasileiro. Esses 37 navios traziam toda a corte e a família real de Portugal, chegando aqui em março. E, no mês seguinte, foi aberto e criado o Superior Tribunal Militar no dia 1º de abril de 1808.

E sempre, ao longo dessa história até o século XXI, nós temos o STM coadunado com a Constituição brasileira, inicialmente dentro dos parâmetros da legislação portuguesa, quando o Brasil era colônia e também capital do império português no Rio de Janeiro. Em seguida, com a Independência do Brasil e com a primeira Constituição brasileira de 1824, o STM sempre se organizou e sempre atuou dentro das suas legislações, sempre com seus códigos penais militares e seus códigos de processo penal, decorrentes sempre das Constituições, de maneira que, quando veio a República, com a sua primeira Constituição republicana e, logo depois, em 1934, com sua segunda Constituição republicana, o STM sempre foi se adequando a essa legislação máxima da Carta Magna do Brasil. E todas as legislações decorrentes da Constituição Federal foram realizadas nas leis orgânicas do STM e também no Código Penal Militar e no Código de Processo Penal Militar, de maneira que até hoje, de acordo com as Constituições brasileiras, os códigos penais militares e os processos penais vão se adequando com a realidade atual, porque a Constituição nacional exprime essa situação da Nação brasileira. Dessa maneira, ao longo de todos esses mais de 200 anos de efetiva participação do STM no Brasil, ela vem sempre se adequando e sempre se modernizando com a realidade da nossa sociedade, em especial com os militares.

Sr. Senador Amin, eu agradeço as suas belas palavras e por ter lembrado que, na bandeira do Estado de Santa Catarina, existe a âncora, que é um dos símbolos da Marinha do Brasil. É um Estado muito marinho. O seu litoral tem uma tradição muito grande, herdada dos colonos açorianos que migraram e colonizaram, inicialmente, o norte do Estado de Santa Catarina, a Ilha de Santa Catarina, e com isso grandes portos, de grandes movimentos comerciais, como o Porto de Itajaí – como bem falou o Senador Amin, a respeito dos Gripen que acabaram de chegar, através de navios mercantes, que trouxeram a primeira aeronave de caça Gripen, muito moderna.

Muito obrigado, Senador Amin.

Senador Jorginho, muito obrigado pelas suas palavras. Realmente, um ponto muito importante, fundamental para se fazer justiça é a celeridade dos processos jurídicos. Desde o início, desde a simples sindicância, que evolui para o inquérito policial militar e, a partir daí, todo o processo do Ministério Público Militar, da Justiça Militar de primeira instância, sua subida para a segunda e última instância, que é o Superior Tribunal Militar, esse processo, efetivamente, necessita ser célere, necessita ser rápido, para que, então, nós tenhamos condições de fazer realmente justiça a pessoas, a seres humanos que





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão sendo efetivamente julgados. E nada melhor do que uma Justiça célere para que, então, essa justiça essa feita.

Muito obrigado, Senador Jorginho, pelas suas palavras também. Espero que tenha respondido à pergunta do senhor.

Senador Major Olimpio, muito obrigado pelas suas palavras, pelas suas considerações. O senhor, militar que é, nos conhece muito bem. Nós militares sempre atuamos com muita retidão. E a nossa proa, o nosso rumo, é sempre o cumprimento das leis, inicialmente o cumprimento fundamental da Constituição brasileira e das leis complementares, das leis ordinárias, de maneira que todo o complexo arcabouço legal brasileiro nós militares cumprimos. Então, toda situação brasileira em que a Nação e o povo brasileiro solicitam dos seus Congressistas, dos seus Deputados e dos seus Senadores é tratada nesta Casa e é transformada em leis, e nós militares cumprimos essas leis. Então, as discussões nesta Casa, no Senado Federal, que são transformadas em leis nós iremos cumprir. Os militares cumprirão essas leis, esses regulamentos, essas normas, de maneira que nós estamos sempre dentro da Constituição e dentro da ordem legal brasileira.

Sr. Senador Rogério Carvalho, complementando também a resposta, é muito importante e é sempre interessante dizer que as Forças Armadas são cumpridoras da Constituição. O nosso Ministro da Defesa, a quem compete falar politicamente pelas Forças Armadas, e nós realmente zelamos pelo cumprimento da Constituição. A nossa Constituição em vigor é de 1988; já são 32 anos de Constituição. Em todo esse tempo, eu vejo que as crises políticas que houve nesse período foram resolvidas num nível político, todas elas, e as Forças Armadas ficaram inteiramente dentro da Constituição, dentro da ordem legal, e eu vejo que é exatamente isso que acontece.

Muito obrigado pelas suas considerações.

Senador Plínio, muito obrigado pela sua intervenção. A Amazônia, para a Marinha em especial, para as Forças Armadas em geral, é um tema muito caro, muito querido, com a nossa possibilidade de sempre ajudar os nossos amazônidas, os nossos ribeirinhos. Isso nos enche de muito orgulho e satisfação.

Muito obrigado por o senhor ter falado principalmente sobre a Justiça Militar e o contínuo aprimoramento dentro da ordem legal. A Justiça Militar vem se adaptando, de acordo com o tempo. Em 1808, as normas legais, os códigos penais militares eram para aquela época; hoje já temos o nosso Código Penal, o nosso Código de Processo Penal, a Lei Orgânica do STM ajustada para os atuais momentos e totalmente alinhada com a Constituição brasileira.

Muito obrigado, Senador.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos ao Comandante.

Eu passo a palavra, neste momento, ao Almirante Celso Luiz para as suas considerações, em tempo em que solicito ao nosso Vice-Presidente que assuma a Presidência, para que eu possa exercer o direito do voto.

Com a palavra, V. Exa., por 15 minutos.

**O SR. CELSO LUIZ NAZARETH** (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu inicio respondendo, ou melhor, fazendo um comentário. Não é uma resposta porque o Senador Jorginho Mello não fez uma pergunta, mas fez uma colocação muito importante no que concerne à celeridade da Justiça Militar. A Justiça Militar, ao longo dos anos, vem se adaptando e vem ganhando muito em termos de tecnologia. Todos os processos, hoje, que correm no STM estão digitalizados. Hoje, nós já fazemos oitivas com testemunhas fora de Brasília, via videoconferência. Isso foi inédito e iniciou-se no STM. Então, nós estamos tentando, lá no STM, pelo que se lê, pelo que se estuda – eu não estou lá; vou depender da aprovação dos senhores, é claro –, o STM está dando passos largos no sentido de buscar essa celeridade. As estatísticas que foram estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça foram perfeitamente atingidas. Inclusive, tivemos um superávit de 19% da demanda que foi exigida pelo Conselho Nacional de Justiça. Então, cada vez mais, o STM vem se aprimorando em ordem de ter celeridade e, com isso, atender realmente a necessidade de que se façam os processos, se processem e julguem os crimes militares com bastante rapidez.

Muito obrigado, Senador, pela pergunta.

Ao Senador Marcos do Val, foi interessantíssima a sua colocação, Senador, no que concerne à importância da Justiça Militar. É o tribunal superior mais antigo do País, como o senhor bem disse; foi criado pelo Príncipe Regente D. João VI, em 1808. A Constituição de 1934 inseriu o STM dentro do Poder Judiciário; isso foi muito importante. Em 1946, a Constituição denominou o tribunal com o atual nome de Superior Tribunal Militar.

Agora, há dois pontos que eu vou citar, em que o senhor foi muito preciso, que é realmente a questão do nosso Código Penal Militar e do nosso Código de Processo Penal Militar. Eles foram aprovados respectivamente pelos Decretos 1.001 e 1.002, de 1969, e até então não se fez nenhuma grande alteração nesses dois decretos, que são as guias-mestres da Justiça Militar. Vendo isso, esta Casa aqui, o Legislativo, achou por bem tomar a iniciativa de estabelecer aqui algumas proposições legislativas para que essas alterações fossem efetuadas. Então, foram colocados, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de Deputados, dois processos, dois PLs, dois projetos de lei: o 9.432, que trata do Código Penal Militar, e o 9.436, que trata do Código de Processo Penal Militar. Isso está





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bem adiantado, já está praticamente terminado. Isso foi colocado em 2017; os dois projetos de lei são de 2017. Isso já foi estudado por toda a CCJ lá da Câmara dos Deputados.

E, em paralelo, o Superior Tribunal Militar também sentiu a mesma necessidade que o senhor apresentou. Nós temos que ter uma legislação mais moderna, porque existem novos crimes: feminicídio, crime de abuso sexual, crime de assédio sexual, crime de racismo, crime de injúria racial, crimes de informática, crimes de meio ambiente. Toda essa gama de crimes que foram estabelecidos posteriormente não têm uma lei específica no código; têm sua lei da Justiça comum. E se poderá até fazer o julgamento, seguindo essa lei natural, mas o importante, o ideal é que já se tivesse inserido, no Código Penal Militar, todo esse aparato.

E, com isso, o Superior Tribunal Militar abriu lá um grupo de estudo, algum tempo atrás – na época, o Presidente desse grupo de estudo era o Brigadeiro Nicácio – e foi feito um trabalho muito detalhado. Esse trabalho ficou pronto e, agora, nós estamos em fase de equalização do que foi feito, aqui na Câmara dos Deputados, no 9.432 e 9.436, e o que foi feito lá no Superior Tribunal Militar. E eles estão agora sendo equalizados, para formarmos uma coisa só e finalmente termos a alteração do CPM e do CPPM, que é o Código de Processo Penal Militar, o que será muito importante para a Justiça Militar. Disso não há dúvida. Então, eu agradeço muito a pergunta do senhor.

O senhor também tocou nas duas leis, na 13.491, de 2017, e na 13.774, de 2018. Essas duas leis são importantíssimas. A 13.491 amplia, de forma bastante significativa, a Justiça Militar.

Ela amplia significativamente, porque antigamente a gente só tinha, no art. 9º – ela mexeu no art. 9º do CPM –, um inciso. Ela inclui o inciso II e incluiu, também, o III. O inciso II trata de crimes militares, crimes praticados por militares na atividade, que está na legislação penal comum. Isso ampliou muito, mas o crime tem de ser classificado nos cinco subitens que estão especificados nesse inciso II. E, no inciso III, a lei, aprovada pelos senhores aqui, aprovou que fossem instaurados inquéritos para militares reformados, militares da reserva e civis desde que estivessem enquadrados em quatro subitens. Então, foi uma lei muito bem executada. Ela deu bastante trabalho aqui nesta Casa, tenho certeza, mas foi importantíssima e ampliou, de forma bastante vasta, a competência da Justiça Militar. Então, para isso, é fundamental e necessário que nós possamos realmente fazer a alteração do nosso Código Penal Militar.

A sua pergunta foi muito oportuna. Não sei se respondi ao senhor.

Ao Senador Major Olimpio, por quem a gente tem o maior respeito e a maior admiração, eu queria dizer que, realmente, como eu já falei, a Lei 13.491, de 2017, ampliou bastante as competências da Justiça Militar. No caso específico dos militares estaduais, que não foram abarcados em algumas dessas alterações, esta Casa aqui é o fórum adequado para se discutir, para se verificar isso, e, se for necessário, mais tarde, num determinado momento oportuno, far-se-á essa inclusão. Logicamente, em





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todas essas discussões que abrangem temas muito polêmicos, há que se ouvir a opinião pública, há que se ouvir a sociedade, há que se ouvir as instituições responsáveis por essas alterações. Talvez possa ser feito isso aqui no Poder Legislativo para que se atendam as demandas que foram colocadas pelo Senador Major Olimpio.

O Senador Rogério Carvalho apontou uma questão de que os militares seriam julgados pela Justiça Militar e os civis seriam julgados pela Justiça Militar, não podendo os militares serem julgados pela Justiça comum. Há um pequeno detalhe nessa interpretação. Os militares podem, sim, ser julgados pela Justiça comum, desde que eles não pratiquem um crime militar. Quando ele pratica um crime não militar, efetivamente, é a Justiça comum, é o Tribunal de Júri que vai julgar esse militar. E o civil só será julgado, monocraticamente, como está previsto na Lei 13.774, de 2018, pelo juiz federal da Justiça Militar se, por um acaso, o crime cometido por esse civil for enquadrado em algum dos subitens que garantam que aquela prática, aquele fato típico seja enquadrado dentro de um crime militar.

Então, há essa pequena dissonância, mas a pergunta, de um modo geral, foi muito importante.

Sobre a importância do STM, já foi dita pelo Almirante Puntel toda a vasta possibilidade do Superior Tribunal Militar, pelo trabalho que é feito, e a pergunta já foi praticamente respondida.

O Senador Plínio Valério foi muito feliz nas suas observações. Eu realmente concordo com o senhor que a gente tem que continuar – foi dito isso, foi conversado isso na Comissão Temporária Extraordinária do Pantanal, no sábado; algum Senador colocou isso, e concordei perfeitamente. A gente tem que estar sempre atento à legislação com relação aos crimes ambientais. Legislação, educação e fiscalização, isso tem que ser uma tônica...

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/ MDB - MS) – Senador Fabiano Contarato.

**O SR. CELSO LUIZ NAZARETH** (Para expor.) – Sim, senhora. Muito obrigado, Senadora.

Eu concordei com esse posicionamento, e é isto que a gente vem buscando: fiscalizar, aumentar a fiscalização, aumentar a educação do povo para fazer a queimada, que tem que ser feita no momento oportuno, com todas as seguranças, para não causar dano maior à nossa fauna e flora brasileiras. A gente perdeu hoje 20% da fauna e flora do nosso Pantanal, o que é realmente uma dor muito grande de todos os brasileiros, eu acho. Nós militares e todos os brasileiros estamos realmente convictos de que tem que ser feita alguma coisa de forma prática, para que a gente realmente evite novamente esse tipo de incidente extremamente maléfico para toda a sociedade brasileira. Esse é o meu posicionamento.

O senhor perguntou sobre a importância do Superior Tribunal Militar na nova conformação política. As Forças Armadas continuam exercendo o seu papel seguindo rigorosamente o que está previsto no art. 142, ou seja, a defesa da Pátria, a garantia dos Poderes Constitucionais e o



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

chamamento, em GLO, por qualquer um desses três Poderes. Então, nós militares – a nossa geração de mais de 40 anos de serviço – sempre estivemos dentro da Constituição, seguindo os preceitos do Estado democrático de direito, e continuaremos fazendo esse trabalho dessa forma. Logicamente, existem alguns militares da reserva ou reformados que fazem parte de determinado movimento, mas as Forças Armadas, como um todo, estão cumprindo o seu papel dentro do que está previsto na nossa Carta Maior. Agradeço muito a sua pergunta e não sei se respondi ao senhor.

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

Passo agora ao nosso Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos Augusto Amaral para a resposta aos Senadores.

Eu gostaria de informar aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que ainda não votaram que nós gostaríamos de dar mais 30 minutos para encerrar a votação, porque faltam apenas, pela informação que tive, três ou quatro Senadores para a votação. Estamos vendo, inclusive, se esses três ou quatro Senadores estão acompanhando a sessão remotamente. Se for remotamente, fora de Brasília, não é possível a votação porque, por ser votação secreta, é exigida a votação presencial. Então, nós gostaríamos de dizer que, em 15 minutos, encerraremos as inscrições – nós temos apenas um orador inscrito – e, até as 11h30, pediríamos que as Sras. e os Srs. Senadores venham ao Senado votar, para que possamos encerrar a votação, porque esta é a primeira de duas sabatinas que teremos ainda hoje, lembrando que às 16h teremos Plenário, com votação de medidas provisórias. Às 14h é a sabatina da Corregedora Nacional do Conselho Nacional de Justiça.

Com a palavra V. Exa., Tenente-Brigadeiro.

**O SR. CARLOS AUGUSTO AMARAL OLIVEIRA** (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente.

Responder depois que os companheiros de Marinha falaram, e acho que abordaram de uma forma bastante profunda os importantes temas que foram colocados pelos Exmos. Srs. Senadores, fica bastante difícil. Vamos tentar fazer alguma complementação, porque me alinho e concordo em gênero, número e grau com tudo que foi aqui exposto pelos meus companheiros.

Agradeço as perguntas que foram feitas, todas muito pertinentes ao momento que estamos vivendo aqui agora.

Com relação à pergunta do Senador Marcos do Val, a colocação a respeito dessa evolução da Justiça Militar, Senador, o que eu coloco sempre, dentro daquilo que o Nazareth e o Almirante Puntel apresentaram ao senhor, é que realmente a Justiça Militar é dinâmica, na verdade. Existe um comitê de Direito Penal Militar dentro do Superior Tribunal Militar que está sempre estudando as necessidades de adequações justamente para a Justiça se modernizar e atender aos anseios que dela se esperam.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São muito importantes, então, esses projetos que aqui estão, nesta Casa, que é o local adequado para fazer as modificações no Código Penal Militar e no Código de Processo Penal Militar. É muito importante que, dentro de todas as harmonizações, dentro de todas essas discussões, a gente não esqueça os princípios básicos que norteiam a Justiça Militar, que são hierarquia e disciplina. Essa continua sendo a base para o funcionamento e a garantia de que as Forças Armadas se mantenham dentro daquele seu papel de democracia.

Muito obrigado pela pergunta do senhor.

Eu acho que as modificações que ocorreram durante a evolução do Direito Penal Militar pelas leis que foram colocadas pelo Almirante Nazareth, principalmente a 13.491, que amplia as competências da Justiça Militar, trazem realmente essa atualização da Justiça Militar para as condições que hoje vivemos na sociedade, principalmente nessa abertura, nesse aumento de participação que as Forças Armadas têm, principalmente nas ações de garantia da lei e da ordem, porque precisamos dar a esses militares que aí estão envolvidos uma segurança jurídica para que possam cumprir o seu trabalho.

Agradeço também ao Senador Esperidião Amin as colocações gentis que fez para a Força Aérea.

Senador Jorginho Mello, mais uma vez, agradeço a bondade das palavras no meu relato. Concorde com V. Exa. sempre: a justiça que tarda não é justiça. Existe uma expectativa do cidadão de que ele veja em vida a solução dos seus problemas. Se ele não tiver essa percepção de celeridade, ele deixa de confiar na Justiça, o que é muito ruim. A gente não estaria cumprindo o nosso trabalho, a nossa destinação constitucional.

Eu até acho que especificamente a Justiça Militar é até bastante célere. Se olharmos os dados que são apresentados pelas estatísticas do Conselho Nacional de Justiça, a resolução das pendências e dos conflitos dentro da Justiça Militar até que é bastante rápida. E é muito importante que seja rápida, porque essa celeridade é que vai permitir justamente que se possa dar continuidade à carreira daqueles militares que estão envolvidos em situações perante a Justiça Militar. É uma característica da nossa carreira que, quando você tem alguma pendência na área jurídica, a sua carreira fica estagnada, seja no ambiente de crimes militares dentro do âmbito da Justiça Militar, seja no ambiente civil, em que você precisa da prestação jurisdicional da Justiça comum. A carreira do militar fica estagnada aguardando a solução. Por quê? Porque existem outros valores que o militar tem que ter para prosseguir nessa carreira nossa, que é progressiva, meritocrática e seletiva de que eles não tenham nenhum tipo de pendência que coloque em dúvida o seu comportamento ético, moral, enfim. Então, ela precisa realmente ser célere. Acho que a Justiça Militar, dentro do contexto do nosso País, é até bastante rápida na solução dessas pendências, mas é um anseio de todos nós, como cidadãos, que é a Justiça como um todo atendesse de forma oportuna as colocações e as demandas que a ela são apresentadas.

Bom, espero ter respondido ao senhor.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pergunta do Major Olimpio é bastante interessante – sempre. Eu acho que até já comentei quando respondi ao Senador Marcos do Val. É importantíssima essa ampliação de competência da Justiça Militar advinda da Lei 13.491, de 2017, justamente por conta de dar segurança jurídica aos operadores, ao emprego dos militares, mas principalmente nas ações de garantia da lei e da ordem. É muito importante que haja esse tipo de segurança.

Quanto ao 1.645, que foi também colocado, o tema está sendo até trabalhado hoje na Casa pelo próprio Senador Major Olimpio, junto com o Senador Izalci, discutindo nesta Casa junto com o Ministério da Defesa, eu creio que alguma solução certamente será dada para esses anseios que esta Casa tem a obrigação de pacificar. Só um reparo com relação ao 1.645 é que ele realmente não via em seu objetivo ser uma reestruturação de carreira que visasse a aumento salarial, mas, sim, correção de distorções na carreira. Então, na minha própria família, minha longa família de militares, como eu expus na minha apresentação, muitos daqueles militares que estão aposentados já há algum tempo – são pessoas de oitenta e muitos anos – não receberão os adicionais de habilitação militar, porque simplesmente os cursos na época em que eles estavam no serviço ativo não existiam. Então, não há como eles receberem esses reajustes de gratificação para determinados estudos, principalmente o de Altos Estudos Militares. Enfim, faz parte, dentro do espírito que foi o 1.645, da reestruturação da carreira, alguns estariam fora. Não havia uma intenção de se fazer um reajuste salarial dos militares. Mas entendemos que esse conflito que está sendo apresentado será bastante bem encaminhado justamente por esta Casa, o Congresso Nacional, que é o lugar adequado de resolver esses conflitos e todos os outros conflitos que apareçam para a sociedade.

Senador Rogério Carvalho, eu também agradeço bastante as perguntas. Um pouco dessa atuação da Justiça Militar os meus amigos já responderam, meus companheiros, mas também está dentro dessa ampliação, da renovação e da modernização do Código Penal e do Código de Processo Penal Militar. Existem dois projetos de lei aqui, exatamente o 9.432 e o 9.436, de 2017, que já tratam dessa modernização do Código Penal e do Código de Processo Penal Militar. Entendo muitos desses anseios e também que este é o local adequado para que essa atualização e essa modernização ocorra.

Sobre a importância da Justiça Militar, também uma pergunta do Senador Rogério Carvalho, eu acho que ela mantém a democracia, ela garante a democracia. Justamente por existir esse conceito de ser um plenário misto com juízes togados e juízes com a nossa experiência, todos com mais de 45 anos de serviço, eu acho que ela dá justamente o adequado trato ao comportamento militar ante suas obrigações perante a sociedade, em função das suas particularidades, e dá essa resposta justamente com a segurança, com a precisão, com a oportunidade e com a celeridade que esse tipo de demanda necessita. Então, eu acho que a Justiça Militar é fundamental para a democracia no Brasil justamente pelos belos resultados que apresenta desde a sua chegada junto com D. João em 1808.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A respeito da contradição de crimes julgados por civis e militares, a respeito de militares serem julgados por militares e não serem julgados por civis e vice-versa, civis julgados por militares, por que o militar não é julgado pelo civil, eu acho que o Almirante Nazareth fez uma explanação perfeita do tema. Se os crimes forem tipificados militares, os militares serão julgados pelos tribunais militares, até por conta justamente dessa especialização, é uma Justiça especializada, e aí se aplica aquilo que é previsto na legislação, na Constituição de se submeter à Justiça Militar. Fora isso, todos os militares que cometerem qualquer crime do Código Penal que não esteja tipificado dentro daquilo que é previsto no Código Penal Militar ou dentro da amplitude da redação nova do art. 9º do Código Penal Militar serão julgados pela Justiça civil normalmente. E aí digo: com uma pena acessória durante o processo, que trava a vida desse militar, que não tem nenhum tipo de evolução até resolver o seu problema com a Justiça civil, o que, às vezes, é um problema maior devido justamente aos comentários que foram feitos a respeito da celeridade do sistema judiciário brasileiro, com seus recursos, enfim. Às vezes, é um problema até muito grande para a vida desse profissional. De qualquer forma, acho que qualquer atualização para esse tipo de competência, para esse tipo de atividade pode ser desenvolvida por esta Casa, que é o foro adequado para modificar toda legislação e atender às demandas da sociedade com relação à Justiça, também à Justiça Militar.

Por último, Senador Plínio Valério, realmente, não há nenhum brasileiro que possa ficar hoje alheio ao que acontece na Amazônia, no Pantanal, enfim. Obviamente, as Forças Armadas não poderiam estar fora desse esforço de combate à seca, ao desmatamento, ao garimpo ilegal e a uma série de crimes que também são cometidos no bojo desse problema enorme que é desmatamento e queimadas. As Forças Armadas dão o melhor do seu esforço para isso. A Força Aérea, que é a área que dominamos bem, tem os programas de apoio à Amazônia, com aviões rodando toda a Amazônia para dar suporte aos pelotões de fronteira do Exército. A Comara tem modernizado todos os seus aeroportos, e, obviamente, com isso, a gente tem cooperação com a Secretaria de Aviação Civil com relação a repasses de recursos para que façam essas recuperações, ou seja, da ação... Estamos desenvolvendo parcerias com a Polícia Federal, com o Ministério do Meio Ambiente com vistas à compra de satélites para que possamos fazer melhor um dos passos importantes... Há a repressão, mas, se a repressão não vier seguida de ações de prevenção e de identificação precoce de desmatamento e queimadas, a gente teria o problema se repetindo todos os anos. Então, a Força Aérea tem buscado parcerias junto com esses órgãos, com vistas a, otimizando recursos existentes no País, adquirirmos satélites e, com isso, podermos fazer a cobertura melhor da Amazônia dentro da seca. Adiciono também que temos os problemas dos crimes ambientais que aconteceram na Amazônia Azul. Essas tecnologias que estão sendo adquiridas também permitirão a prevenção de crimes ambientais na nossa Amazônia Azul, que também é um problema muito sério. É só acabar o incêndio que a gente volta o olho para o mar, não é, Almirante Puntel?

Então, é isso.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a última colocação do Senador a respeito de como é o STM nessa conformação institucional que se apresenta, eu entendo que, conforme já coloquei, o STM e a Justiça Militar da União são fundamentais para a garantia da democracia, para a garantia de que os militares também continuem exercendo a sua função prevista no art. 142, de segurança, defesa da Pátria, garantia dos Poderes constituídos e garantia da lei e da ordem por iniciativa de qualquer um deles. Esse é o grande papel democrático da Justiça Militar.

Muito obrigado. Espero ter respondido às perguntas de todos os senhores e agradeço as perguntas.

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos.

Nós só temos mais um orador inscrito. Como eu disse, às 11h15, nós encerraríamos as inscrições. O sistema do Senador Angelo Coronel caiu. Ele está no virtual.

Então, enquanto isso, aproveitando o Senador Plínio Valério para complementar – acho que é importante, já que nós temos que dar o tempo de o sistema do Senador voltar em dois ou três minutos –, apenas complementando a fala do Senador Plínio Valério, para que fique muito claro, eu concordo integralmente com a fala dele. Eu acho que é muito importante nessa questão aproveitar este momento em que se discute a Amazônia, se discute o Pantanal com o mundo para dizer que nós sabemos, sim, que esse patrimônio natural é da humanidade, só que, antes da humanidade, é do Brasil e, antes de ser do Brasil, é do povo amazonense e do homem pantaneiro. Essas pessoas plantam mandioca para sobreviver. Essas pessoas não podem ficar na miséria enquanto todos nós podemos ter uma qualidade de vida.

Nesse aspecto, apenas uma observação que eu faço em relação à diretriz, à forma como nós estamos conduzindo o processo. É humildemente, de quem nasceu no Pantanal, no Estado pantaneiro, que eu digo em relação a isso.

Não adianta dialogarmos com os iguais e não adianta apenas defendermos aquilo em que acreditamos. Noventa e nove por cento do brasileiro e 99% do agronegócio desenvolvem a terra de forma sustentável. Não é possível o agronegócio não cuidar do meio ambiente – não é nem por amor. Se não for por amor, é pela dor, é pela lucratividade, porque, no ano que vem, ele não terá produtividade. Então, não há pessoas ou setor que cuide tão bem do meio ambiente do que o pecuarista, do que o agricultor, do que a agricultura familiar, do que o homem do campo. Agora, Senador Plínio Valério – eu acho que é isso que o senhor colocou também –, há 1% ou 0,5% – não importa – de grileiros, de pessoas que cometem crime, que ateiam, sim, fogo de forma criminosa, como parece que aconteceu – está-se chegando a essa conclusão – no Pantanal.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imagine, nós temos 5 milhões de estabelecimentos rurais no Brasil, portanto nós devemos ter entre 3 milhões e 4 milhões de proprietários rurais no Brasil – de pequenos, médios e grandes. Todos eles cuidam da natureza. Agora, imagine, no Pantanal, apenas seis fazendas, em um universo de centenas, foram capazes, não por ato criminoso – em alguns casos foi culposos, não houve a intenção, mas pode-se chegar a dois casos de atos criminosos –, de destruir 20% do nosso patrimônio do Pantanal.

Nesse aspecto, fazendo coro à fala do Senador Plínio, não há vazio. No lugar de vazio, o que há é ocupação ilegal, irregular, criminosa, de grileiros. Então, se nós temos a Amazônia e nós temos o Pantanal, ele pode sim ser ocupado, e ser ocupado com inteligência, com racionalidade, com uma legislação moderna, para garantir qualidade de vida para as pessoas.

A minha fala final é de que nesse aspecto, nesse aspecto apenas, com todo respeito – aqui eu nunca fiz isso, mas vou fazer aqui – acho que peca o Ministro do Meio Ambiente, que está certo em defender o brasileiro, como o Presidente da República faz, está certo em defender o agronegócio, eu sou do agronegócio, mas quando não aponta o dedo para meia dúzia de criminosos e não diz de forma severa o que acabei de escutar aqui do Tenente-Brigadeiro sobre os crimes ambientais... Lugar de bandido é na cadeia! Os poucos criminosos em relação à questão ambiental devem ser punidos com o rigor da lei, que já existe. Nós já temos um Código Florestal, nós já temos uma legislação.

Eu vejo muito o Senador Plínio aqui defendendo os interesses do homem amazonense e é no mesmo sentido que eu o faço em relação ao homem pantaneiro. É nosso patrimônio. É por isso que eu aqui enalteci o trabalho das Forças Armadas no que se refere à soberania nacional. Nós não podemos abrir mão do nosso território. O território brasileiro pode ser, sim, exemplo e compartilhado com o mundo, mas antes de tudo é nosso e é do povo brasileiro.

Eu não estou conseguindo contato com o Senador Angelo Coronel. Então, dou por encerradas as inscrições, neste momento. Nós temos ainda nove minutos para terminar a votação. Terminaremos a votação às 11h30.

Com a palavra, pela ordem, Senador Marcos Do Val.

**O SR. MARCOS DO VAL** (PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Obrigado, obrigado, Presidente.

Dando continuidade exatamente a esse desabafo feito pela senhora e feito pelo nosso querido Senador Plínio, seria cruel e injusto dizer que as Forças Armadas não estão fazendo um trabalho hercúleo, como sempre fizeram, passando a imagem de que as Forças Armadas estão de braços cruzados, permitindo tudo isso acontecer. Agora é claro, é muito cristalino que há uma imprensa tentando, de tudo quanto é jeito, achar uma forma de derrubar o Presidente da República. Só que essa imprensa, quando faz esse foco de derrubar o Presidente da República a qualquer preço, consequentemente desestabiliza todo o País, desestabiliza a economia, empresas estrangeiras passam a





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não querer adquirir produtos nacionais porque não se está cuidando das nossas florestas, que são um patrimônio nosso.

Como eu digo novamente, servi em 1990. A gente tem um conhecimento da Amazônia, mas a gente passa a ter um amor incondicional pela Amazônia. Assim são todos os militares. E aqui eu quero colocar... Já é notório pela sociedade, mas a sociedade precisa prestar atenção, porque há uma determinada imprensa que está num trabalho maciço de 24 horas por dia para tirar a notoriedade e o trabalho feito pelo Presidente da República. Isso é em nível de crueldade, porque sabe das consequências. Quer dizer, lá na frente haverá ainda mais pessoas passando fome por isso, e ao invés de fazer entrevistas com pessoas que estão lá, que vivenciaram e são testemunhas do trabalho das Forças Armadas, que sabem que existe um problema para o qual se está encontrando soluções a fim de eliminá-lo, passam para a sociedade que tudo isso está acontecendo numa proporção e o Governo brasileiro nada está fazendo. Isso é cruel com os brasileiros. É cruel!

Tanto é que nós tivemos – eu até aqui falo, porque estamos na CCJ – a fala do Ministro Paulo Guedes dizendo que a gente tinha permitido o aumento do funcionário público e que iria gerar 120 bilhões, e a imprensa não questionou. Primeiro, isso é inconstitucional. Imagina se todo mundo chega aqui ao Legislativo e pede aumento para todos os funcionários públicos do País. Então, a Constituição já proíbe isso, não existe isso. Legislativo não pode gerar despesa para o Executivo, ponto. E também, que valor é esse que o Ministro colocou de 120 bilhões? A imprensa não questionou, a imprensa simplesmente aproveitou a bola que ele botou na área e chutou para o gol para desestabilizar a relação do Presidente da República com os Senadores. Então, essa imprensa, para mim, é infinitamente pior, mais nociva e danosa ao País do que o que está acontecendo hoje em dia.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MARCOS DO VAL** (PODEMOS - ES) – Fica aqui o meu desabafo.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Presidente Simone.

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Plínio Valério.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, quando eu falo este termo que eu tenho usado, hipocrisia, é porque é isso mesmo. Olha o nosso caso no Amazonas: maior Estado da Federação, dimensões continentais. Nós preservamos em torno de 97%, 96% de nossa floresta intacta. Isso se deve – a Fundação Getúlio Vargas provou cientificamente – à implementação da Zona Franca de Manaus, que não foi objetivo, mas foi consequência. E preserva, ponto. Quanto vale uma floresta dessa preservada para o Planeta? Ninguém discute isso. No momento em que o Governo e o Ministro Paulo Guedes aperta, dizendo que a Zona Franca é um peso para a Nação... E eu cobre aqui da diretora do ISA o motivo de não nos ajudarem neste momento a encontrar



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

alternativas, matrizes novas que não deixem a Zona Franca morrer, porque aí vai estar preservada a floresta. Se nos tirarem as indústrias, a motosserra volta. Então, quando eu chamo de hipocrisia, é isso.

O Fundo Amazônia tem dinheiro, mas tem dinheiro para dar para as ONGs que se encaixam como uma luva no que eles exigem. Uma só ONG do Amazonas recebeu 54 milhões num ano, enquanto o Governo todo recebeu 37 milhões. Então, enquanto esse pessoal não entender ou fingir que não entende que não existe proteção do meio ambiente sem a questão social, não se pode exigir do nossos conterrâneos que não têm dinheiro, que não têm renda para comprar óleo, açúcar e sal... Vai preservar o quê e como? E nós sabemos preservar. Se a Amazônia fosse na Europa, estaria dizimada.

Então, Presidente Simone, eu encerro dizendo: nós amazônidas sabemos as soluções, nós não temos as condições de exercê-las. Portanto, essa ajuda que nos dão como esmola, que a gente recusa... Se querem ajudar de verdade, que nos ajudem a fazer, e não digam o que devemos fazer. Nós precisamos de ajuda para fazer, porque nós sabemos... Antecipar seca: o Amazonas, lá no Alto do Solimões, já tem seca. O que significa? Que o barco não chega, já não tem avião, vai ter fome, vai ter tudo isso, mas são sazonais, nós sabemos que são. Então, antecipar e ter condições... Se querem nos ajudar, que nos ajudem a fazer, mas não nos digam como fazer. É isso que eu defendo sempre. E o pantaneiro, já vejo que está irmanado com o amazonense.

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Que essa Comissão temporária, Senador Plínio – temos ainda cinco minutos para encerrar –, sirva para mais do que lei. É óbvio que nós estamos pensando em um estatuto do Pantanal e, obviamente, já pensando na Amazônia. Não podemos esquecer que a Amazônia Legal termina onde começa o Pantanal, no Estado de Mato Grosso, Mato Grosso do Norte, e que não basta a legislação.

A legislação já existe. Agora, nós temos que ter uma união de esforços, sentar, ter capacidade de dialogar com os diferentes, sentar à mesa, mostrar exatamente cada lado.

Eu tenho esperança de que esse incêndio no Pantanal não foi em vão, tem que ter servido para alguma coisa diante dessa catástrofe, dessa tragédia. Eu até me senti um pouquinho esperançosa, Senador Plínio. Nunca imaginei estar viva para ler num jornal de grande circulação no Brasil uma ampla Coalizão Brasil Clima feita entre ambientalistas e o setor da agroindústria. É óbvio que ali há seis ações e não necessariamente com as seis ações podemos concordar, não vou entrar no mérito das ações propostas. Uma, em particular, me agradou muito. Eles chegaram a falar que nas florestas públicas se pudesse avaliar, talvez reservar 10 milhões de hectares – o que não é nada na Amazônia –, para efeito de preservação, talvez bancados pelo próprio setor da agroindústria, do agronegócio, no sentido talvez de um grande parque, de uma grande floresta, com viveiro e tudo mais, entre outras ações que foram propostas. Mas, imaginem, uma carta entregue ao Presidente da República – meu Vice Jorginho Mello –, entregue inclusive ao Presidente do Senado e ao Presidente da Câmara, assinada em acordo com seis ações propostas – repito, podemos até não concordar, porque eu não analisei as seis solicitações –,







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assinada pelas maiores ONGs ambientalistas que estão hoje no Brasil e pelos grandes setores, principalmente de frigoríficos, da agroindústria, não é pouca coisa!

Que seja esse sopro de esperança uma sinalização de que é possível mostrar – e, com isso, eu encerro –, de que é, sim, possível mostrar que os interesses podem ser diferentes – e são –, mas não necessariamente são antagônicos. Todos queremos a mesma coisa, uma vida saudável. E não há vida saudável sem meio ambiente sustentável, mas também não há vida saudável, principalmente para aqueles que vivem dentro das matas, margeando – os quilombolas, os indígenas, o homem pantaneiro, o homem amazonense, a população como um todo de Mato Grosso do Sul, de Mato Grosso, do Amazonas e de toda Amazônia Legal, pois nós sabemos que são cinco ou seis Estados que estão dentro da Amazônia Legal –, sem garantir o mínimo de qualidade de vida para essas pessoas. É possível, sim, e eu tenho certeza de que, quando nós avançarmos nesse diálogo, não faltará também parceria – aí, sim, como parceiros, não para colocar regras na nossa Nação, mas como parceiros –, de repente, até com bancos mundiais a fundo perdido, que não representam nação nenhuma, mas representam todas as nações em conjunto, nós possamos avançar nessa questão.

É o que nós esperamos.

Nós cumprimos aqui a nossa missão neste momento.

Eu gostaria apenas de lembrar que às 14 horas nós daremos início à sabatina da Ministra Maria Thereza Rocha de Assis Moura para o Conselho Nacional de Justiça. Lembrando que o tempo vai ser muito curto, apenas com a Ministra como sabatinada, porque às 16 horas já fomos convocados para o Plenário.

Também informo – antes de concluir – que acabamos de ser informados que amanhã o Plenário semipresencial se dará a partir das 10 horas da manhã.

Eu informo aos sabatinados, depois do resultado, que poderá ser hoje ou amanhã já no Plenário, vai depender da decisão da Mesa Diretora se colocará as sabatinas e os indicados aprovados na Comissão de Relações Exteriores hoje, deixando V. Exas. para amanhã.

Eu dou, neste momento, às 11h30, por encerrado o processo de votação.

Peço à Secretaria da Mesa que nos auxilia que apure o resultado para que possamos proclamá-lo.

*(Procede-se à apuração.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Foram 23 votos neste momento. Todos aprovados por unanimidade.

Então, aqui faço os proclamas. *(Palmas.)*



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Vou proclamar o resultado em relação a S. Exa. o Sr. Almirante Leonardo Puntel, que foi aprovado por unanimidade, com 23 votos SIM e nenhum voto NÃO.

Com a aprovação por esta Comissão, a matéria vai ao Plenário.

Foram 23 votos SIM e nenhum... Ah, desculpem-me. Foram 22 votos SIM e 1 voto NÃO.

Perdão.

Também proclamo o resultado em relação a S. Exa. o Sr. Almirante Celso Luiz Nazareth, no mesmo sentido: 22 votos SIM e 1 voto NÃO.

Aprovado por esta Comissão o nome de V. Exa.

A matéria vai ao Plenário.

Por fim, proclamo o resultado em relação a S. Exa. o Sr. Tenente-Brigadeiro Carlos Augusto Amaral Oliveira no mesmo sentido: 22 votos SIM, 1 voto NÃO.

A escolha do nome de V. Exa. foi aprovada por esta Comissão.

A matéria vai ao Plenário.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM. Pela ordem.) – Presidente...

Presidente, eu queria pedir regime de urgência à matéria.

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Há um pedido de regime de urgência, que coloco em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Encaminharemos imediatamente, ainda hoje, para a Mesa Diretora.

Agradeço ao Senador Plínio mais uma vez.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença e a paciência de todos, dou por encerrada a presente reunião.

Está encerrada.

*(Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 33 minutos.)*





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e dez minutos do dia vinte e dois de setembro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Simone Tebet e Jorginho Mello, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, José Maranhão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Marcelo Castro, Dário Berger, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Oriovisto Guimarães, Romário, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Alvaro Dias, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Weverton, Jorge Kajuru, Eliziane Gama, Acir Gurgacz, Leila Barros, Fernando Collor, Rogério Carvalho, Antonio Anastasia, Angelo Coronel, Sérgio Petecão, Carlos Fávaro, Otto Alencar, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, e ainda dos Senadores não membros Zenaide Maia, Jayme Campos e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Roberto Rocha, Major Olímpio, Cid Gomes, Humberto Costa e Arolde de Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de autoridade. ITEM 1 - Ofício "S" nº 4, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso II e § 2º, da Constituição Federal, a indicação da Senhora MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, para o cargo de Corregedora-Geral do Conselho Nacional de Justiça, no biênio 2020/2022." **Autoria:** Superior Tribunal de Justiça. **Relatoria:** Senadora Simone Tebet. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senadora Simone Tebet**

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fala da Presidência.) – Srs. Senadores e Sras. Senadoras, esta Presidência dá por aberta a nossa reunião.

Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. *(Pausa.)*

Com a solicitação do Senador Espiridião Amin, dispensamos a leitura.

Está aprovada.

Os Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação do item único, relatoria do Ofício "S", constante da pauta, foi apresentada pela Comissão de Divulgação do Portal do Senado Federal. Assim, ficou concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, inciso II, do Regimento Interno, combinado com o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

A reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores, por sistema de vídeoconferência, para o debate e a leitura dos trabalhos. Contudo, a votação será obrigatoriamente presencial, por meio de duas urnas de votação, secreta, *drive thru*, instaladas na entrada da garagem coberta, e três urnas, sendo duas em frente ao Plenário da Comissão de Constituição e Justiça e duas urnas aqui dentro da sala.

O acesso à sala da reunião estará restrito às Sras. e Srs. Senadores e autoridades a serem sabatinadas e aos servidores da Secretaria da Comissão e das áreas de tecnologia do Senado Federal.

No estrito exercício de suas atribuições, caso necessário, um assessor poderá adentrar a sala da reunião para atender demanda do respectivo Senador, retirando-se imediatamente após a finalidade cumprida.

As regras e os procedimentos para a reunião foram definidos para fim de prevenção da transmissão do Covid-19 no âmbito do Senado Federal e no que couber, de acordo com o Decreto Legislativo nº 6, de 2020; com o Ato da Comissão Diretora nº 79, de 2020; com os Atos do Presidente nºs 2, 3, 4 e 6, de 2020; com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, e com o Ato da Diretoria-Geral nº 4, de 2020.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

## ITEM 1

## OFÍCIO "S" Nº 4, DE 2020

- Não terminativo -

*Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso II e § 2º, da Constituição Federal, a indicação da Senhora MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, para o cargo de Corregedora-Geral do Conselho Nacional de Justiça, no biênio 2020/2022.*

**Autoria:** Superior Tribunal de Justiça

**Relatoria:** Senadora Simone Tebet.

**Relatório:** Pronto para deliberação

Relatoria: Senadora Simone Tebet, a nossa Presidente da CCJ.

Na presente reunião, procederemos à arguição da indicada e à votação do relatório, referente à segunda etapa do processo de apreciação da escolha de autoridades no âmbito da CCJ.

Convido a indicada para adentrar o recinto, por gentileza.

Ato contínuo, convido S. Exa. o Presidente do STJ, Ministro Humberto Martins.

Concedo a palavra à Relatora, Senadora Simone Tebet, para que faça o seu relatório.

V. Exa. tem a palavra.

**A SRA. SIMONE TEBET** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente Jorginho Mello, presidindo a reunião da Comissão de Constituição e Justiça desta tarde. Cumprimento as Sras. e os Srs. Senadores que estão aqui, no presencial, e aqueles que estão nos acompanhando nos seus gabinetes e também no Plenário virtual, nos seus respectivos Estados.

Quero dizer que é uma alegria muito grande estar, nesta tarde de hoje, relatando, designando-me Relatora desta mensagem. E digo, já de pronto, na pessoa do Presidente Humberto Martins, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, que o meu respeito pelo Judiciário brasileiro é incomensurável.

Eu fiz questão, os colegas Senadores sabem, como Presidente desta CCJ, que eu nunca avoqueei uma relatoria de autoridade. Aliás, em todo esse tempo, eu avoqueei apenas uma emenda constitucional, a pedido do Senador Eduardo Gomes, que era autor da proposição, por entender de forma democrática que o Presidente de uma Comissão tem que compartilhar as atribuições, os poderes e as





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidades. Mas eu não podia deixar de relatar, nesta tarde de hoje, o nome da Ministra Maria Thereza, do Superior Tribunal de Justiça, para a Corregedoria-Geral do Conselho Nacional de Justiça.

E faço isso, e digo isso pela minha mais profunda admiração. Eu posso dizer, com toda a tranquilidade, que, de certa forma, eu tenho certa afinidade com a Ministra. Longe de mim ter a mesma capacidade, o mesmo conhecimento, a mesma experiência e cabedal – muito distante disso! –, mas, de alguma forma, as nossas vidas caminham em paralelo, rumo ao mesmo objetivo. Fui aluna de Direito, como a Ministra; fui bacharel de Direito; advoguei, como a Ministra; como mulher, como cidadã, sempre profilei pelo lado do Direito; não só do Direito, do conhecimento, mas da difusão do Direito através da vida acadêmica, porque também dei aula de Direito 12 anos. E, como disse, jamais à altura de uma Ministra que tem inúmeros livros publicados de Processo Penal e Direito Penal. De qualquer forma, pelo menos uma coisa nos une, talvez em pé de igualdade, Ministra, apenas isto: é a nossa luta e a nossa vontade de servir, mas principalmente de garantir, através do Direito, os direitos mais fundamentais daqueles que mais precisam, aqueles que são invisíveis, aqueles que são minoria, aqueles que estão – muitas vezes, graças infelizmente a uma cegueira política de todos, e é histórica essa cegueira – sempre à margem da sociedade brasileira.

Então, é, por essa razão, única e exclusivamente por essa razão, que eu peço vênica, peço desculpa aos colegas por ter quebrado uma regra que eu mesma me impus, de não relatar alguma mensagem, ou algum projeto, enquanto estiver à frente da Comissão.

Num rápido relato, porque o relatório já está publicado no *Diário do Senado Federal*, é importante dizer que o então Sr. João Otávio de Noronha, ex-Presidente do Superior Tribunal de Justiça, submeteu a esta Casa o nome de S. Exa. a Sra. Maria Thereza de Assis Moura, Ministra da Corte, para assumir a vaga de Corregedora-Geral do Conselho Nacional de Justiça. Cabe a esta Comissão proceder à sabatina.

E, rapidamente, em relação a seu currículo, a Ministra é nascida na cidade de São Paulo; graduada pela USP, em 1980; especialista em Processo Penal pela PUC de São Paulo e em Direito Penal Econômico e Europeu pela Faculdade de Coimbra. Dedicou-se à carreira acadêmica, obtendo os títulos de mestre e de doutora em Direito Processual pela USP, em 1993 e 2000 respectivamente.

Exerceu, até agora, há pouquíssimo tempo, os cargos de Ministra Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça e agora, atualmente, exerce também – é importante dizer – o cargo de Professora Doutora da USP.

Seu ingresso no magistério ocorreu em 1998, como Professora de Direito Processual.

Advogou de 1979 a 2002; na Fundação do Amparo ao Trabalhador, no período de 1983 a 1987; e, novamente, em escritório advocatício de 2002 a 2006.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No âmbito nacional, merece registro sua atuação como membro de inúmeros órgãos e entidades. Aqui, porque é muito extenso, eu não vou citá-los, mas estão publicados nos *Anais* da Casa.

Sua contribuição literária e jurídica é muito vasta. Entre os seus livros, há inúmeros a serem destacados na área de Processo Penal. E a indicada traz ainda em currículo inúmeros registros de artigos, como autora, capítulos na área e nos livros jurídicos. Sua notável atuação acadêmica revela o comprometimento com a produção de conhecimento jurídico crítico, bem como o debate voltado à atualização e ao aperfeiçoamento do sistema penal brasileiro, por meio da conjugação da reflexão científica com a prática jurisdicional.

Importa registrar, ainda, a sua participação, representando também o tribunal, em inúmeros eventos internacionais.

Por fim – e este é o mais importante, a meu ver, para mim e para a bancada feminina do Senado Federal, com respeito aos colegas –, a Ministra tem contribuído, de forma decisiva, para a reflexão sobre o papel do Direito e das autoridades na superação das desigualdades de gênero, entre os inúmeros temas, palestras e artigos publicados, sempre tratando do papel da mulher no Judiciário.

Eu falei da honra, Ministra, e aqui fica a minha satisfação de aqui estar representando a bancada feminina, porque vejo, na sua luta, a mesma luta que encontro em todas as minhas colegas do Senado e da Câmara dos Deputados na defesa intransigente das mulheres de terem direitos, direitos iguais, igualdade de oportunidade.

Durante sua gestão como Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça, foram desenvolvidas diversas iniciativas voltadas à promoção da participação feminina no Tribunal, repito, incentivando e garantindo a igualdade de oportunidade entre homens e mulheres.

Nesses dias de pandemia, de grandes dificuldades que nós vamos atravessar – estava hoje conversando com o Senador Esperidião Amin –, serão tempos difíceis na área econômica. Saindo da pandemia sanitária, o rastro negativo não vai ser fácil, mas imaginem – sempre que tinha oportunidade eu falava isto em sala de aula: a cara mais pobre do Brasil é a cara de uma mulher negra e nordestina.

O fato de ser mulher, como primeira condição, já mostra. Se nós tivemos dificuldade de avançar na política, de ocupar espaços públicos, que dirão as mulheres mais simples, que, do campo ou da cidade, na vida e na lida, têm de lidar com esse tipo de discriminação e ainda serem subjugadas, muitas vezes, pelo manto negativo e equivocado de uma superioridade masculina que não existe e que, muitas vezes, descamba – me desculpem o termo, mas é esse mesmo – para a violência e até mesmo para o feminicídio?

Então, terminando aqui o meu relatório, Sr. Presidente, eu não vou me estender. Todos os requisitos foram cumpridos, do Regimento e da própria Constituição, os quais, repito, estão nos *Anais*.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembro aqui que a Ministra está sendo indicada para ser Corregedora-Geral do Conselho Nacional de Justiça, o que não é pouca coisa. Já não é fácil jogar a vida de uma pessoa, que dirá ter de julgar seus próprios pares; não só apurar, mas ter a coragem de responsabilizar aquele que, de alguma forma, culposa ou dolosamente, comete algum tipo de infração.

Então, Ministra, assim terminando as minhas singelas palavras, em homenagem à presença de V. Exa.. V. Exa. honra as mulheres brasileiras.

Já que fiz um paralelo hoje aqui um pouco sofrido, um depoimento um pouco sofrido sobre o Pantanal, lembrando que a história de vida de V. Exa. traz consigo uma qualidade que é muito cara para nós mulheres, que é coragem, coragem de enfrentar, de ser, coragem de ser a primeira, eu deixo aqui, rapidamente, uma frase de Guimarães Rosa, em seu livro *Grande Sertão: Veredas*. Falo em *Grande Sertão: Veredas*. Poderia falar de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha; poderia falar do meu querido conterrâneo Manoel de Barros, que dedicou a sua vida e que, só por causa do Pantanal, conseguiu escrever versos tão belos, mas eu fico aqui porque, nesse sentido, homenageando a característica que mais me impressiona em V. Exa.

Disse Guimarães Rosa: "O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem".

Obrigada.

Seja muito bem-vinda, Ministra!

Sr. Presidente, como me alonguei no relatório, abro mão das minhas considerações e perguntas. Não tenho perguntas a fazer porque já tive o privilégio de conversar pessoalmente com a Ministra e esclarecer todas as dúvidas.

Esse é o relatório que coloco à disposição desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem, Senadora Simone.

Concedo a palavra agora a S. Exa. a Sra. Ministra Maria Thereza de Assis Moura para a sua exposição, pelo prazo de 15 minutos – e, se a senhora quiser mais um pouco, não vai ter dificuldade.

A senhora tem a palavra.

**A SRA. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA** (Para expor.) – Obrigada.

Boa tarde a todos e a todas.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu cumprimento, desde logo, o Senador Jorginho Mello, que está hoje ocupando a Presidência. E cumprimento a Senadora Simone Tebet, ilustre Presidente desta Comissão de Constituição e Justiça que muito honra todas nós mulheres com a sua atuação impecável em prol dos direitos das mulheres e toda a atuação aqui perante esta Casa. Muito nos honra, Senadora Simone Tebet, o fato de V. Exa. ser uma mulher na condução desta Comissão e ter uma atuação importantíssima perante o Senado Federal. Eu gostaria de agradecer, ainda, as palavras que foram ditas por V. Exa. e dizer que a recíproca é verdadeira na minha admiração.

Eu tenho muita honra e muito prazer de estar aqui, hoje à tarde, para ser submetida à sabatina por esta Comissão, e sei da importância desse ato que é previsto na Constituição e da importância de uma audiência pública perante V. Exas., já que pretendo – e fui indicada pelos meus pares – ocupar o cargo de Corregedora Nacional de Justiça – como disse a Senadora Simone, um cargo de extrema responsabilidade, e para isso fui escolhida pelos meus pares.

Aqui eu gostaria de saudar e agradecer a presença do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Humberto Martins, que, mesmo durante a pandemia, aqui se faz presente para apoiar esta sabatina. E gostaria, ainda mais, de agradecer ao Senado Federal e aos ilustres Senadores que aqui estão pelo esforço que fizeram para que esta sabatina pudesse ocorrer durante a pandemia. Sei de todos os problemas que todos nós passamos neste período, e o fato de o Senado Federal acenar com esta possibilidade me deixa extremamente agradecida. E faço votos de que efetivamente possamos superar este momento.

Considerando que o meu *curriculum vitae* já integra o rol dos documentos que foram entregues para este ato, eu tomo a liberdade de utilizar este tempo para compartilhar com V. Exas. alguns pensamentos e algumas visões que tenho a respeito da Corregedoria Nacional de Justiça que, obviamente, se tiver a honra de ser aprovada por esta Casa e por esta Comissão, eu pretendo implantar nos próximos dois anos. E é claro que, a par dessas considerações, ficarei à disposição para qualquer outro esclarecimento a respeito de qualquer assunto que V. Exas. entendam pertinente.

Desde a instalação do Conselho Nacional de Justiça em 2005, sempre a corregedoria foi exercida – e é exercida por mandato constitucional – por um ministro do STJ. Então, o corregedor é ministro do STJ.

Já houve nesse período oito corregedores. Todos eles exerceram seu papel e desempenharam bem as metas que foram traçadas, e isso forma a história da Corregedoria. A essa história eu pretendo dar sequência. Inclusive, o Ministro Humberto Martins é o nosso último Corregedor e que agora tomou posse no Superior Tribunal de Justiça. Pretendo seguir essa história e trazer, obviamente, a minha contribuição, diante do que penso para o Superior Tribunal de Justiça, para o Conselho Nacional de Justiça, dentro das três principais áreas de atuação, que são a área disciplinar, a fiscalizatória e a





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propositiva, com isso visando dar transparência, eficiência, segurança e trazer economia de recursos, continuando, portanto, a construção dessa história para a Corregedoria.

Eu inicio pela competência disciplinar, que, de forma bastante sintética, consiste no tratamento daqueles processos administrativos disciplinares que reúnam condições para tramitar. E trago uma informação: o tempo médio de um processo disciplinar dura entre 4 e 12 meses. O nosso objetivo, num primeiro momento, é manter esse prazo e paulatinamente conseguir diminuí-lo para ajustá-lo a um prazo imaginado de 140 dias, o que já constitui uma meta para as Corregedorias locais. E eu acredito que à Corregedoria Nacional cabe dar o exemplo, portanto, tentar paulatinamente diminuir esse tempo.

No que diz respeito à competência fiscalizatória, que consiste naquelas sindicâncias, inspeções e correições, eu acredito que é de suma importância manter a apuração das denúncias que chegam ao CNJ, e são muitas, também avaliar a aderência que os tribunais têm às metas nacionais estabelecidas pelo CNJ, saber e levantar a qualidade do serviço público que é prestado ao cidadão.

A Corregedoria Nacional de Justiça vai integrar o seu sistema às novas bases de dados existentes no Judiciário, porque isso nos permitirá aprimorar as etapas de preparação para essas visitas de inspeções ou correições, tornando-as mais eficientes e menos custosas. Essas fiscalizações também serão precedidas da análise das fiscalizações anteriores para saber se os defeitos apontados foram efetivamente corrigidos. Esse investimento vai nos possibilitar uma visita não só mais produtiva, mas também menos custosa para os cofres públicos.

Trago aqui um dado, só a título de informação. Até agora, final de agosto, exerci o cargo de Corregedora da Justiça Federal. Nesse mandato, também existindo essas visitas aos Tribunais Regionais Federais, conseguimos reduzir em 30% as despesas com as inspeções mediante a melhoria do planejamento para visita. Neste ano, que foi o ano com a pandemia, essas inspeções foram realizadas de forma virtual, assim como o Ministro Humberto atuou na Corregedoria Nacional, fazendo as inspeções também por videoconferência. Esse *know-how* adquirido nos possibilitará melhorar e avançar para uma importante economia de recursos.

Também vamos nos preocupar não só com o antes da inspeção, como também com o depois da visita. E em que medida nós pensamos implementar essa avaliação? Eu pretendo – se aprovada for, obviamente – levar para a Corregedoria Nacional uma iniciativa que me pareceu bastante exitosa no Conselho da Justiça Federal, na Corregedoria, do programa de acompanhamento permanente, que consiste em acompanhar aquele magistrado que não tiver um bom desempenho e fazer com que juízes que sejam bons no desempenho, que tenham boas práticas possam acompanhá-lo e ajudá-lo. Com isso, nós teremos uma verdadeira – aspas – "correção" nesse atuar muitas vezes dos juízes, para que essa inspeção não seja meramente uma visita de cortesia, mas que tenha um resultado prático, melhorando a prestação jurisdicional.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O último viés, que é o viés da proposição, para recomendações e outros atos voltados ao Poder Judiciário, ao sistema extrajudicial e aos demais órgãos, nós também temos aqui propostas. Para os órgãos do Poder Judiciário, sabemos das dificuldades, não só as existentes como orçamento, como também as dificuldades durante a pandemia com demora de repasses de duodécimos. Isso nos demanda uma ação que possa racionalizar o serviço público, tornando-o mais eficiente, implementando, em conjunto com os tribunais e no âmbito nacional, práticas que possam tornar mais efetiva e mais econômica a rotina das varas e dos tribunais, permitindo o ganho na celeridade e produtividade em escala.

Quanto ao foro extrajudicial, todos nós sabemos o quão importante é a atuação dos agentes delegados, que são reconhecidos pela promoção da cidadania e o auxílio no desenvolvimento econômico. Eles exercem importante função, inclusive na desjudicialização, de que tanto precisamos no Judiciário, na medida em que, por exemplo, eles executam partilhas, inventários, separações que não demandam a presença do Poder Judiciário. E, neste contexto, uma parte relevante do planejamento da Corregedoria deve ser dedicada ao aprimoramento dos serviços prestados notadamente pelo operador nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis, que foi criado por lei em 2017 e que constitui um fator importantíssimo para aumentar a segurança jurídica das operações imobiliárias, facilitar o crédito imobiliário e incrementar a circulação das riquezas.

Além disso, precisamos pensar numa forma para que todos os agentes delegados dos cartórios tenham uma renda mínima para que possam prestar um bom serviço para a população. E também, se conseguir, pretendo implementar um projeto voltado à erradicação do registro civil, possibilitando que nenhuma criança saia da maternidade sem uma certidão de nascimento e que adultos não registrados – e sabemos que existem muitos – deixem de ser invisíveis perante o Estado e a sociedade.

Por fim, quanto às proposições voltadas às corregedorias, acredito eu ser necessário acompanhar de perto aqueles tribunais que apresentem um baixo cumprimento das metas estipuladas pela Corregedoria Nacional. Aqui, eu posso destacar duas das metas que são muito importantes: julgar o mesmo número de processos recebidos no ano e baixar aquele acervo que existe de forma a melhorar essa prestação jurisdicional. Mais uma vez, chamo atenção aqui para buscar a celeridade processual.

É evidente que essa visão trazida é uma visão de quem está do lado de fora e que, se tiver a honra de ser aprovada perante esta nobre e egrégia Casa, poderá ser modificada, acrescentada, aumentada e ajustada para eventual melhoria, mas eu posso assegurar a V. Exas. que, caso eu assumo este honroso cargo que me traz extrema responsabilidade, eu procurarei conduzir a Corregedoria Nacional de Justiça com a seriedade, a discrição e o pragmatismo que marcaram e marcam a minha trajetória profissional, sempre em busca de um serviço público íntegro e de elevada qualidade técnica, capaz de transmitir ao cidadão plena confiança nas instituições públicas, em especial no Poder Judiciário.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas são as minhas considerações iniciais, Senadora – não sei se ultrapassei o meu tempo. Eu fico à disposição para as perguntas que vierem a ser formuladas.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos, Ministra, pela sua exposição.

O tempo fica naquele relógio, e, quando falta um minuto, nós tocamos rapidamente uma sirene apenas para alertar. Então, nas questões que forem feitas, V. Exa. poderá acompanhar pelo painel.

Quero mais uma...

**O SR. JORGINHO MELLO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente Simone...

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o nosso Vice-Presidente, o Senador Jorginho Mello.

**O SR. JORGINHO MELLO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Peço a V. Exa. que possamos abrir a votação, para que ganhemos tempo. Enquanto isso, os Senadores e as Senadoras vão se manifestando.

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria de colocar em votação a sugestão do Vice-Presidente desta Comissão para que possamos imediatamente abrir o painel de votação. *(Pausa.)*

Não havendo objeção, eu solicito à Secretaria que possa abrir o painel.

*(Procede-se à votação.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria de, neste momento, dizer aos Srs. Senadores que estão em seus gabinetes que, se não quiserem vir até a esta Comissão, nós temos dois totens na garagem coberta do Senado Federal, dois totens de votação aqui no corredor nesta ala em frente à Comissão e também aqui dentro da Comissão para os membros que se fazem aqui presentes.

Eu gostaria de agradecer a presença dos Srs. Senadores: o Vice-Presidente Jorginho Mello, o Senador Mecias de Jesus, o Senador Kajuru, o Senador Marcos do Val, o Senador Esperidião Amin, o Senador Veneziano Vital, o Senador Fávaro, o Senador Plínio Valério, o Senador Roberto... Rodrigo Cunha. Hoje, eu estou com problemas com Rodrigo, porque, hoje, de manhã, eu não enxerguei – estava de longe – e não conseguia saber quem é que estava sentando onde V. Exa., Senador Fernando Collor, está. Eu já estava tendo dificuldades, e era o Senador Rodrigo, de Minas Gerais. Sejam bem-vindos, Presidente Fernando Collor, nosso Líder Eduardo Braga e também todos os que estão no Plenário





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

virtual. Eu não consigo enxergar todos, mas estão presentes conosco o Senador Oriovisto Guimarães e o Senador Dário Berger.

Eu vou passar imediatamente para a ordem de inscrições. Como nós temos sessão às 16h, vamos fazer a princípio um bloco de cinco, e aí o mesmo tempo que dermos aos Senadores daremos à Ministra como tempo de resposta.

Num primeiro momento, infelizmente o sistema apita – são três minutos de questionamento –, mas é óbvio que, qualquer coisa, nós podemos tentar controlar o sistema.

Na ordem de inscrição, nós temos: Senador Eduardo Braga, Senador Plínio Valério e Senador Oriovisto Guimarães.

Com a palavra, portanto, Senador Eduardo Braga, para os seus questionamentos.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Cumprimento V. Exa., Presidente Simone Tebet; cumprimento o nosso eminente e sempre querido Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Humberto Martins, que nos dá a alegria de estar aqui conosco nesta reunião história da CCJ, porque hoje a CCJ reinaugura, no período de pandemia, com sessão presencial; cumprimento a Sra. Ministra Maria Thereza, a quem quero não apenas cumprimentar como representante da mulher brasileira na Superior Corte de Justiça do País, mas também pela sua competência, pela sua formação acadêmica sempre brilhante e muito referenciada ao longo da sua caminhada e da sua trajetória.

O Senador e Presidente Fernando Collor de Mello, da terra de Humberto Martins, está aqui há muito tempo, como eu. Portanto, presenciamos a sua primeira sabatina, quando da indicação para Ministra do Superior Tribunal de Justiça, e agora estamos tendo a alegria de poder participar desta que, sem dúvida, é uma sabatina cujo resultado favorável sabemos previamente, em função da sua trajetória.

Queria aqui também dizer, como a senhora bem disse na sua explanação, que a senhora sucede o Presidente Humberto Martins na Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça, onde já houve vários avanços, não só na redução dos custos, como na ampliação.

Nós estamos aqui diante da troca de gentilezas dos nossos Senadores...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Eu pediria apenas 30 segundos para poder concluir, cumprimentando o Senador...

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpe. Eu aproveito – vou dar um pouquinho mais de tempo – para informar que a campainha, que é automática aqui, não apita nos últimos 15 segundos, mas no último minuto.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ah, o.k.

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas vou recuperar o tempo de V. Exa.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Eu agradeço a V. Exa. e cumprimento também o Marcos Rogério e o Veneziano, que aqui estão, e todos os colegas Senadores.

Ministra, eu gostaria de ouvir a opinião de V. Exa. sobre um tema que me parece que está na pauta do Congresso Nacional: a questão da quarentena para membros da carreira jurídica brasileira e da carreira policial para adentrar na vida pública. Eu digo isso, Sra. Presidente, em função de que uma das principais atribuições constitucionais da Ministra Corregedora do Conselho Nacional de Justiça é receber reclamações e denúncias relativas aos magistrados e aos seus serviços jurisdicionais.

Temos assistido nos últimos anos, lamentavelmente, a uma intensa movimentação de magistrados em redes sociais e em atos públicos em que suas opções políticas e expressões de apoio a determinada corrente político-ideológica, candidatos ou agentes públicos são disseminadas – algumas vezes, inclusive, manifestadas em suas decisões jurisdicionais. Essa situação ou tendência é de todo nociva por envolver agente de Estado, que deve primar pela imparcialidade no exercício do seu múnus público. Na avaliação de V. Exa., de que maneira deve a Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça atuar para identificar, de forma mais efetiva, esses desvios de conduta dos magistrados e contribuir para a celeridade de seu processo de julgamento?

*(Soa a campainha.)*

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Eu agradeço à nossa Presidente pela compreensão.

Eu concluiria dizendo à nossa Ministra que nós todos estamos muito esperançosos de que V. Exa., dando consecução ao que foi iniciado pelo nosso eminente Ministro Humberto Martins, possa trazer essa dinâmica de não apenas aprimorar a questão administrativa, mas também trazer luzes sobre essas questões do ativismo judicial de partidarização ideológica, muitas vezes no ativismo das redes sociais, muitas vezes até em atos públicos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Mais uma vez, cumprimento a nossa Ministra Maria Thereza.

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos.

Continuando a ordem de inscrição, com a palavra o Senador Plínio Valério.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui no virtual, os Senadores Fabiano Contarato e Wellington Fagundes também estão inscritos, bem como o Senador Rogério Carvalho.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM. Para interpelar.) – Presidente Simone, Ministra, o Senado tem algumas coisas boas, e uma delas é a gente poder votar em situações assim, o que melhora muito a qualidade do voto da gente. Porque em política a gente perde hoje e ganha amanhã; ganha hoje e perde amanhã. E vida que segue.

Eu tenho três filhas, uma enteada e quatro netas; e uma mulher, claro. Imagine a minha felicidade de olhar para a senhora e olhar para a Simone vendo-a comandando uma coisa muito importante quanto isso aqui.

Agora, o que me animou na senhora, Ministra – cumprimentando o Ministro Humberto Martins, conterrâneo do meu amigo Rodrigo Cunha –, foi que recentemente a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça referendou a decisão cautelar que determinou o afastamento do Governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, oportunidade em que V. Exa. consignou – abro aspas – "que essa decisão deveria sempre ser tomada pelo órgão Colegiado, se não em sessão ordinária, em uma sessão extraordinária" – fecho aspas. Isso nos anima muito, muito! Essa coisa esdrúxula, esse abuso da decisão monocrática, sem tempo para ser referendada pelo Colégio... A decisão monocrática é uma excrecência porque afronta o Colegiado. E muitos juízes, muitos desembargadores e ministros também se aproveitam – não sei se é uma brecha, uma falha ou esperteza – e, em decisões monocráticas, acabam com vidas, encerram mandatos e por aí afora. Eu considero um abuso!

A minha pergunta é – cheio de esperança que tenho na senhora, por essa decisão: nesse contexto, qual a opinião de V. Exa. sobre a validade e o alcance de decisões monocráticas adotadas pelo Poder Judiciário que afetam diretamente as atividades de membros de outros Poderes da República, em especial do Chefe do Poder Executivo...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM. Para interpelar.) – ... que ficam à mercê sempre de uma decisão de um juiz, de um desembargador ou de um ministro que se prevalece, espertamente, de uma brecha e toma uma decisão monocrática que, muitas vezes, leva anos e décadas para ser referendada?

Não tenho a menor dúvida de que a senhora será aprovada por unanimidade, viu? Parabéns e boa sorte, Ministra.

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Plínio Valério.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Repito: para os Senadores que estão no presencial, a campainha apita com um minuto de antecedência, então fiquem tranquilos, porque há um tempo maior. Quanto aos que estão no virtual, eu não tenho controle, então ela vai realmente acionar faltando 15 segundos para o encerramento do tempo.

Obrigada.

Com a palavra o Senador Kajuru.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpellar.) – Obrigado, Presidente, respeitada Simone Tebet. Bom revê-la, assim como os companheiros aqui presentes e os que estão de forma digital.

Ministra Maria Thereza, é o meu jeito de ser, desde os meus 40 anos de carreira na televisão brasileira, e não tenho por que mudar: não existe nenhum segmento do Brasil em que eu respeite todos os seus integrantes; não é minha obrigação respeitar. Mas aqui hoje eu me sinto feliz, e daí a minha presença, por estar diante de duas personalidades do Judiciário que merecem a minha admiração: a senhora, Ministra Maria Thereza, e aqui – eu não enxergo bem, não tenho boa visão, mas me falaram que ele está aqui – o Ministro Humberto Martins.

Essa minha pergunta é em função de um levantamento feito pela revista *Crusoe* – não sei se a senhora teve acesso a ele – que encontrou mais de 7 mil processos no Superior Tribunal de Justiça nos quais figuram como advogados parentes de ministros e ex-ministros da Corte. Segundo a revista, são 17 filhos, mulheres e sobrinhos atuando na segunda mais alta Corte do País. Indago: isso acontece por causa de brechas legais? Evidentemente, penso. E pergunto à senhora, Ministra Maria Thereza, que evidentemente terá o total apoio de minha parte: será que não afeta negativamente...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpellar.) – ... a imagem do Judiciário diante da população esse levantamento trazido pela revista? E esse assunto não mereceria ser discutido no âmbito do CNJ?

Muito obrigado.

Obrigado, Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós agradecemos, Senador Kajuru, a pontualidade.

Seguirei a ordem de inscrição, já agora aqui no Plenário virtual, onde também visualizo, entre outros representantes e Senadores do virtual, o Líder do Podemos, Senador Alvaro Dias.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Oriovisto Guimarães.

Em seguida, também no virtual – para ir se preparando –, o Senador Fabiano.

**O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES** (PODEMOS - PR. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Sra. Presidente Simone Tebet, quero cumprimentá-la e, ao cumprimentá-la, cumprimentar a todos os colegas Senadores que aí estão presentes; cumprimentar a Ministra Maria Thereza, do STJ, cujo currículo eu tive a grata satisfação de examinar. E quero declarar, mesmo que simbolicamente, por não estar em Brasília, meu apoio a sua candidatura. Se aí estivesse, certamente votaria pela sua condução ao Conselho Nacional de Justiça.

Muito objetivamente, eu queria dizer e perguntar à Ministra Maria Thereza o seguinte. Ministra, nós temos dificuldades em todos os Poderes da República: nós temos dificuldades no Senado Federal, nós temos dificuldades na Câmara dos Deputados, nós temos dificuldades no Poder Executivo e nós temos dificuldades no Poder Judiciário – quando eu digo dificuldades, eu quero dizer que temos imperfeições, são muitas as imperfeições –, e nós, membros desses Poderes, temos que dar o nosso melhor para tornar os Poderes nos quais atuamos mais coerentes, mais responsáveis, mais transparentes, mais justos e mais próximos da população brasileira. Eu teria várias questões a levantar sobre o Poder Judiciário, mas vou levantar apenas uma, somente uma. Quando todo magistrado no Brasil é punido, a punição, na verdade, é um prêmio, ele vai para Casa com aposentadoria antecipada, recebendo integralmente os seus proventos. Isso é um escândalo! O que o Conselho Nacional de Justiça, na sua visão, pode fazer para que terminemos com isso em definitivo e para que aqueles magistrados que fogem à ética, fogem à lei e fazem mau uso da função sejam de fato punidos e não premiados com aposentadoria e salário integral para o resto da vida?

Muito obrigado. Desejo à senhora uma grande atuação no Conselho Nacional de Justiça, para o qual certamente será aprovada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Oriovisto, mais uma vez pedindo desculpa. Eu tenho um certo controle aqui, no presencial, mas, no virtual, o sistema realmente não me permite mexer. Se V. Exa. ou algum Senador tiverem alguma dúvida, ao final podem pedir a palavra novamente que teremos toda condição de dar a palavra a V. Exas. que estão, apesar de virtualmente, participando ativamente dos trabalhos desta Comissão.

Pela ordem de inscrição, Senador Fabiano Contarato.

**O SR. FABIANO CONTARATO** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Sra. Presidente, parabéns pela condução.

Eu quero, neste momento, Ministra, Dra. Maria Thereza de Assis Moura, falar que estou extremamente emocionado por essa sabatina. Saber que o art. 5º, I, da Constituição Federal diz que





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, infelizmente, só no texto constitucional. Ainda vivemos num País sexista, misógino, preconceituoso, racista e homofóbico e a senhora, em muito, dignifica a honrada classe das mulheres, a honrada classe dos magistrados do STJ, agora ocupando a cadeira na Corregedoria. Esse reconhecimento não é só meu, Dra. Maria Thereza, a recomendação também vem de um respeitável juiz do meu Estado, Dr. Sérgio Ricardo de Souza, que é professor da Universidade Federal e que muito dignifica a magistratura estadual do Estado do Espírito Santo.

Eu quero falar para a senhora, Dra. Maria Thereza, que eu desejo todo o sucesso na função que a senhora vai brilhantemente desempenhar na luta por um verdadeiro Estado democrático de direito; na luta por um verdadeiro Estado em que um dia seremos todos considerados iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza; um Estado em que um dia as mulheres serão, sim, respeitadas e terão a paridade e igualdade de oportunidades, porque nós temos 52% da população brasileira composta de mulheres e ainda há uma discriminação de salário, discriminação de toda ordem. Dos três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário –, o único que até hoje não foi presidido por uma mulher lamentavelmente foi o Legislativo.

Então, eu desejo aqui, em nome de toda a população capixaba e em meu nome, humildemente que a senhora tenha um brilhante caminho...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. FABIANO CONTARATO** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... no Conselho Nacional de Justiça, na função de Corregedora-Geral.

Parabéns e que Deus te abençoe!

**A SRA. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA** *(Fora do microfone.)* – Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Fabiano Contarato.

Aproveito a fala de V. Exa. para fazer aqui uma justiça. Na minha fala, eu enalteci o trabalho do Judiciário e da Ministra na defesa dos interesses das mulheres e cometi uma omissão, um pecado grave ao não reconhecer que, dos órgãos colegiados, talvez o Congresso Nacional seja o mais progressista nessa pauta. Não há um único projeto da bancada feminina, especialmente, Ministra, no que se refere ao avanço no combate à violência contra a mulher e contra a família que não tenha só o voto... Normalmente o autor é um Senador ou um Senador pede para relatar, mas acompanhado pela unanimidade do Senado Federal. Então, a pauta do combate à violência contra a mulher é uma pauta que tem a unanimidade do apoio dos Srs. Senadores e Deputados. Eu sei que posso falar pelos Deputados Federais porque também é assim na Câmara. Então, agradecendo a fala do Senador Fabiano, que fez aqui uma homenagem à Ministra enquanto mulher, eu faço esse reconhecimento em público.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós já chegamos aos cinco primeiros. Eu vou fechar esse bloco e os demais entrarão no segundo bloco na ordem de inscrição, Senador Rogério, Senador Marcos Rogério, Senador Marcos do Val e Senador Wellington, assim que a Ministra tiver o tempo de até 15 minutos para responder aos questionamentos dos Srs. Senadores.

Com a palavra V. Exa.

**A SRA. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA** (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Eu agradeço as indagações muito relevantes que foram trazidas.

Senador Eduardo Braga, eu me lembro muito bem da primeira sabatina no ano de 2006. Fez 14 anos agora no mês de junho. Como o tempo passa, não é?

Eu tenho a maior honra de suceder o Ministro Humberto, meu irmão de coração, que deixou todos os seus afazeres hoje para estar aqui me acompanhando. Humberto, muitíssimo obrigada. É uma honra poder sucedê-lo.

A sua pergunta é muito interessante no que diz respeito à quarentena para membros da carreira jurídica e policial. Eu acredito mesmo que esse tema, que já vem sendo discutido de uma forma ou de outra, merece um tratamento bastante detido e pensado, porque, de fato, existe uma quarentena para o magistrado, por exemplo, de ele não atuar no seu tribunal por um período após a sua aposentadoria, mas essa quarentena que V. Exa. traz é para ocupar cargos outros uma vez aposentado.

Eu acho que é muito importante que esse tema seja regulamentado. Eu acho que vale a pena. O Ministro Toffoli já chegou até mesmo a sugerir um prazo bastante longo de oito anos. Eu acho que o amadurecimento dessa matéria pelo Poder Legislativo é muito relevante, muito importante e merece mesmo um tratamento.

É claro que, muitas vezes, já virando aqui para o exercício do juiz enquanto *magistrature*, que V. Exa. traz, de eventuais desvios de conduta, quanto a isso o CNJ está muito atento. O CNJ acompanha, o CNJ tem por missão... Um de seus lados é essa missão disciplinar e atento até mesmo a manifestações em redes sociais. Existe – recentemente, no ano passado – todo um regramento disso, que foi feito pelo CNJ, após estudo por um grupo, e isso vem a calhar com todo um conjunto de regras éticas às quais o magistrado deve se ater. Então, nós temos a Lei Orgânica da Magistratura, o Código de Ética, o Código Ibero-Americano, as regras de Bangalore, e todas elas no mesmo sentido, de que o juiz deve ter uma conduta ética, o juiz deve se pautar de acordo com os melhores sentimentos de imparcialidade e de uma conduta irrepreensível na sua vida privada e pública. E, uma vez que isso não aconteça, o CNJ existe para isso, para poder apurar e, se for o caso, ou o próprio CNJ, ou a corregedoria local fazerem os ajustes necessários.

Não sei se V. Exa. está satisfeito...





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está satisfeito? (*Pausa.*)

Então, eu passo ao Senador Plínio Valério.

Eu agradeço as palavras e acredito que realmente a posição da mulher é muito importante, e vemos aqui o comportamento da Presidente da CCJ, a Senadora Simone Tebet.

V. Exa. fez referência a um julgado do Superior Tribunal de Justiça na Corte Especial, e, como já votei no caso, eu vou reproduzir exatamente o que disse V. Exa.

Eu acredito, nesses casos, em que se trata de alguém eleito pelo voto popular, que alguma medida restritiva de afastamento do seu mandato deva ser feita de forma colegiada. Foi assim que eu me manifestei naquele meu voto. E, no voto que eu proferi, eu fiz uma ressalva, dizendo que, como, no caso, o Relator do processo prontamente levou à Corte, acabou não se traduzindo basicamente num prejuízo, a ponto de causar alguma nulidade no processo, porque foi prontamente levado, mas eu acredito naquilo que eu votei e que é o meu pensamento, que, nesses casos, o melhor seria, efetivamente, uma decisão colegiada. Agora, como é que isso poderia se fazer? Na verdade, o nosso regimento, no Superior Tribunal de Justiça, possibilita essa atuação monocrática. Assim como em outros tribunais, isso não é vedado – esse ato monocrático. Agora, nada impede que seja mais bem disciplinado, para que fique expresso ou legalmente, de alguma forma mais clara, que essas decisões possam ser tomadas colegiadamente. Aliás, isso já aconteceu no Superior Tribunal de Justiça, quando o Relator, há muitos anos, o Ministro Fernando Gonçalves, tomou imediatamente a medida, levando, convocando extraordinariamente uma sessão da Corte Especial. Então, acredito que esse é um modo meu de pensar, mas podemos talvez aperfeiçoar, ou em termos regimentais, ou, até mesmo, em termos legislativos. E está aqui a importância desta Casa para este tema.

Agora, passando ao Senador Kajuru, eu sou sincera, não cheguei a ler essa reportagem, mas, diante da informação que V. Exa. traz, há uma questão que me parece importante: o Código de Processo Civil atual disciplina com bastante especificidade esta atuação de impedimento ou não, mas não há uma disciplina legal para dizer, por exemplo, como diz V. Exa. na reportagem, de filhos, ou cônjuges, ou parentes em que grau que pudessem atuar perante os tribunais. Então, eu acho que não é vedado no sentido legal, porque o que é vedado é o magistrado participar do julgamento daquele processo cujo parente participa. Isso está vedado na lei; agora, não sendo ele o juiz do caso, nada impede que o seu parente advogue, a menos que isso também seja objeto – eu acho que merece mesmo uma reflexão maior – de uma previsão legislativa para esses casos. É muito difícil, é uma questão complexa, mas que eu acho que merece, sim, uma boa reflexão e, quem sabe, inserirem alguma alteração legislativa pensando como fazer, porque o que hoje a lei veda é o magistrado julgar esse caso em que o seu parente próximo atua.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao Senador Oriovisto Guimarães, eu concordo, Senador, que há imperfeições no Poder Judiciário, há dificuldades no Poder Judiciário. A ideia... Acho que o Conselho Nacional de Justiça está aqui e acho que um exemplo que eu poderia citar é o próprio Ministro Humberto na Corregedoria, que sempre atuou com transparência – não é, Ministro Humberto? – e que é um exemplo para nós. Tudo o Ministro Humberto divulgou. Tudo o que foi feito e tudo o que foi pensado é a ideia, e é um dos pilares tornar efetivamente o Poder Judiciário um pilar de maior credibilidade perante a sociedade, fazer com que a sociedade confie no magistrado, confie no Poder Judiciário. Essas imperfeições existem. Obviamente, elas não existem apenas no Poder Judiciário, como foi dito, mas existem em todos os Poderes, no Poder Executivo, no Legislativo, no serviço público, e essas imperfeições devem ser corrigidas, por exemplo, no nosso caso, do Poder Judiciário, pelo CNJ. E aquele que fizer um mau uso do exercício da magistratura responderá perante a sua corregedoria, perante o CNJ – concomitantemente ou avocando o CNJ –, pelo ato que vier a ser praticado. Então, nós reconhecemos e buscamos corrigir. E é por isso que a Corregedoria tem esse viés de disciplina e de inspeção, para que ela possa ir, verificar e corrigir os erros que eventualmente estiverem sendo cometidos. E a outra forma é através das próprias denúncias oferecidas pelos cidadãos que chegam ao CNJ e que são objeto de investigação. Então, a ideia não é punir por punir, mas a ideia é receber eventualmente uma denúncia, apurá-la e, se necessário for, corrigir aquele ato.

E, finalmente, Senadora, com relação ao Senador Fabiano, eu agradeço imensamente as palavras que foram ditas. E creio, Senador, acredito muito na igualdade de todos perante a lei e acho que é por isso que consegui chegar profissionalmente aonde cheguei. No Superior Tribunal de Justiça, eu fui a quinta mulher a assumir em toda a sua história; hoje, nós temos seis. Chegamos, quase por aproximação, a 20%, mas nós somos – como disse a Senadora Simone Tebet –, no STJ, ouvidas, participando e sendo igualmente tratadas; os nossos colegas nos respeitam. E eu acho que isso é muito importante não só dentro do nosso Tribunal, mas em todo o exercício que temos. E lutamos para que todas as mulheres, ricas, pobres, brancas, negras ou com qualquer outro tipo de raça, tenham os mesmos direitos dos homens.

Muitíssimo obrigada.

E concordo com todas as considerações feitas a esse respeito.

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço, Ministra.

Vamos para a segunda lista, o segundo bloco de perguntas, agradecendo novamente a presença das Sras. e Srs. Senadores.

Eu ainda não tive a oportunidade de mencionar: há a presença aqui do Senador Jayme Campos, de Mato Grosso; e também, no Plenário virtual, a do Líder do PSD, Otto Alencar.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou aqui já anunciar o nome dos cinco próximos oradores, porque, no Plenário virtual, eles têm que se preparar, é um pouquinho mais complicado. Então, na ordem de inscrição, Senador Rogério Carvalho; em seguida, Senador Marcos Rogério; Senador Wellington Fagundes; e Senador Marcos do Val.

Então, com a palavra, na ordem de inscrição, Senador Rogério Carvalho.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpellar.) – Primeiro, Presidente, como não há ninguém na minha frente, vou tirar a máscara.

Primeiro, eu queria cumprimentar a Ministra Maria Thereza pelo seu currículo e pela sua atuação.

Segundo, a nossa Justiça carece bastante de ministros e juizes o mais garantistas possível. De que o ativismo judicial é prejudicial ao cumprimento da Justiça nós já não temos mais dúvidas a respeito e, quanto mais garantista... Quanto mais o juiz, o ministro segue, independentemente da repercussão, independentemente do apelo popular, mais difícil é manter uma posição garantista por parte dos juizes e juizas, ministros e ministras.

Nós sabemos que a maioria dos conselhos têm uma finalidade, que é proteger a sociedade.

Eu atuei, no início da minha carreira, como médico fiscal. Portanto, eu era auxiliar de uma corte específica, de um Conselho, que tinha uma ação judicante importante. Aquele Conselho existia com uma finalidade: proteger a sociedade da ação indevida ou deletéria de algum membro da corporação.

Imagino que o controle externo do Judiciário foi instituído para garantir que a proteção no melhor do que a gente pode falar do corporativismo...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpellar.) – ... o corporativismo desejado, que é o corporativismo para proteger a corporação daqueles que maculam a imagem dessa corporação.

Portanto, a ação do Conselho vem nesse sentido, e é fundamental que exista. E é fundamental que seja composto por representantes que conheçam e que conhecem o objeto que está em discussão, portanto, Ministros, advogados, pessoas que tenham essa capacidade técnica.

Mas eu queria fazer, com a licença da nossa Presidente, alguns questionamentos.

O Conselho Nacional de Justiça foi criado... Isso aqui eu já falei.

Segundo, a interceptação telefônica envolvendo a então Presidente Dilma Rousseff e o ex-Presidente Lula, bem como a sua divulgação, feita pelo Juiz Sergio Moro, no dia 16 de março de 2016, foi



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

declarada ilegal pelo Supremo Tribunal Federal, em decisão do então Ministro Teori Zavascki. Mesmo assim, o corregedor do CNJ à época arquivou os pedidos de investigação.

O CNJ protege as ações de juízes quando eles são populares, mesmo que essas ações sejam declaradas ilegais pelo próprio Judiciário? Como fica essa contradição de o Judiciário declarar ilegal a ação de um magistrado, e, mesmo assim, o CNJ se recusar a investigá-lo? Não é contraditório e negativo para a instituição?

Ainda falando do Juiz Sergio Moro, as últimas representações ajuizadas contra ele foram arquivadas quando se exonerou do cargo de juiz para virar Ministro do Governo Bolsonaro, em dezembro de 2018.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpellar.) – As divulgações feitas pelo portal The Intercept Brasil e por seus parceiros, que mostraram todo o conluio entre a força tarefa da Operação Lava Jato e o Juiz Sergio Moro, comprovaram que as representações anteriores mostravam-se corretas. Por que o CNJ se recusou a investigar o Juiz Sergio Moro, com mais de 30 representações, com todas as evidências, com tudo, inclusive com o fato julgado pelo STJ?

Há alguma força externa que sustenta o Juiz Sergio Moro, que impede que ele seja julgado, que ele seja investigado pelo Conselho Nacional de Justiça?

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpellar.) – Obrigado, Ministro

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Somos nós quem agradecemos.

Pela ordem de inscrição, Senador Marcos Rogério.

Em seguida, Senador Wellington Fagundes.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpellar.) – Sra. Presidente, Senadora Simone Tebet, Sras. e Srs. Senadores, cumprimento, com muita alegria, a Ministra Maria Thereza.

Cumprimento o Ministro Humberto Martins, que muito nos honra com a sua presença nesta CCJ e que ocupou o cargo que ora estamos a referendar – a indicação da Ministra Maria Thereza.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Sra. Presidente, eu não vou usar o tempo para poder ressaltar aqui o papel fundamental que exerce o CNJ porque todos nós o conhecemos muito bem. Eu ouvi aqui algumas manifestações de colegas Senadores instando a Ministra a falar, a mencionar a sua posição em relação a esta cultura de parcial impunidade aos exercentes de funções na magistratura, porque se passa a ideia, se passa a impressão para o cidadão brasileiro que isto é um faz de conta: porque pune, mas não pune, não é? Aquilo que é a punição maior não chega para ele. A punição, muitas das vezes, quando é de perda da função, é perda da função com remuneração: é quase que um benefício a mais, uma concessão por méritos.

Agora, não vi ninguém dizer aqui que isso é fruto justamente da omissão do Parlamento brasileiro por não reformar a lei, a Loman. A quem cabe fazer isso? Não é ao Parlamento? Mas, ao passo que reconheço no Parlamento a omissão, o fato de não fazer essa reforma... Porque aí há aqueles que questionam: "Ah, mas o Parlamento não pode ter a iniciativa de uma lei que vai mexer com...". Enfim, o fato é que nós temos...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... uma Loman atrasada.

A Loman, só para se ter uma ideia, Sra. Presidente, no art. 42 vai dizer quais são as penas disciplinares: advertência, censura e aí seguem remoção compulsória, disponibilidade com vencimentos e tal. O que eu gostaria de saber da Ministra é qual a posição de V. Exa. com relação a esses casos de punição disciplinares que acontecem, ora pela corregedoria dos tribunais, ora pela corregedoria do CNJ, com relação à suspensão de vencimentos. Qual a posição de V. Exa. em relação a isso? – porque hoje a punição não tem esse condão. V. Exa. defenderia a mudança na norma para implicar também suspensão de vencimentos em razão de má conduta ou até mesmo crimes cometidos por magistrados julgados, enquadrados pela corregedoria, seja do tribunal, seja do CNJ? É a pergunta que faço a V. Exa.

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Marcos Rogério.

Agora vamos para o Plenário virtual: falará agora, em nosso nome, o Presidente da Comissão Temporária do Pantanal – Comissão Externa que terá a maior missão talvez desses próximos 60 dias –, o nosso Presidente Wellington, que fala por nós, decide por nós nas questões – por mim, pelos Senadores Jayme Campos, Carlos Fávaro, Soraya e Nelsinho. Nós estamos agora com um novo Presidente temporário comandando todos nós com a sabedoria e a competência de um médico veterinário. Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Senadora Simone Tebet, o.k.?





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, eu quero agradecer imensamente a gentileza de V. Exa. Sabemos que realmente temos um grande desafio. Já tive oportunidade, inclusive, de conversar com a nossa Ministra Maria Thereza sobre esse aspecto.

Inclusive, ela, se Deus quiser, sendo também Corregedora, terá o papel de nos ajudar – todos os Poderes poderão fazê-lo –, já que a questão do Pantanal é uma questão do Brasil e do mundo, portanto, de todos nós.

Cumprimento também o Senador Jayme Campos, que aí está, membro da Comissão, e o Senador Carlos Fávaro.

Vou agora me dirigir diretamente à Ministra.

Ministra, V. Exa. teve uma grande experiência como Ministra do STJ há 14 anos, também como Professora da USP e como Corregedora-Geral da Justiça Eleitoral e, ainda, da Justiça Federal. Militou por vários anos como advogada, antes de servir como Ministra do STJ, o que também reputo ser muito importante, porque conheceu também o lado da defesa do cidadão.

Considerando o cidadão brasileiro que nos acompanha hoje pela TV Senado e também pela internet, quero indagar a V. Exa.: qual a principal missão da Corregedoria Nacional de Justiça? É muito importante que a senhora possa falar isso, inclusive como Professora, porque muitos que estão nos assistindo, às vezes, veem a Justiça muito longe, muito distante, de difícil acesso. V. Exa. falou até das denúncias que podem ser feitas. Então, seria importante explicar um pouco para o cidadão como isso pode ser feito, como o cidadão comum pode acessar a Justiça Federal, principalmente o Conselho de que V. Exa. será Corregedora de Justiça.

Ainda, Ministra, sem dúvida, um dos maiores problemas – e a senhora já o abordou – é a questão de o Poder Judiciário continuar ainda na sua morosidade judicial. V. Exa. adotou práticas interessantes na Corregedoria-Geral da Justiça Federal, como – isso já foi mencionado – o acompanhamento permanente dos magistrados. É importante que a senhora possa falar um pouquinho sobre isso. E que outros projetos podem ser conduzidos pelo CNJ para reduzir esse problema?

V. Exa. sabe, e também todos os que nos assistem, que a maior indignação do cidadão, às vezes, é ele recorrer à Justiça, lutar por muitos anos e sua família ver que aquela causa não foi ainda dirimida e a pessoa até morreu. Isso existe muito no Brasil. A demora, com certeza, é a maior injustiça que pode haver até para aquele que foi penalizado. Que ele logo resolva sua situação, pague a pena e possa estar de bem com o País, com o mundo e com a consciência. A morosidade prejudica em todos os aspectos, e o cidadão, às vezes, fica a indagar o que fazer para que todos nós possamos dar resposta mais rápida à sociedade brasileira.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer muito à Ministra e principalmente à Presidente Simone Tebet, que está conduzindo esta reunião. E a todos os Senadores que estarão para votar daqui a pouco. Um grande abraço.

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço, Senador Wellington. Ainda bem que V. Exa. controlou seu tempo, porque pedi para cancelar o tempo de V. Exa., já que eu havia cometido – e o erro foi só meu – um equívoco. V. Exa. foi preterido duas vezes. Antes do Senador Rogério Carvalho e do Senador Marcos Rogério, era a vez de V. Exa. Então, pedi para cancelar a campainha, torcendo para que V. Exa. não extrapolasse o tempo, já que ou tenho o controle de três minutos ou não tenho outro controle aqui. Agradeço V. Exa. pelo tempo e peço desculpas.

O último orador inscrito deste bloco, Senador Marcos do Val.

Antes de passar a palavra a V. Exa., Senador, gostaria de informar às Sras. e aos Srs. Senadores que o Senador Marcos do Val é o último inscrito, por enquanto. Nós teremos 15 minutos de fala da Ministra.

Eu gostaria de pedir às Sras. e aos Srs. Senadores que estão nos seus gabinetes ou que estão nos ministérios, que as assessorias possam avisar... Nós já temos 23 votos, o que significa que dificilmente há mais algum Senador para votar, porque há dois ou três que estão nos seus Estados – repito –, que podem participar da reunião, mas não podem votar virtualmente, porque é uma votação secreta. Acredito que todos já votaram.

Então, vamos estabelecer, já que nós também temos sessão plenária, que após a fala do Senador Marcos do Val é o tempo dos demais se inscreverem, se quiserem, nesses três minutos de fala; senão eu dou por encerradas as inscrições e passaremos aos 15 minutos de fala da Ministra, para que possamos fechar a votação.

Com a palavra V. Exa., Senador Marcos do Val.

**O SR. MARCOS DO VAL** (PODEMOS - ES. Para interpelar.) – Obrigada, nossa querida Presidente Simone Tebet.

Gostaria também de desejar muito sucesso – porque já é fato a questão de ela assumir essa posição tão importante – à Ministra Maria Thereza. Fico feliz de ver duas mulheres numa posição tão importante na nossa República, até porque eu tenho mãe, tenho uma irmã e tenho uma filha, então a mulher, para mim, ocupa um espaço gigante. E tenho muita admiração por ter habilidade de fazer várias coisas ao mesmo tempo e sem perder a paciência, nós homens temos muitas limitações.

Bom, a minha pergunta... Eu cheguei à política há 18 meses e, na chegada à política nesses 18 meses, eu tenho percebido um *modus operandi*, vamos dizer assim, que já vem há muitos anos. Recentemente, até o Jornal Nacional tem entrado em confronto dizendo que não vai poder mais





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

divulgar material que está tramitando em segredo de justiça. Eu penso: mas se é segredo de justiça, por que está questionando que não está podendo divulgar? E que recorreu, perdeu, recorreu, perdeu... E aí eu penso: por que estão acontecendo vazamentos seletivos de informações de trâmites judiciais? E eu não digo só com o atual Governo, isso aconteceu também com outros Governos. Então, por que essa única imprensa, a Rede Globo de Televisão, através do Jornal Nacional, só ela teria esse acesso às informações que transitam em segredo de Justiça? Eu sempre aprendi que segredo é segredo, não tem que vazar. Ela questiona, e a sociedade acha que ela está sendo cerceada. Ela até chegou ao fato de dizer que está tendo um cerceamento da liberdade...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. MARCOS DO VAL** (PODEMOS - ES. Para interpelar.) – ... da imprensa. Eu falei: meu Deus do céu! E tenho visto muito movimento político utilizando o Judiciário. Em conversa com amigos juizes do meu Estado, eles falam: "Marcos, quando há trâmite em que vai ser julgada essa emissora, nós somos ameaçados aqui, ameaçados ao ponto de, se der continuidade ao processo, 'nós vamos fazer um assassinato de reputação'". Isso já aconteceu e vem acontecendo no meu Estado. E o que me preocupa é isto: é a utilização da Justiça para interesses pessoais, empresariais ou políticos.

Qual é a posição da Corregedoria para que processos que estão tramitando em segredo de justiça não sejam vazados? Ainda mais ver o Jornal Nacional colocando isso como um cerceamento de liberdade de imprensa.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço, Senador.

Eu indago aqui no *chat* se mais algum Senador gostaria de fazer uma intervenção, alguma pergunta; senão vou declarar encerrada a inscrição...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador, com prazer. V. Exa. tem, no mínimo, três minutos. Senador Jayme Campos, por favor, é uma honra ouvi-lo.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para interpelar.) – Sra. Presidente, minha querida conterrânea, Senadora Simone; minha cara Ministra Thereza; Sr. Ministro Humberto; serei rápido.

Diante do que está acontecendo nos últimos tempos pelo fato de nós não estarmos nos reunindo presencialmente, eu gostaria de fazer aqui um pedido a V. Exa. e aos demais pares: após, naturalmente,





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a oitiva feita com a nossa indicada, que pudéssemos remeter isto ao Plenário da Casa, para que votássemos, se possível, hoje ou, no máximo, amanhã... Há o fato de que à Corregedoria, já há algum tempo, ela foi indicada e, lamentavelmente, diante da pandemia, não está ainda nomeada. Isso é muito ruim para o bom andamento dos trabalhos que o CNJ se propõe a fazer, certamente, à frente da Justiça brasileira. Então, eu faço esse apelo a V. Exa. Reconheço as dificuldades pelos tantos e tantos números de matérias que nós temos que votar nestas próximas 72 horas, mas, de qualquer forma, eu queria deixar isso registrado. Tenha certeza V. Exa., pelo bom senso e pelo trabalho exitoso que vem fazendo frente a esta Comissão... Faço esse apelo de encaminharmos. E vamos trabalhar com o nosso querido Presidente Davi Alcolumbre para colocar isso em pauta e ser votado, se possível, no dia de hoje. Estou com a disposição de ir até meia-noite, se for o caso, para votarmos o nome da nossa indicada.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço, Senador Jayme Campos, como sempre, experiente, trazendo contribuições. Assim que nós encerrarmos a votação e apurarmos o resultado, nós submeteremos ao Colegiado o pleito de V. Exa., no mínimo para que isso possa estar pronto para ser votado, se for a vontade do Sr. Presidente. A única observação a ser feita é que o Presidente vai ter que ficar monitorando, porque é a única votação de todas as sabatinas que fizemos entre ontem e hoje que requer um quórum qualificado, e os Senadores, infelizmente, não poderão votar no virtual, só no presencial. V. Exa. está coberto de razão: nada justifica deixar o processo, uma vez aprovado, parado nesta Comissão. Podemos remetê-lo à Mesa Diretora, e a Mesa verá, se não agora, na nossa próxima reunião presencial, que seja, de repente, quem sabe, o primeiro item da pauta. Obrigada a V. Exa.

Eu dou por encerrada a ordem de inscrição, porque, a princípio, não vejo ninguém aqui solicitando a palavra. Encerro, portanto, a inscrição.

Abro a fala por 15 minutos para que a Ministra possa responder aos nossos colegas. Em seguida, nós estaremos encerrando a votação – já participaram e votaram até o momento 24 Sras. e Srs. Senadores, e, portanto, num universo de 27, provavelmente, não teremos mais nenhuma participação. Com a palavra V. Exa.

**A SRA. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA** (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora.

Eu gostaria, mais uma vez, de agradecer as perguntas feitas que possibilitam uma explicação, muitas vezes, melhor de determinadas situações.

Ao Senador Rogério Carvalho, eu gostaria de dizer que, efetivamente, concordo que a finalidade dos conselhos é proteger a sociedade de uma ação indevida ou deletéria daquelas pessoas que compõem aquela categoria. E disso não foge o CNJ. O CNJ e, mais especificamente, a Corregedoria têm esse importante papel de correção, de verificar até que ponto houve algum desvio de conduta para







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poder aplicar, se for o caso, a correção. É muito importante esse controle externo. E esta Casa está bem representada perante o CNJ, assim como a Câmara dos Deputados e os demais representantes do Poder Judiciário. A emenda constitucional que trouxe a criação do CNJ, em 2004, serve exatamente para impedir, se for o caso, ou por cobro, se for o caso, de indevidas atuações na esfera disciplinar do magistrado. O CNJ, obviamente, não atua como um órgão judicial ou de correção de decisões jurisdicionais, mas ele atua, e esse controle externo é feito, exatamente sobre essa atividade do magistrado que possa violar alguns dos deveres que ele assumiu ao tomar posse como magistrado, e o Conselho, esse controle externo com a participação de Câmara e Senado, é feito pra efetivamente quebrar qualquer ideia que possa haver, e essa mácula que sempre aparece, de que possa ser um órgão corporativista. Esse controle externo serve para isso. Portanto, eu acredito, não há que se pensar em casos nos quais o CNJ possa sofrer qualquer pressão contra ou a favor da apuração de algum magistrado na sua conduta, porque esse é o seu papel e ele o exerce com a ajuda do Poder Legislativo, Câmara e Senado juntos, com a magistratura, OAB, Ministério Público, que compõem todo o colegiado do CNJ. Então, esse é o papel efetivo do CNJ.

Ao Senador Marcos Rogério, eu tenho mesmo essa resposta. O CNJ deve ser – e é – um órgão que atua de forma imparcial e, embora se imagine que possa dar um ar de que esta imparcialidade seja parcial, a questão é que a Loman, e até mesmo até novembro do ano passado, antes da emenda constitucional, a questão da aposentadoria compulsória estava prevista na Constituição. Embora tenha saído da Constituição, ela ainda permanece na Loman, e cabe ao Supremo Tribunal Federal enviar ao Poder Legislativo, Congresso Nacional, uma proposta de alteração. Estejam certos: esse assunto, que diz respeito à punição disciplinar que acabe sendo uma aposentadoria compulsória, ou a disponibilidade com vencimentos, certamente será objeto de reflexão, porque merece, sim, esta análise. Nos dias atuais, não faz sentido imaginar que alguém possa receber como punição algo que não vai redundar em nenhuma consequência para o seu bolso, vamos dizer assim. Então, essa é uma questão. Ela vai passar pelo Congresso e tem esse importante papel de reflexão sobre como fazer, porque a Loman e a própria Constituição estabelecem os casos, inclusive, em que o magistrado, independentemente de qualquer punição disciplinar, perde o seu cargo se ele for condenado em um crime, que pode ser, ou em uma ação judicial por crime de responsabilidade. Então, está prevista essa hipótese. Ela acontece, mas por vezes não decorrente da prática de um crime, há uma apuração disciplinar e isso deve, sim, ser levado em consideração, sem sombra de dúvida. Ao Senador Wellington Fagundes, agradeço suas considerações. Tivemos oportunidade de ontem também falar por videoconferência. Eu quero explicar, atendendo o seu pedido, que a Corregedoria tem um canal com o cidadão, um canal aberto ao cidadão, que pode, de várias maneiras, levar a sua denúncia para a Corregedoria. Ele pode enviar um e-mail, pode mandar uma carta, pode fazê-lo por um requerimento e há vários canais... O CNJ, pelo que eu tenho de notícias, recebe milhares dessas denúncias por ano. Portanto, tudo é filtrado e tudo é passado para verificação, primeiro, para ver se é caso, se atende àquilo que ao CNJ cabe.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu disse, posso ter uma reclamação contra um juiz por excesso de prazo, já que a celeridade é um dos requisitos que se espera. Então, eu posso reclamar de um excesso de prazo, mas o CNJ não poderá apurar se a pessoa reclamar que a decisão do juiz não foi justa, porque ela tem o canal de um recurso perante o tribunal, para reanálise daquele caso.

Então, o CNJ recebe essas várias denúncias que chegam, ou pedidos de apuração, e o CNJ pode até mesmo agir como fez o Ministro Humberto inúmeras vezes – e aqui eu trago o exemplo do nosso último Corregedor – atuando em conjunto com as corregedorias, para que uma vez que se tenha notícia de um juiz de 1º grau, por exemplo, que tenha agido de uma forma indevida, que as corregedorias apurem e que mandem o resultado para o CNJ. E o CNJ, sabendo do resultado, pode, no prazo de um ano, reverter eventualmente, se entender que aquele resultado não foi o resultado da melhor apuração cabível ao caso. O CNJ pode ainda, diretamente, naqueles casos que se revelam mais candentes, mais difíceis, em casos mais graves, agir como faz a Corregedoria, instaurando um pedido primeiro disciplinar, de apuração, e depois levando ao Plenário um pedido de instauração de um processo administrativo disciplinar contra o magistrado.

Então, Senador, a missão da Corregedoria é exatamente esta de apurar e de verificar, e mais, de acompanhar o magistrado. E aqui eu volto àquilo que eu disse na minha fala inicial: a nossa ideia é deixar o magistrado em um programa de acompanhamento. Quando ele não atingir um trabalho que possa resultar em uma boa produção, que ele seja orientado e que seja seguido, para que possa incorporar boas práticas e com isso melhorar a qualidade e a quantidade dos processos que ele julga.

Eu sempre penso que uma boa prática é a da gestão.

A boa gestão sempre ajuda – a organização que o juiz possa ter na vara; a melhora na prestação jurisdicional; verificar como é que o juiz pode, da melhor forma possível, cumprir as metas fixadas pelo CNJ, metas essas que são fixadas de comum acordo com os tribunais; como é que aquele juiz pode ser orientado e melhor acompanhado – a adquirir uma celeridade maior no atendimento.

Mas eu tenho uma outra questão com relação à morosidade, que me chama atenção, que é a de que é necessário, a meu ver, treinar os magistrados para aquelas condutas que possam evitar o acúmulo de processos no Poder Judiciário. Então, os caminhos alternativos à judicialização, como a conciliação, como a mediação, como a arbitragem, são caminhos que possibilitam desafogar o Poder Judiciário. E o treinamento do magistrado para isso é muito importante. E nós temos, em relação isso, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, a Enfam. O Ministro Humberto, que acabou de tomar posse, inclusive já aumentou em 40% a área da escola para treinamento.

A escola recentemente montou um curso de mestrado profissional, e esse mestrado profissional em gestão do Poder Judiciário e de eficiência do Poder Judiciário também possibilitará a formação do





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

magistrado voltado para este lado que normalmente não é muito dado na magistratura, de gerir, de estar com o Poder Judiciário de uma melhor forma.

Então, é necessário dar celeridade, sem sombra de dúvida, e isto eu acredito que seja um compromisso meu comigo mesma, diante da forma como normalmente eu trabalho, de tentar pensar formas para desafogar o Poder Judiciário e, por outro lado, verificar de que maneira nós podemos diminuir um acervo fantástico que existe no Poder Judiciário, todos os anos, também diminuindo o número de processos. E nesse ponto, eu gostaria só de chamar a atenção que está em trâmite neste Senado Federal, já tendo sido aprovado na Câmara dos Deputados, um projeto de emenda à Constituição relativo ao Superior Tribunal de Justiça, que possibilitará criar, no âmbito do STJ, a repercussão geral para que se possa diminuir também o número de processos que chegam ao STJ.

Só para este primeiro semestre de 2020, se eu não estiver equivocada, eu tenho aqui os números, o STJ produziu mais de 250 mil decisões, pensando nos 33 ministros. É muito processo, são muitas decisões e é necessário também, por um lado, evitar que essas causas, que não são causas que devam chegar ao topo do Poder Judiciário, acabem impedindo uma rápida prestação jurisdicional. Como disse o Senador Wellington, muitas vezes a pessoa ganha o processo, morre e não chega a receber aquilo que lhe era devido.

Finalmente, com relação ao Senador Marcos do Val.

*(Soa a campainha.)*

**A SRA. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA** (Para expor.) – Acabou meu tempo? *(Pausa.)*

Com relação ao Senador Marcos do Val, quando trata da questão do segredo, o segredo, que é posto muitas vezes na Constituição e na lei, visa proteger muitas vezes as partes. Vou dar aqui um exemplo que não tem nada a ver: nos crimes sexuais praticados, tem que se proteger a vítima; se é menor, tem que se proteger a vítima. Em determinados casos, a lei impõe o segredo. Voltando à área criminal, por exemplo, no Superior Tribunal de Justiça, nós temos nossa competência originária de processos originários em determinadas autoridades, como Governadores do Estado. E, nesses casos, quando nós impomos o segredo, esse segredo tem inclusive graus de maior segredo ou não – e cada vez que o segredo é mais restritivo é mais difícil ter acesso, apenas as partes e seus respectivos advogados – e, cada vez que esse segredo é rompido, muitas vezes é causa de instauração de inquérito policial para averiguar a razão e a fonte pela qual esse segredo foi vazado. Então, nós tomamos todas as cautelas para que não vazem as informações quando o caso tramita em segredo. Agora, se houver algum vazamento, isso deve ser investigado, mas a lei protege quando o processo ou a investigação corre em segredo por qualquer motivo que a lei especifica. Esse segredo deve ser preservado.

E, acredito eu, acho que até passei do meu tempo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Imagine, fique tranquila, Ministra.

**A SRA. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA** (Para expor.) – Mas, de qualquer forma, caso queiram fazer qualquer outra consideração, eu estou à vontade.

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu havia encerrado o processo de arguição, mas três Senadores adentraram o recinto após o encerramento da arguição. Nós ainda temos um prazo, porque o Presidente pediu para encerrar impreterivelmente às 16h. Nós temos ainda um prazo, portanto.

Eu indago aos três Senadores que estavam nos seus gabinetes assistindo e que estão agora no presencial. O Senador Nelsinho havia pedido apenas para uma consideração. Então, passarei a palavra aos três. Nós vamos só controlar o tempo da abertura do Plenário. Eu peço a compreensão de todos. Perguntas, infelizmente, não será possível fazer.

Para suas considerações, Senador Nelsinho Trad.

**O SR. NELSINHO TRAD** (PSD - MS. Para interpelar.) – Presidente, Senadora Simone Tebet, muito obrigado por abrir este espaço. Quero saudar todos os colegas Senadores e dizer à Ministra Maria Thereza a satisfação em poder participar deste momento. V. Exa. vai atuar numa área que, no meu entendimento, é uma área muito difícil, em função de muitas vezes V. Exa. ter de – como se diz na gíria quando a gente toma alguma medida mais rígida, mais forte no âmbito administrativo – cortar a própria carne.

Fica aqui registrada a nossa confiança – pelo seu passado, pela sua história, por todas as recomendações que a gente ouviu tecerem de V. Exa. – de que V. Exa. saberá conduzir dentro do grau máximo do bom senso, da verdade e da justiça.

Também quero aqui ressaltar que essa é uma área que trabalha muito próxima da esperança das pessoas. A área da Justiça flerta com a esperança das pessoas e, muitas vezes, acaba por decepcionar esse ou aquele em função do entendimento não vir a ser de acordo com o juízo de cada cidadão. Mas esse é o labor que V. Exas. decidiram tocar no dia a dia e que escolheram.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. NELSINHO TRAD** (PSD - MS) – E aqui, Senadora Simone, eu gostaria apenas de ressaltar que a gente deve fazer um apelo ao Presidente Davi para que a gente possa priorizar a votação no Plenário, se aqui na Comissão for esgotada, da Ministra Maria Thereza vez que a Corregedoria do STJ está com a vacância em função da ascensão do ex-Corregedor, Ministro Humberto Martins, à presidência. De tal sorte que já faz algum tempo que essa vacância está definitivamente colocada. Então, a gente precisa priorizar a votação no Plenário para que esse espaço possa ser devidamente ocupado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Que Deus possa abençoar V. Exa. na certeza de que a sua história vai fazê-la desempenhar um excelente papel!

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Nelsinho Trad.

Respondendo à solicitação de V. Exa., nosso Presidente da CRE – essa também foi uma questão levantada pelo Senador Jayme Campos –, nós temos duas dificuldades apenas. Obviamente houve um pleito do Senador Jayme Campos de colocarmos essa votação, o envio dessa matéria, se aprovada for a Ministra – e eu não tenho dúvida de que será –, imediatamente, em regime de urgência, para o Plenário. É a única sabatina que fizemos nesta semana que depende de maioria absoluta. Portanto, temos que ter, pelo menos, 41 Senadores presentes. Não é possível votar no virtual, porque a votação é secreta, e obviamente precisamos dar uma margem aí. Então, ficará a critério do Presidente.

A segunda observação é que, justamente prevendo isso, o ato da Mesa é categórico quando fala de votações de sabatinas realizadas com maioria simples. Mas obviamente que, com a soberania do Plenário, a soberania dos Líderes e do Presidente do Senado, nós estaremos remetendo, se for a vontade do Colegiado, para a Mesa Diretora, que determinará de acordo com o entendimento dos Líderes, portanto, de V. Exas.

Na ordem de inscrição, Presidente Renan Calheiros.

Quer inverter?

**O SR. RENAN CALHEIROS** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para interpelar.) – Eu quero aproveitar a oportunidade, Senador Amin, Presidente da Comissão, Ministra Maria Thereza, para dizer da minha satisfação de participar desta sabatina.

Todos sabem que a Ministra Maria Thereza tem exercido, no Superior Tribunal de Justiça, com muita efetividade, com muita competência, o seu cargo de Ministra e proporciona hoje um grande momento a esta Comissão apesar da própria pandemia.

Eu queria, Presidente, fazer um apelo a V. Exa. para que todos nós nos empenhássemos no sentido de que essa apreciação ocorra hoje, senão, nós vamos ter consequências impensáveis em função dessa não deliberação do Senado Federal. Primeiro, ao não assumir o cargo de Corregedora Nacional de Justiça, a Ministra também fica impedida de exercer o seu papel no próprio STJ, o que, em outras palavras, deve mobilizar nossos esforços, para que essa votação ocorra efetivamente hoje. Nós vamos votar um sem-número de embaixadores. Não é que não seja importante votar embaixador. É importante votar embaixador, apesar da crise que vive a nossa Diplomacia – recentemente, nós tivemos aqui um exemplo da antidiplomacia dos Estados Unidos, quando mandou um secretário de Estado,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

daqui do Brasil, dizer impropérios contra a Venezuela, em detrimento de uma política que sempre orientou as nossas relações exteriores.

Eu queria dizer que seria muito importante o empenho pessoal de V. Exa. para que nós possamos votar o nome da Corregedora Maria Thereza hoje ainda, porque nós estamos, em função da pandemia, sem sessões presenciais – elas ocorrerão apenas esta semana, e eu não ouvi falar que elas possam, evidentemente, prosseguir –, e, se não fizermos isso, vai ficar muito mal para o Senado e haverá uma consequência terrível para a própria Corregedora, que não vai exercer seu papel nem na Corregedoria nem na turma.

Eu quero também aproveitar a oportunidade e destacar aqui, nesta Comissão, a presença do Presidente do STJ, Ministro Humberto Martins, que, como Corregedor, também cumpriu um importante papel, o que significa dizer que a nova Corregedora vai, evidentemente, pegar um CNJ nas condições anteriores...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. RENAN CALHEIROS** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para interpelar.) – ... postas em função da presença do Ministro Humberto Martins – mais uma vez cumprimentá-lo e agradecer.

E conto com o empenho pessoal de V. Exa. Eu mesmo me comprometo... Eu não sou Líder, evidentemente, mas eu mesmo me comprometo a falar com o próprio Presidente Davi Alcolumbre para que nós possamos queimar etapas e fazer, sem delonga, essa votação.

Meus parabéns à Ministra Maria Thereza.

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Novamente, respondendo a V. Exa., Senador Presidente Renan Calheiros, o Senador Jayme já havia pedido regime de urgência, e obviamente que vai ser deliberada por unanimidade a urgência do envio para a Mesa Diretora, e, aí, nós poderemos...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, a urgência para envio para o Plenário...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, nós temos que terminar até às 16h.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O último orador, que também não vai poder fazer perguntas, porque nós já encerramos a fase de arguição, é o Senador Weverton. Em seguida, nós vamos encerrar a votação, colocar o pedido de regime de urgência para votação, e encaminhá-lo para a Mesa Diretora; um passo por vez. Mas eu acho que é mais do que legítima a preocupação dos colegas, das Sras. e dos Srs. Senadores.

Último a falar – está encerrada não só a arguição, mas também a ordem de fala dos Senadores –, Senador Weverton.

**O SR. WEVERTON** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Para interpelar.) – Serei rápido, Presidente.

Quero cumprimentá-la pela semana que V. Exa. tem tido aqui dentro, de muito trabalho, e tenho certeza de que a missão está sendo cumprida.

Quero cumprimentar a Sra. Ministra Maria Thereza, próxima Corregedora do Conselho Nacional de Justiça – eu tenho certeza de que esta Casa irá deliberar nesse sentido.

Nós acompanhamos aqui a sabatina e ficamos bastante satisfeitos. Como nós não temos prazo para nenhum tipo de pergunta, na verdade, vai ficar uma sugestão, Sra. Ministra.

Eu fui o Relator da Emenda Constitucional 106, que tratou sobre o adiamento das eleições. E lá, colega Senador Esperidião Amin, todos os Senadores aqui presentes e Presidente, que eu aqui também cumprimento, Humberto Martins, Ministro daquela importante Casa, nós colocamos um inciso VI no art. 1º, que trata do seguinte: "Os atos de propaganda eleitoral não poderão ser limitados pela legislação municipal ou pela Justiça Eleitoral, salvo se a decisão estiver fundamentada em prévio parecer técnico emitido por autoridade sanitária estadual ou nacional". E o que eu quero pedir à nova Corregedora, que tão logo deve estar assumindo? É importante, os partidos devem provocar o CNJ e o CNMP para que deem essa orientação a todos os juízes eleitorais do nosso País afora, Sra. Ministra, para que a gente tente evitar alguns atropelos e até, é possível, excessos. Exemplo: nós já tivemos denúncias claras agora de que, em determinadas cidades, o juiz vai lá e proíbe, num determinado evento, soltar foguete; houve outra cidade em que o juiz proibiu fazer campanha de tal hora até tal hora. Não há na legislação, mas ele disse: "Vocês só podem ficar até às sete da noite". Outro grupo está proibido de fazer às sete da noite; tem que fazer às oito. Ou seja, cada cabeça está sendo uma sentença, e isso é perigoso. Então, como já está na Constituição e se coloca claro que, se ele não tiver uma orientação da autoridade sanitária, não pode proibir um ato de campanha. Claro, respeitando as sugestões das autoridades sanitárias, ela pode acontecer. Então, seria importante que o CNJ – fica aqui a sugestão – desse essa orientação, para que a gente possa ter uma campanha, uma eleição totalmente harmônica, como sempre teve. E o País sabe fazer muito bem isso.

No mais, quero parabenizá-la. Tenho certeza de que V. Exa. vai conseguir cumprir com muito afinco, com muita dedicação, como já o faz hoje na cadeira do Superior Tribunal de Justiça.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, quero dizer que eu tinha também – vim algumas vezes com ela – a máscara do Estado do Maranhão, e a deixei lá por esquecimento. Hoje, quando eu olhei o Senador Esperidião com a bandeira de Santa Catarina...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. WEVERTON** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – ... eu fiquei doido para voltar ao Maranhão e pegar a minha. Ficou muito boa!

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Weverton.

Estão encerradas as arguições, as ordens de inscrição. Eu já havia encerrado, inclusive, as falas. Eu preciso, pelo menos, proclamar o resultado até às 16h, em dois minutos. Obviamente, como chegaram dois Senadores que estavam nos seus gabinetes acompanhando, eu passarei a palavra, em seguida à apuração do resultado, aos colegas.

Portanto, eu vou encerrar a votação com 25 Sras. e Srs. Senadores votantes.

Declaro encerrada e peço à Secretaria da Mesa que apure para que eu possa proclamar o resultado.

*(Procede-se à apuração.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Aprovado, por unanimidade, o nome da Sra. Maria Thereza de Assis Moura, por esta Comissão, para ocupar o cargo de Corregedora-Geral, com 25 votos SIM.

A matéria vai ao Plenário.

Eu coloco em votação o pleito do Senador Jayme Campos, que pediu regime de urgência.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Encaminharemos imediatamente o processado para a Mesa Diretora.

Nós temos mais dois Senadores para, rapidamente, usar a palavra antes de encerrarmos esta reunião, não sem antes, novamente, agradecer a presença honrosa – e eu sei que ele representa todos os Ministros do Superior Tribunal de Justiça – do Ministro Humberto Martins, que, por coincidência, estava falando de V. Exa., Senador Renan Calheiros, ali na Secretaria, quando lembrou que, em 2006, meu pai foi designado por V. Exa., salvo engano, como Relator, mas já estava muito debilitado, muito doente – foi o ano também em que foi sabatinada a Ministra Maria Thereza –, e na época, portanto,





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

havia que se escolher outro Relator, e o Presidente desta Comissão acabou assumindo também a relatoria. Essa lembrança eu faço, de uma forma especial e carinhosa, ao ver V. Exa. plenamente restabelecido de uma doença que também, de alguma forma, acometeu o meu pai. Que Deus possa abençoá-lo, como possa abençoar todas as Sras. e Srs. Senadores!

Últimos aqui, apenas para fechar: eu peço que o Senador Omar Aziz e a Senadora Eliziane fechem, por todos nós, fazendo suas considerações finais.

Agradeço à Ministra a oportunidade de estar aqui.

Com a palavra, pela ordem, de preferência, Senadora Eliziane e, em seguida, Senador Omar Aziz.

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Presidente...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós temos que ter alguma vantagem, Senador. Por sorte, os senhores são cavalheiros! *(Risos.)*

Senadora Eliziane Gama, V. Exa. tem a palavra.

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sra. Presidente, eu queria cumprimentá-la e, em nome da Dra. Maria Moura, cumprimentar todas as mulheres e deixar, na verdade, Presidente, aqui o meu registro.

Ontem, nós fizemos aqui certo protesto, Presidente, pela pouca participação das mulheres, tanto nos cargos que tivemos ontem, na sabatina, como também hoje, aqui na CCJ, nessa votação realmente importante na Embaixada e também no CNJ. Infelizmente, hoje, não há um tratamento isonômico da participação das mulheres nesses cargos estratégicos. Por exemplo, o próprio CNJ mostra que as mulheres representam 44% no primeiro estágio da carreira, por exemplo, como juiz substituto, quando competem com os homens, por meio de provas objetivas, e passam a corresponder a 39% dos juízes titulares, ou seja, as mulheres ainda são minoria. E nós, na verdade, precisamos trabalhar todos os dias, lembrando que as mulheres estão mais presentes nas universidades, estudam mais. E muito embora, do ponto de vista formal, devam ganhar de forma igual, na prática a questão salarial ainda é muito desigual.

Então, Dra. Maria Moura, como as demais mulheres, em nome dela cumprimento todas as mulheres que aqui foram votadas, mas nós temos ainda muito a conquistar, não é? E eu fico muito feliz quando nós temos a Simone Tebet presidindo a Comissão de Constituição e Justiça, a mais importante Comissão do Senado Federal. Isso significa um avanço muito grande, uma progressão muito grande, mas, ao mesmo tempo, também a demonstração de que é um desafio que essa cadeira aí possa





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

continuar sendo ocupada por mulheres e que várias outras cadeiras aqui também de Comissões estratégicas nesta Casa...

*(Soa a campainha.)*

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – ... possam ser ocupadas por mulheres.

Mas parabéns a todas nós! Vamos comemorar o que conseguimos até hoje. Nós nem mesmo conseguíamos votar ou ser votadas. Hoje, já avançamos muito, mas vamos avançar cada dia mais, reconhecendo e agradecendo, é claro, a Deus e tributando a Deus também os avanços que nós tivemos até hoje.

Muito obrigada, Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu é que agradeço, Senadora Eliziane.

*Insha'Allah*, como diria o Senador Esperidião Amin! Lembrando que nós temos quase 200 anos de Senado Federal, e é a primeira vez em que uma mulher preside a Comissão de Constituição e Justiça. Que seja a primeira de muitas que virão!

Fazendo aqui uma deferência e homenagem a todos os Senadores e Deputados Federais, no pouco que nós avançamos, nós só avançamos porque tivemos o apoio incondicional dos Senadores e dos Deputados Federais. Aqui eu já havia tido a oportunidade de falar, Senador Omar Aziz, que é impressionante: quando a pauta é o combate à violência contra a mulher, nós temos a unanimidade dos Srs. Senadores e Deputados Federais, não só no voto; normalmente, há uma briga interna entre os Senadores para poder relatar as matérias apresentadas pela bancada feminina. Então, nosso reconhecimento e nosso agradecimento.

V. Exa. tem a palavra.

**O SR. OMAR AZIZ** (PSD - AM. Pela ordem.) – Eu quero, primeiro, cumprimentar V. Exa., Senadora Simone, fazendo uma lembrança do seu saudoso pai, que foi um grande Senador da República e teve a oportunidade, lá atrás, através do Presidente Renan, de conviver aqui e de fazer o bem pelo Brasil.

Segundo, fico muito feliz em ver o Senador Renan, nosso Presidente, restabelecido. Espero que ele possa restabelecer-se mais para poder continuar lutando pelo País.

Quero cumprimentar a Ministra e cumprimentar o Presidente, que está aqui, o nosso querido Humberto.

Acho que a Eliziane fala pouco, mas fala por todas.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só dizer que não dá para se iludir com corregedora mulher, viu, Eliziane? A última que nós tivemos, a Eliana Calmon, era pesada.

Então, eu espero que essa mão pesada também esteja na senhora.

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Omar, sem te cortar, lembro – o meu colega Weverton vai confirmar – que, no Maranhão, a gente diz que as mulheres precisam ser rapaduras: doces, mas muito duras e muito firmes. (*Risos.*)

**O SR. OMAR AZIZ** (PSD - AM. Pela ordem.) – Então, vejam bem: não dá para se iludir.

A Ministra Eliana Calmon, que eu tive o prazer de conhecer, era uma ótima cozinheira, adorava cozinhar, mas, na hora de pegar na caneta, era pesada.

E é isso que nós esperamos da senhora, Ministra. Eu não precisei ler o seu currículo. O Ministro Mauro Campbell, que nos honra muito no Estado do Amazonas, falou superbem da senhora. Eu tenho uma relação de amizade com o Ministro Humberto muito grande, mas o Ministro Mauro deu um testemunho sobre a senhora que fez desnecessário eu ler qualquer linha sobre a senhora em relação ao que ele me falou. Importante, muito mais importante para mim é o testemunho de um colega que convive diariamente com a senhora do que a gente ler um papel em que a gente escreve o que quer.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. OMAR AZIZ** (PSD - AM. Pela ordem.) – Eu espero que a senhora, como mulher...

Aqui nós temos debates sobre as mulheres, e há debates em que eu me escuso, eu não debato. Por exemplo, eu sou a favor da vida, mas acho que quem deve debater aborto é mulher. É a mulher quem fica gestante. Eu vou votar no que as mulheres quiserem aqui. Eu não tenho uma opinião sobre isso. Quem fica nove meses gestando um filho para nos dar são as mulheres. Então, como homem, eu não tenho o direito de dizer o que é bom para elas ou não. São elas quem têm o direito.

E talvez os maiores avanços que nós tivemos em relação às mulheres – e aí foi uma pressão a que o Renan cedeu –, pois as mulheres conquistaram tudo, tenham sido nos dois primeiros anos do Senado aqui: foi 30% para bancada feminina, cota, uma série de avanços...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. OMAR AZIZ** (PSD - AM. Pela ordem.) – Maria da Penha, uma série de avanços...

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Criação da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

**O SR. OMAR AZIZ** (PSD - AM. Para interpelar.) – Isso. Foi uma série de conquistas, Ministra, que tivemos aqui no Senado, quando presidido pelo Senador Renan, com a Presidente Simone Tebet à





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

frente, junto com várias valorosas mulheres que estiveram aqui no Senado ou que ainda estão no Senado. Honrou-nos muito a companhia delas, e a gente aprendeu muito.

Por isso, que Deus possa abençoá-la nessa missão!

E não se iludam com as mulheres! Esse negócio de ser minoria, não: quando elas assumem, elas botam mesmo a tinta no papel!

Que a senhora possa fazer um bom trabalho, em meu nome, em nome do povo do Amazonas e do depoimento que o Ministro Mauro Campbell me deu sobre a senhora. Muito obrigado pela sua presença aqui.

**A SRA. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA** (Para expor. *Fora do microfone.*) – Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

Eu acabei de ser acionada novamente pela Mesa, mas eu não poderia deixar de ouvir o nosso mestre, o nosso decano, o nosso queridíssimo e sempre Presidente... Eu tive a honra de ser presidida pelo Senador José Maranhão logo que cheguei aqui no Senado, nesta Comissão.

Então, com a palavra, V. Exa., que vai fechar e fechar com chave de ouro.

Eu peço desculpas aos demais que porventura chegarem, mas eu vou realmente ter que deixar o nosso decano falar por último, para que possamos ir, imediatamente após, ao Plenário para as votações.

Com a palavra V. Exa., como muita honra, Senador.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem.) – Sra. Presidente, Sra. Ministra, meus companheiros Senadores que fazem parte desta Comissão, lamentavelmente eu me atrasei e perdi a votação. Mas não vou perder tudo porque vou ganhar lá no Plenário: daqui a pouco, a senhora estará sendo confirmada pelo Plenário – e eu serei um dos votos positivos –, pelo seu currículo, pela sua história e, sobretudo, pelo simbolismo de mais uma mulher ocupar a cadeira em um tribunal superior.

Realmente, isso é importante para o Brasil e é importante para a política das mulheres. É assim, pela competência, pela persistência e, sobretudo, pelo caráter, pela firmeza e pelo saber jurídico e de outras especialidades, que as mulheres, em cada um dos setores, vão rapidamente ocupando espaços. Há muitos espaços ainda em todos os órgãos do Poder Legislativo, do Poder Executivo, do Poder Judiciário que precisam ser ocupados pelas mulheres. O ideal é que exista uma paridade: meio a meio. Sendo metade mulher, metade homem, eu tenho certeza de que as coisas funcionariam muito melhor.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

É um apanágio das mulheres fazer com perfeição, com exatidão e com precisão toda aquela responsabilidade que elas assumem. Eu tenho certeza de que a senhora, também sob esse aspecto, vai ser mais uma mulher ilustre honrando a condição de mulher num órgão superior do País.

**A SRA. PRESIDENTE** (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Após as palavras do nosso decano, nada mais havendo a tratar, eu agradeço a todos e declaro encerrada a presente reunião.

Está encerrada.

*(Iniciada às 14 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 10 minutos.)*





SENADO FEDERAL  
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2020, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dezenove horas e quarenta e três minutos do dia dezenove de outubro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Confúcio Moura, Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Major Olimpio, Roberto Rocha, Eduardo Girão, Izalci Lucas, Leila Barros, Alessandro Vieira, Lucas Barreto, Otto Alencar, Carlos Viana, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Maria do Carmo Alves, Zenaide Maia, Diego Tavares, Marcos Rogério e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Senadores Plínio Valério, Styvenson Valentim, Eliziane Gama, Jaques Wagner e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de autoridades. ITEM 1 - Mensagem (SF) nº 67, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e art. 3º do Anexo I do Decreto nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000, a indicação do Senhor VITOR EDUARDO DE ALMEIDA SABACK, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, na vaga decorrente do término do mandato de Ney Maranhão." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. Em função do momento atual de pandemia, o president, senador Fabiano Contarato, submete a apreciação a dispensa de leitura e aprovação desta ata da reunião realizada neste dia, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e um horas e vinte e dois minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Fabiano Contarato**  
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:  
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/10/19>







SENADO FEDERAL  
Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Fala da Presidência.) – Boa noite a todos.

Invoco a proteção de Deus e declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, da 2ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado Federal, destinada a realizar a arguição pública do Sr. Vitor Eduardo de Almeida Saback, indicado pelo Presidente da República para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

Proponho às Sras. e aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 6ª Reunião de Comissão de Meio Ambiente.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Antes de iniciarmos, comunico as seguintes diretrizes para a 7ª Reunião.

O relatório do Senador Eduardo Gomes sobre a Mensagem 67, de 2020, foi apresentado à Comissão e disponibilizado no Portal do Senado Federal em 16/10/2020. Assim, ficou concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, inciso II, do Regimento Interno, combinado com o art. 3º do Ato da Comissão Diretora 9º, de 2020.

A reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota dos membros desta Comissão por meio do sistema de videoconferência. No entanto, a votação será obrigatoriamente presencial e deve ser realizada em uma das urnas de votação secreta assim distribuídas: duas urnas *drive-thru* instaladas na entrada da garagem coberta, duas urnas no corredor da Ala Senador Alexandre Costa, uma urna aqui no interior do Plenário nº 3.

Iniciaremos os trabalhos com a leitura do relatório pelo Senador Eduardo Gomes. Após o Relator, o Sr. Vitor Saback terá a palavra por dez minutos para sua exposição inicial, quando então a votação será aberta. Na fase de inquirição, cada Senador interpelante disporá de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta imediata do interpelado, facultadas réplica e tréplica, ambas também imediatas por três minutos.

Primeiramente, farão perguntas os Senadores presentes na sala e, então, segundo ordem de inscrição, os Senadores que estão remotos. Perguntas encaminhadas pelos cidadãos por meio do Portal e-Cidadania serão lidas por este Presidente para que o candidato possa respondê-las. A votação do relatório será, então, concluída com a apuração dos votos secretos e divulgação do resultado.

Cumpridos os protocolos sanitários, os atos normativos da Casa e as diretrizes acordadas com a Secretaria de Comissões e a Secretaria de Polícia Legislativa, o acesso à sala de reunião estará restrito às Sras. e aos Srs. Senadores, à autoridade indicada, aos servidores da Secretaria de Comissões, do Prodasen, da Secretaria de Comunicação Social e da Polícia Legislativa, no estrito exercício de suas atribuições e no menor número possível de pessoas.

Sendo necessário apoio a algum Parlamentar presente, poderá vir à sala de reunião um assessor, retirando-se imediatamente após a finalidade cumprida.

As regras e procedimentos para esta reunião foram assim definidas para minimizar o risco de transmissão do Covid-19 no âmbito do Senado Federal e, no que couber, estão de acordo com o Decreto Legislativo nº 6, de 2020; com Atos da Comissão Diretora 7 e 9, de





SENADO FEDERAL  
Secretaria-Geral da Mesa

2020; com os Atos do Presidente 2, 3, 4 e 6, de 2020; com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa 14, de 2020; e com o Ato da Diretoria-Geral 4, de 2020.

Quaisquer questões adicionais serão decididas ou determinadas pelo Presidente da Comissão ao longo dos trabalhos. Para dar início, comunico aos que participam remotamente que as mãos serão abaixadas e neste momento estão abertas as inscrições para a lista de oradores.

Quero também aqui registrar a presença da esposa do Sr. Vitor Saback, Júnia Maria Junqueira Saback; da presidência da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, Sra. Christianne Dias Ferreira.

**ITEM 1**  
**MENSAGEM (SF) Nº 67, DE 2020**  
**- Não terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 9º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e art. 3º do Anexo I do Decreto nº 3.692, de 19 de dezembro de 2000, a indicação do Senhor VITOR EDUARDO DE ALMEIDA SABACK, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, na vaga decorrente do término do mandato de Ney Maranhão.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Eduardo Gomes

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Observações:**

*Após a arguição do indicado, a votação do Relatório realizar-se-á por escrutínio secreto, nos termos do Art. 383, VI, do Regimento Interno do Senado Federal.*

Com a palavra o Relator, Senador Eduardo Gomes.

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Fabiano Contarato, é uma honra falar com V. Exa. hoje, na Presidência da reunião. Todos nós estamos aqui com muita saudade dos nossos colegas que estão lutando e vencendo a pandemia do Covid-19. Tiro a máscara aqui pela segurança da distância. Todos estão usando máscara. Quero cumprimentar os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras.

Vou, Sr. Presidente, antes da leitura do meu relatório, que será bem sucinto, adicionar uma observação, pela vontade de alguns colegas, por respeito e admiração ao indicado, ao sabatinado, por ser uma pessoa, praticamente, da rotina legislativa.

Durante esse um ano e oito meses, coube ao nosso indicado, Vitor Eduardo de Almeida Saback, uma convivência da melhor qualidade com os Senadores e as Senadoras, pautada pelo respeito, pela dedicação profissional que, tenho certeza, neste momento, honra os seus amigos e a sua família. Ao mesmo tempo, cumprimento a sua esposa, que está presente; a Dra. Christianne, Presidente da ANA, e os servidores da ANA, pela qualidade do servidor que estão prestes a receber. Então, pela sua conduta colaborativa e respeitosa com o Senado, faço essa observação, tenho certeza de que acompanhado por muitos, a esse relatório.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, chega ao exame desta Comissão de Meio Ambiente, a Mensagem nº 67, de 2020, em que o Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Senhor Vitor Eduardo de Almeida





SENADO FEDERAL  
Secretaria-Geral da Mesa

Saback para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), na vaga decorrente do final do mandato do Sr. Ney Maranhão.

O *curriculum vitae* do indicado registra que o Sr. Vitor Eduardo de Almeida Saback graduou-se em Administração pela Universidade de Brasília (UnB) e que é pós-graduado em Finanças e Mercado de Capitais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O Sr. Vitor Saback iniciou sua carreira profissional na Caixa Econômica Federal, em 2005. Em 2011, prestou concurso para o Ministério Público da União, no cargo de Analista de Gestão Pública, tendo-o assumido em 2012. Trabalhou como assessor da Secretaria de Relações Institucionais do Gabinete do Procurador-Geral da República de 2012 a 2015. De 2015 a 2018, foi assessor especial da Subchefia de Assuntos Parlamentares da Secretaria de Governo da Presidência da República. Desde 2019, exerce a função de assessor especial do Ministro da Economia nas demandas que tenham relação com o Congresso Nacional.

Quanto à capacidade de gestão e direção administrativa do Sr. Vitor Saback, reforçamos ainda que o currículo do indicado relaciona sua atuação, no presente, como conselheiro de administração da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap).

Cabe mencionar, a título de destaque, as condecorações recebidas pelo indicado, como: a Medalha da Ordem do Mérito da Defesa, no Grau de Comendador, e as Medalhas do Mérito Tamandaré, concedida pela Marinha do Brasil; Santos-Dumont, pela Força Aérea Brasileira; Ordem do Mérito Bombeiro Militar do Distrito Federal Imperador Dom Pedro II; e a Moção de Louvor por trabalhos Sociais voluntários prestados à população do Distrito Federal concedida pela Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Na argumentação escrita, o indicado ressalta sua participação, como integrante do Ministério da Economia, nos esforços pela aprovação do novo marco regulatório do saneamento básico, bem como a sua experiência em administração, necessária para articular e gerenciar um arcabouço de mais de 50 órgãos e instituições federais, estaduais e municipais, responsáveis pela gestão da água em diversos níveis de competência e atribuições em nosso País.

Assim, tendo em vista o histórico pessoal e profissional apresentado e aqui resumido, comprovado pela documentação enviada, entendemos dispor esta Comissão de informações para deliberar sobre a nomeação do Senhor Vitor Eduardo De Almeida Saback para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

Este é o relatório, Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado, Sr. Senador Eduardo Gomes. Parabéns pelo relatório. Também estou com muita saudade de V. Exa. e dos colegas.

Quero também aqui registrar que é com grande satisfação que eu recebi inúmeros telefonemas de colegas, ratificando o nome do indicado hoje aqui. Destaco o Senador Lucas Barreto, a Senadora Rose de Freitas, dentre outros colegas.

Tenho certeza de que, como o quórum aqui está, pela capacidade técnica, o senhor muito dignificará o cargo que está na iminência de ocupar.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, uma questão de ordem, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra o Senador Izalci.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu queria pedir a V. Exa. duas providências.





SENADO FEDERAL  
Secretaria-Geral da Mesa

A primeira delas, como já aconteceu em outras, é que V. Exa., logo agora ou após a fala do Sr. Vitor, abrisse a votação, tendo em vista que alguns aqui, como o Esperidião Amin, chegaram aqui às 8h da manhã e a maioria aqui já conhece muito a capacidade do nosso sabatinado.

Segundo, eu gostaria de pedir a V. Exa. também que àquelas perguntas por *e-mail*, com todo o respeito, o sabatinado pudesse mandar por *e-mail* a resposta depois, para que todos fossem respondidos, como também já aconteceu em outras reuniões.

Eram essas as minhas ponderações.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado pela intervenção, Senador Izalci, que estará sendo acatada. Eu vou quebrar esse protocolo e já vou determinar à Secretaria que abra a votação.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Imediatamente passo a palavra ao Sr. Vitor Saback, para a sua manifestação.

**O SR. VITOR EDUARDO DE ALMEIDA SABACK** (Para expor.) – Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Fabiano Contarato, Exmos. Srs. Senadores...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. VITOR EDUARDO DE ALMEIDA SABACK** (Para expor.) – Pode? Pode? *(Pausa.)* Com licença.

Isso, isso. Obrigado. Obrigado, Senador.

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Fabiano Contarato; Exmos. Srs. Senadores, Sras. Senadoras; demais presentes; senhores e senhoras que nos acompanham por vídeo: boa noite; boa noite, Senadores.

É uma honra e uma satisfação muito grande estar aqui neste Plenário, neste momento, para, com respeito e humildade, ser sabatinado por V. Exas. para exercer um mandato de Diretor da Agência Nacional de Águas.

Em primeiro lugar, gostaria de registrar meus agradecimentos ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, pela confiança em mim depositada; ao Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre; ao Exmo. Sr. Ministro da Economia, Paulo Guedes, com quem tenho a honra de trabalhar; ao Exmo. Sr. Ministro de Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, ao qual está vinculada a Agência Nacional de Águas e Saneamento. Quero agradecer e elogiar também o Senador Eduardo Gomes, designado Relator de minha mensagem.

Muitos dos Srs. Senadores me conhecem: acompanhei por anos os trabalhos desta Casa legislativa. Em todos esses anos, estive incansavelmente trabalhando dentro do Governo Federal, para buscar alternativas para os problemas do País. Desde o Código Florestal, lá em 2012, quando já fazia parte do quadro de servidores do Ministério Público, até o novo marco do saneamento, agora em 2020.

Contribuí com a aprovação da Lei das Agências Reguladoras, sancionada em 2019, relatada pela Senadora Simone Tebet; com a aprovação do novo Marco Legal do Saneamento,





SENADO FEDERAL  
Secretaria-Geral da Mesa

sancionado em julho deste ano, relatado pelo Senador Tasso Jereissati, com participação efetiva, inclusive como Relator, em determinado momento, pelo Senador Roberto Rocha.

Acompanho de perto a luta do Senador Otto Alencar pela revitalização do Rio São Francisco, a luta do Sr. Presidente Fabiano Contarato pelo meio ambiente equilibrado, da Senadora Rose de Freitas por educação, do Senador Eduardo Braga e de diversos Parlamentares do Norte pela preservação da Amazônia, a preocupação com os Municípios e com a gestão descentralizada que tem o Senador Wellington Fagundes; a luta do Senador Amin pela necessidade de ampliação do microcrédito, que rendeu inclusive um prêmio ao Sr. Muhammad Yunus, e da Senadora Soraya Thronicke, com o forte propósito de modificar a Lei de Falências e Recuperação Judicial, e todos os Srs. e Sras. Senadores.

A negociação que travei com V. Exas., em cada um desses assuntos, me fez maior e me fez entender e vivenciar os problemas do Brasil. O Poder Executivo, ao qual me dediquei por muito tempo, me deu um olhar sobre a multiplicidade de soluções para o mesmo problema, da complexidade de se chegar a uma decisão final sobre determinado assunto, levando-se em conta diferentes pontos de vista. E, assim, depois de anos buscando soluções negociadas, primeiro dentro do Governo e depois no Parlamento, estou diante do maior desafio da minha carreira, que é contribuir na regulação do que considero ser o recurso natural mais precioso do Planeta: a água. Farei isso com a mesma vontade que sempre me pautou por soluções negociadas, se possível consensuadas, com participação de todos os interessados.

Da mesma forma, acredito ter a determinação necessária para enfrentar um grave problema que assola o nosso País: a universalização do acesso à água potável e ao esgoto tratado para todos os brasileiros. O novo marco, concebido sob esse princípio fundamental, deu à ANA a atribuição de editar as normas de referência para as agências subnacionais.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, a Agência Nacional de Águas completa, neste ano de 2020, 20 anos de existência. Saúdo, neste momento, os servidores desta instituição, que, por todos estes anos, se dedicam a essa agenda importante. A agenda de águas pouco seria em nosso País se não contasse com a dedicação do competente quadro técnico de servidores da ANA.

Ao me dedicar aos belíssimos materiais produzidos pela agência, percebo que temos um painel de controle completo, preciso, sobre o mapa das águas do nosso País.

Caso venha a ser agraciado com a aprovação por este Senado Federal, contem comigo para preservar a autonomia da agência e para, em conjunto com os órgãos formuladores de políticas públicas, como o nosso Ministério de Desenvolvimento Regional, ser um importante agente de transformação efetiva do setor.

Além da ANA, há mais guerreiros lutando pela agenda das águas, de revitalização das bacias e dos aquíferos, pela segurança hídrica, e que sabem o caminho que precisa ser percorrido. Falo de todo o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

A Política Nacional de Recursos Hídricos determina, entre seus fundamentos, que a gestão de águas deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

Os conselhos de recursos hídricos nacional e dos estados, ao reunirem representantes dos governos, da sociedade civil e dos usuários da água, constituem arenas apropriadas para o debate e definição de diretrizes para questões de regulação e proteção dos recursos hídricos e demandam um fortalecimento de sua relevância, especialmente para melhorar a coordenação dos planos de recursos hídricos com outros planos setoriais e de desenvolvimento.







SENADO FEDERAL  
Secretaria-Geral da Mesa

Os órgãos gestores de recursos hídricos, por sua vez, são atores fundamentais para a gestão descentralizada das águas, especialmente considerando que a maior parte dos corpos d'água e, por consequência, das intervenções sobre eles estão sob domínio dos Estados. É papel da ANA, e assim quero me pautar, promover o fortalecimento das capacidades dessas instituições e melhorar sempre a articulação e o diálogo com elas, com programas de capacitação, de estímulo ao alcance de resultado, de compartilhamento de experiências e sistemas.

Por fim, os comitês de bacia constituem os espaços para o exercício da gestão participativa dos recursos hídricos, constituindo o Parlamento das Águas, onde os diferentes interesses presentes na bacia são colocados em discussão, buscando a conciliação entre eles. É o espaço por excelência para que os afetados diretos indiquem as diretrizes de uso dos recursos hídricos. Buscarei, em minha atuação, promover as condições para que o diálogo e a participação sejam efetivos, em especial nos comitês de rios de domínio da União.

Eu gostaria de abordar sucintamente três assuntos em minha exposição inicial: a ideia de abundância de recursos hídricos em nosso País, que acabou gerando por anos a fio o uso abusivo de rios e lagos; os usos múltiplos e os conflitos alocativos, cada vez mais frequentes; e, por fim, a importância da universalização do saneamento, principalmente no momento em que enfrentamos uma pandemia do novo coronavírus.

O Brasil tem hoje 13% das reservas de água doce do mundo. No entanto, a distribuição dos recursos hídricos é irregular: 70% de toda a água está na Amazônia, onde se tem baixa concentração demográfica. De outra parte, a Região Nordeste, por exemplo, onde reside 29% da população brasileira, conta com apenas 3% da disponibilidade hídrica. Ainda temos hoje 35 milhões de brasileiros sem acesso a água tratada e há um desafio de gerenciamento de nossas reservas hídricas. Os números estão postos e a informação está acessível, mas não está amplamente disseminada na sociedade, não da forma como deveria.

Vejam os senhores que, nos locais com abastecimento, ao distribuir a água para garantir o consumo, o sistema sofre perdas de, em média, 40%, podendo chegar a 70% em alguns locais. Para efeito de comparação, são 7 mil piscinas olímpicas de água potável perdidas todos os dias. E vejam só os senhores: temos demandas crescentes por uso de água e uma disponibilidade em queda, seja por conta da produção crescente de poluição, que contamina os nossos corpos hídricos – e eu vou chegar lá quando falar de saneamento –, ou por fatores naturais, como a estiagem.

Para esse ponto, acredito ser necessário aprimorar a gestão da demanda, buscar um maior controle de perda, estudar o reuso de água, investir e ampliar o acesso a novas tecnologias e métodos modernos no aproveitamento da água, entre outros. A água é um recurso estratégico e deve ser usada de forma eficiente.

Quando falo da demanda crescente por uso de água, entro na questão dos usos múltiplos e dos conflitos alocativos. O crescimento demográfico traz consigo impactos importantes que intensificam o uso de água: o aumento da quantidade necessária ao consumo humano, aumento da necessidade de produção de energia, de produção de alimentos, etc. E, como diz a campanha recente da ANA, a água é uma só. Equacionar esse conjunto de interesses com a precaução necessária para garantir a segurança hídrica frente a eventos adversos é tarefa que necessita de visão estratégica e planejamento. Tal cenário impõe um regulador à convivência cotidiana com os conflitos de uso, como os que acontecem atualmente em Furnas e no Pantanal.





SENADO FEDERAL  
Secretaria-Geral da Mesa

A Agência Nacional de Águas, para acompanhar as demandas e mediar, instala as chamadas salas de situação, onde usuários e comunidades são ouvidos, as informações são compartilhadas, publicizadas, e os interesses conciliados. Além disso, as salas dão suporte importante à equipe de defesa civil.

Não poderia deixar de mencionar a pandemia que assola o mundo. Há estudos que indicam que a falta de água tratada e saneamento favorecem a circulação do coronavírus. Demos um passo importante com a aprovação por esta Casa do novo marco do saneamento. Gostaria de tecer alguns comentários sobre o saneamento, a começar pelo diagnóstico.

Hoje, no País, mais de 100 milhões de brasileiros não contam com serviços de coleta de esgoto, e, de todo o esgoto coletado, 54% não recebem tratamento. Ou seja, nosso País tem aproximadamente 25% de esgoto tratado. Despejamos, Sr. Presidente, 6 mil piscinas olímpicas de esgoto não tratado, diariamente, em nossos rios e lagos.

O novo marco prestigia a universalização do serviço e propõe metas audaciosas para serem cumpridas até 2033: 90% de coleta e tratamento de esgoto e 99% de abastecimento de água. É uma medida importante, sob diferentes olhares: social, ambiental, econômico, entre outros. Ambiental, pelo que mencionei: não adianta apenas controlar a demanda pelo consumo de água bruta, se comprometemos nossos rios e lagos com esgoto *in natura*. É um avanço muito grande para a agenda ambiental e social, porque o acesso à coleta e ao tratamento é fator de desenvolvimento, valoriza a comunidade, reduz doenças, melhora os indicadores de educação, enfim, é um verdadeiro vetor de dignidade da pessoa. E econômico, pela necessidade de aplicação de vultosos investimentos em obras, com a consequente geração de emprego e diminuição com o gasto de saúde pública. Estima-se que a cada real aplicado em saneamento economiza-se quatro em atenção básica, entre outros.

Para finalizar, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, gostaria de pontuar novamente o meu entusiasmo em poder contribuir em tão honrosa função de dimensão global. Inicia-se um tempo de novas experiências e esforços para a ANA, e me orgulhará muito, caso aprovado, pautar a minha conduta pelo fundamento de, em articulação com o setor ambiental, assegurar à atual e futuras gerações água em quantidade e qualidade necessárias, bem como saneamento em todas as residências deste País.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Vitor.

Vamos à arguição conforme a lista de inscrições. Primeiramente os Senadores presentes e, em seguida, os Senadores remotos.

Quero aqui registrar a minha satisfação em ver a Senadora Leila e a Senadora Soraya, que muito dignificam este Senado Federal. Eu tenho muito orgulho de estar atuando nesta Legislatura com mulheres que dignificam e muito a honrada classe dos seres humanos, a honrada classe dos políticos. Faço questão de fazer esse registro porque é do meu coração. V. Exa. sabe disso, sabe do meu carinho e do meu respeito. Diferenças existem, como em qualquer lugar, mas isso é que fortalece a democracia.

Concedo a palavra ao Senador Major Olimpio para sua manifestação.

**O SR. MAJOR OLIMPIO** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, é uma satisfação estar aqui presente numa reunião do Senado, porque a pandemia nos colocou distantes fisicamente, mas com o mesmo espírito de fazer o melhor para o País, como disse V. Exa., cada um no seu papel, com a sua visão. E por isso é que o Senado tem a







SENADO FEDERAL  
Secretaria-Geral da Mesa

missão, como Câmara Alta, de fazer as sabatinas e votar cargos que são fundamentais para a estrutura do nosso País.

Eu fiz questão de estar aqui nesta reunião para dizer que farei duas questões para estimular o debate. O Sr. Vitor Saback é uma pessoa que nós aqui já conhecemos com profundidade, a sua capacidade, a sua dedicação, a sua forma de atender todas as pessoas, todos os Senadores, independentemente do partido político.

Eu quero dizer que nós votamos matérias muito importantes no campo da economia nestes quase dois anos, muita coisa foi acordada, muita coisa foi construída, mas o que os holofotes não mostram é que o papel de V. Sa. foi muito mais profundo muitas vezes do que os holofotes e as câmeras estão mostrando, daí ser mais do que justa a sua indicação. Não estamos aqui para avaliar quem indicou e sim quem foi o indicado. E, neste momento, dizer ao Brasil que está nos acompanhando que o fato de o Relator ter sido muito breve ao tecer as considerações, mas muito firme, acaba representando o pensamento de todos nós.

Quando se vai para a área de águas e de saneamento, eu quero lembrar aqui o que eu presenciei, o que eu acompanhei, o que eu ajudei a debater. Sabe, Senador Fabiano, para votar esse marco legal do saneamento... É uma pena que, até em função dos riscos, por ser maior de 65 anos de idade, o Senador Tasso Jereissati não esteja aqui presente para dizer o quanto o Vitor foi decisivo, foi participativo.

Ele atuou de todas as formas. Não foi ele quem não cumpriu o acordo. E até os acordos foram celebrados em função da condição técnica dele e dos demais componentes da economia e da manifestação de Líderes partidários. O art. 20, em que houve um acordo com o Governo – e eu pedi esse acordo –, V. Sa. trabalhou com muita força e muito vigor porque era o melhor para o Brasil. Então, aqui o voto é secreto, mas, se há um voto que eu vou fazer com a maior tranquilidade do mundo e com a plena concordância, é o voto em V. Sa. para representar o Brasil na Agência Nacional de Águas e Saneamento.

E até para estimular a sua fala – já foi extremamente feliz e colocou exatamente com a sua humildade, que é peculiar, mas com a sua capacidade, que é inerente à sua figura pública –, para estimulá-lo, para amarrar mesmo o goleiro na trave para V. Sa. bater o pênalti sem o menor risco, na sua opinião, a importância da iniciativa privada no processo de prestação de serviço, em especial a sua universalização para que as pessoas mais carentes tenham acesso à água tratada e ao esgoto, nos dados que V. Sa. já colocou, simplesmente a sua visão sobre a participação da iniciativa privada. E, no seu entendimento, como a iniciativa privada...

Eu estou perguntando, não sou lobista da iniciativa privada não, é porque toda a linha de participação da iniciativa privada é um modelo que foi trazido agora através do trabalho de V. Sa., como muita gente trabalhou, mas V. Sa., na madrugada, nos contatos por telefone, estimulando, muitas vezes explicando o que não era exatamente V. Sa. que tinha que explicar, dizendo com toda a tranquilidade do mundo: "Senador, veja o lado bom disso, porque nós vamos chegar. Deixa que nós vamos ajustar". E acabou acontecendo uma legislação.

Mas também, no seu entendimento, como a iniciativa privada que atua no serviço de saneamento básico há mais de meio século será ouvida e poderá contribuir na prestação de serviço e na sua regulamentação, que é outro passo importante – e tenho certeza de que V. Sa. vai contribuir muito. Está aqui a Presidente da ANA, que eu não tive oportunidade de conhecer pessoalmente, mas eu quero me colocar à disposição porque, no curso deste debate, não com a profundidade do Fabiano Contarato, nosso Presidente, que é um estudioso e Presidente da Comissão, mas todos nós acabamos ficando impactados por esse volume de dados: quando se





SENADO FEDERAL  
Secretaria-Geral da Mesa

fala que mais de 100 milhões de brasileiros não têm acesso ao esgoto tratado; quando vocês falam que, de cada R\$3 a R\$4 gastos com saneamento, nós vamos economizar, não, de cada R\$1 gasto com saneamento, de R\$3 a R\$4 nós vamos economizar em saúde.

Então, eu faço essas considerações e faço as perguntas mais como uma homenagem e uma oportunidade do que como uma forma de arguição, porque V. Sa. foi arguido por quase dois anos, todos os dias de todas sessões, em todos os assuntos que impactavam o Ministério da Economia e, logicamente, tudo que impacta a economia em todas as Comissões; e sempre V. Sa. deu suporte. A ANA está ganhando demais com V. Sa. O Brasil está ganhando demais.

Bem, ficam essas duas contribuições aí só para que V. Sa. possa demonstrar um pouquinho mais para o Brasil o quanto é estudioso do Brasil, o quanto quer o bem do Brasil, o quanto se aprofundou nas questões de água e saneamento para que pudesse estar aí sendo sabatinado pelo Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Major Olimpio.

Concedo a palavra ao sabatinado, pelo prazo de cinco minutos, para apresentar sua resposta.

**O SR. VITOR EDUARDO DE ALMEIDA SABACK** (Para expor.) – Senador Major Olimpio, primeiro, obrigado pelas palavras. Eu me sinto absolutamente honrado por receber esse elogio do senhor.

Colocando um pouco sobre o novo marco do saneamento, ele prestigiou a universalização do serviço. Então, esse que é o lema do novo marco do saneamento, foi o que guiou a construção do texto. Então, houve uma discussão. Se é público ou privado, não é isso; prestigiou-se a universalização e quem tem a capacidade de investimento para promover a universalização dos serviços ou 90% da universalização do serviço até 2033.

Então, eu agradeço muito o elogio do senhor. É exatamente isto: eu acho que a iniciativa privada hoje tem capacidade de absorver um grande volume, ela tem um grande volume de investimento para aplicar. E o papel da ANA nisso é justamente, do ponto de vista da regulação, dar transparência, deixar o mercado livre para a iniciativa privada, sem muito tumultuo, com tranquilidade, conseguir entrar. Eu cito aqui a segurança jurídica, a estabilidade para a atração de investimento, isso é bem importante para a entrada do investidor. Então, na verdade, eu acho que a iniciativa privada tem muito a contribuir. A legislação anterior prestigiou um pouco mais as agências estaduais. E o marco não olha se é estadual ou se é privado; o marco olha a universalização do serviço, e é isso que é importante.

Obrigado.

**O SR. MAJOR OLIMPIO** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Sem tréplica, Sr. Presidente. Só vou dar meu voto agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado ao sabatinado.

O Senador Otto Alencar pediu a palavra pela ordem, e eu vou pedir permissão para conceder a palavra ao Senador Otto Alencar.

Senador Otto, estou com saudade de V. Exa. também.

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD - BA. *Por videoconferência.*) – Senador Contarato, eu agradeço a V. Exa.

Está me ouvindo?





SENADO FEDERAL  
Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeitamente.

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD - BA. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Pois não.

Eu não estou presente. Eu gostaria de estar presente na sabatina desse técnico de escol, uma das pessoas com maior poder de convencimento até no trato com os Senadores que são mais independentes. Ele me convenceu várias vezes pela exposição técnica que sempre faz, pela capacidade que tem de conhecimento de todos os temas. Eu gostaria de estar presente para votar positivamente no Vitor Saback, mas reconheço que ele tem todas as qualidades, reúne todos os pré-requisitos para ocupar esse cargo de relevância na ANA.

Sei que ele vai ser cuidadoso nas suas decisões a respeito da preservação do meio ambiente. Ele, tanto quanto V. Exa., Senador Contarato, tanto quanto eu, defende o meio ambiente e conhece o valor de preservação das nossas florestas, da Floresta Amazônica, da Mata Atlântica, da preservação dos rios e das nascentes das águas, fundamentais para garantir a sobrevivência das futuras gerações.

Portanto, se há uma indicação que eu posso considerar louvável feita pelo Presidente da República é a indicação do Dr. Vitor Saback. Eu fico muito feliz e encaminho, como Líder do PSD, aos meus colegas que estão participando desta reunião, o voto pela sua aprovação, porque eu sei que ele vai corresponder à expectativa do Brasil e também do meio ambiente e das políticas públicas todas que ele conhece de forma muito correta e minuciosa até, como o Código Florestal e outras matérias que foram acompanhadas por ele, votadas e aprovadas no Senado e no Congresso Nacional.

Parabéns!

Eu espero que você possa dar essa contribuição que todos os brasileiros esperam de você, meu estimado e querido amigo Vitor Saback.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Otto.

E aqui eu queria, para não fazer injustiça, registrar a minha satisfação com a presença do Senador Esperidião Amin, um professor, nosso professor, uma pessoa com quem eu tenho aprendido desde o primeiro dia, quando tomei posse aqui, nesta Casa. Falar para o Eduardo Girão também da minha alegria em tê-lo como colega e ao meu amigo que estou conhecendo, com todo o respeito, hoje, o Senador Diego Tavares: bem-vindo a esta Casa, que está de braços abertos para acolhê-lo! V. Exas. dignificam muito o Senado e eu tenho muito orgulho de estar aqui com vocês.

Eu passo agora a palavra à Senadora Leila Barros, para a sua manifestação.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpellar.) – Eu vou tirar aqui a máscara rapidinho.

Sr. Presidente, eu cumprimento o senhor e todas as Senadoras e Senadores na noite de hoje, em especial, o Vitor Saback.

Eu acho que, depois dos pronunciamentos do Senador Otto e do Senador Major Olimpio, fica fácil para mim, sendo uma Senadora de oposição, tecer também elogios, porque o Vitor tem uma facilidade, não só pela qualidade técnica dele também, mas pela facilidade de dialogar. Realmente, é um grande quadro que certamente vai sair daqui como uma unanimidade, que se incorpora à diretoria da ANA e que vai somar muito à agência.

Então, desejo toda a sorte para você, Vitor.





SENADO FEDERAL  
Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu gostaria de fazer umas perguntas, porque eu acho que é interessante neste momento, até para que você possa esclarecer um pouco a respeito da situação da própria agência. Acho que você, por ter acompanhado muito o marco do saneamento, com todos nós aqui na Casa...

A Lei 14.026, de 15/07/2020, o novo Marco Regulatório do Saneamento Básico, atribuiu à ANA novas competências. A agência passou a ser responsável pela instituição de normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico. Na discussão do PL 4.162, de 2020, convertido na citada lei, surgiu forte polêmica sob alegação de que a água estava sendo, na prática, privatizada.

Sem entrar no mérito dessa discussão, entendo que a ANA tem papel fundamental em garantir que a gestão e as decisões das empresas do setor tenham como prioridade o interesse público e o bem-estar da população, principalmente o fornecimento de água potável de qualidade e a coleta de esgoto com o seu subsequente tratamento adequado.

Eu pergunto agora a você, Vitor: a ANA está preparada para essa tarefa? O que falta? E como nós aqui, Senadores e Deputados, como o Congresso Nacional pode auxiliar?

Era isso que eu queria perguntar, Sr. Presidente, mais uma vez reiterando aqui sorte ao Vitor, e parabéns pela indicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senadora Leila. Com a palavra, Vitor.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Só um minutinho. E também dizer da minha satisfação em vê-lo, viu, Contarato?

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Aliás, a todos aqui. É uma satisfação enorme estar aqui, mesmo que seja presencial não com todos; e com todos os nossos servidores também, toda a assessoria. É um prazer enorme estar com todos vocês hoje aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – É recíproco.

**O SR. VITOR EDUARDO DE ALMEIDA SABACK** (Para expor.) – Obrigado, Senadora Leila, tão diligente no esporte, e a gente tratou muito sobre isso também.

Bom, a senhora me perguntou sobre se a agência está preparada, o que falta e como o Congresso pode auxiliar. Como a senhora mencionou, a agência vai dar normas de referência para o setor de saneamento. A agência é composta por um quadro técnico muito forte, eu acho que de excelência, e eu acho que, primeiro: capacitação, capacitação. Eu acho que a gente precisa capacitar os servidores que estão lá, para absorver esse novo regramento, essa lei. São muitas atribuições. Então, o que falta, certamente – os senhores sabem, eu não venho do quadro da agência, mas eu acho que, certamente, a questão é que talvez sejam necessários, sim, novos servidores para a agência. Eu não sei como é que está a agência, se, capacitando o quadro atual, a gente é capaz de absorver. Eu sei que a ANA tem uma luta hoje por, se eu não me engano, 40 ou 50 servidores, mas para tentar, já, especialistas. Então, é capacitar quem já está lá e talvez chamar, a depender da demanda, alguns servidores para compor o quadro, servidores já preparados e já experientes com o que a gente vai tratar.





SENADO FEDERAL  
Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que o Congresso Nacional fez um golaço com o novo marco do saneamento. Foi muito bom mesmo, e a ANA vai, sim, ter capacidade de absorver com muito sucesso as atribuições que lhe foram dadas.

Obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Obrigado, Vitor.

Com a palavra, a Senadora Soraya Thronicke.

**A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpellar.) – Caro Presidente Senador Fabiano Contarato, é um prazer enorme estar aqui. É o que eu digo a todos os colegas também, aos servidores: a gente fica feliz em poder trabalhar, a gente também sente saudades, saudades da correria daqui, das dificuldades, inclusive. E obrigada pela deferência. A gente briga, mas a gente se gosta muito. O dia que não pudermos ter diferenças nas nossas opiniões, aí vocês vão ver o Fabiano Cantarato bravo e a Soraya também, porque aí significa que a gente não tem liberdade de expressão. Então, é importante demais que tudo isso seja mantido, essa diferença é saudável, principalmente para a nossa democracia. Então, meu respeito sempre, apesar das nossas divergências.

Já está ficando difícil aqui, Vitor. Está ficando difícil, porque o Vitor é *hors-concours*, parece ser unanimidade, Vitor. Vamos lá, fiz algumas anotações, principalmente em relação àquilo que o Senador Major Olimpio disse, que você não está nos holofotes do dia a dia. Mas é bom que as pessoas saibam lá fora que as sessões, que as coisas aqui, não acontecem no dia da reunião, no dia da sessão, uma sessão plenária, mas que elas acontecem nos bastidores, na articulação, que é o mais difícil fazer.

Então, em relação a isso, eu quero lhe dar os parabéns pela sua capacidade, não só técnica, mas você consegue ganhar na articulação, porque você já tem a técnica, porque nós precisamos nos convencer tecnicamente, cientificamente antes de qualquer coisa.

Mas a capacidade técnica não basta se você não tem inteligência emocional para conversar com todos, como você conversa e articula e convence a oposição num tema tão difícil e abrangente como é a economia. A economia está em tudo. E durante todo esse tempo que eu te conheço – e você está aqui há muito mais tempo como Aspar, muito mais tempo do que nós os novatos –, mas nesse pouco tempo, nesse um ano e meio nós já vivemos uma boa vida juntos, e você nunca teve hora, nunca teve empecilho algum, sempre abrindo as portas com muita facilidade, com muita humildade, e conversando com todos de forma muito elegante e com muita discrição acima de tudo, principalmente tolerando os nossos dias mais difíceis aqui, porque nós temos exposto cada vez mais as nossas vísceras, e você, com educação, suporta o nosso nervosismo no dia a dia.

Parabéns em relação a isso, porque é de extrema importância. Nota 10 na capacidade de articulação, na humildade e em tudo que você demonstrou nesse tempo todo.

Eu quero colocar aqui para você uma coisa, e também é no sentido de deixar os brasileiros te conhecerem, dar tranquilidade a eles, principalmente em relação a Mato Grosso do Sul neste momento, porque estamos vivendo de incêndio, uma seca nunca vista nos últimos 60 anos. Os nossos rios estão perdendo a navegabilidade de forma assustadora. Eu sobrevoei o Pantanal, e o Rio Paraguai dá tristeza.

Nós sabemos que a natureza é resiliente, e, mesmo antes da chuva, foi lindo ver o lado que já havia sido queimado. Nós temos uma vegetação que aparece por cima do nível do solo, que nós temos ali, toda queimada e cinza, e a grama já está brotando, mesmo sem a chuva.







SENADO FEDERAL  
Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos confiança em Deus acima de tudo; confiança na força da natureza. Mas dessa sala de crise do Pantanal, que foi criada na ANA, eu gostaria de uma breve palavra, porque sei que o tempo é curto, não só para a população pantaneira, sul-mato-grossenses e mato-grossenses, onde nós temos o Pantanal, mas para o Planeta todo, para o Brasil inteiro ter tranquilidade quanto ao trabalho da ANA.

E por último – peço só mais um segundo, Sr. Presidente –, quero colocar que em relação ao marco do saneamento, essa universalização de serviços que foi colocada aqui... mas o foco na capacidade de investimento e que também não somos lobistas do saneamento, e sim liberais da economia. Isso é o mais importante para nós. Quanto mais investimento houver, e concorrência, melhor.

Eu não posso deixar de ressaltar aqui que essa questão de 25% de saneamento, que é o que temos, Senador Contarato, é o que temos no papel, porque muitas empresas que estão tocando o saneamento dentro do nosso País dizem – dizem – que submetem ao tratamento de esgoto "x"; porém, nós observamos agora, por conta da fiscalização de um Vereador chamado Vinícius Siqueira, Vereador lá de Campo Grande, capital do meu Mato Grosso do Sul... Esse Vereador, com um ano de trabalho, perícias e algo assim jamais visto, conseguiu trazer a lume, infelizmente, o esgoto que está dentro da nossa cidade de Campo Grande, e nós estamos pagando caro por isso. E o esgoto a céu aberto de áreas em que dizem que há tratamento. Não há. Eu coloquei meu salto alto, porque eu ando de salto, no esgoto, ali atrás do presídio de Campo Grande, do presídio estadual. Então é algo que nos deixa muito tristes.

Eu quero saber como é que vamos trabalhar. Se estamos analisando a capacidade de investimento dessas empresas, eu quero saber como será o *compliance* dessas empresas. Nós precisamos fiscalizar.

Eu estou aqui, olha, apoiamos a Lava Jato, apoiamos o combate à corrupção antes de qualquer coisa, porque isso significa saúde. E nós estamos enganados, e as políticas públicas estão sendo desenhadas em cima desses 25%, e temos empresas corruptas, sabe? Análise de contratos que estão matando nossos cidadãos, e nós estamos pagando por isso, enchendo bolsos de políticos que não merecem nossa credibilidade.

Temos perícias seríssimas em análise. Já conseguimos uma liminar, sendo que essa empresa já foi... Parabéns ao Judiciário, que tem agido com bastante rapidez. É o seguinte: ajuizamos uma ação civil pública pedindo a quebra do contrato; o juiz determinou a maior multa já imposta no Mato Grosso do Sul, de R\$500 mil por dia. Então, isso me deixa feliz, mas eu gostaria de saber como a ANA, como é que você vai propor um trabalho de *compliance*.

Muito obrigada. Parabéns. O meu voto, vou abrir meu voto, meu voto é "sim" mil vezes, Vitor. Parabéns. Parabéns por sua família, sua esposa, que tem que nos aturar telefonando à noite, não é?, a fim de trabalhar.

Muito obrigada!

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senadora Soraya Thronicke.

Com a palavra, Vitor.

**O SR. VITOR EDUARDO DE ALMEIDA SABACK** (Para expor.) – Obrigado, Senadora. Obrigado pelos elogios.





SENADO FEDERAL  
Secretaria-Geral da Mesa

Vamos falar um pouquinho sobre o Pantanal primeiro. A senhora perguntou sobre o Pantanal e falou sobre a agenda de *compliance*, como a ANA pode ajudar nessa agenda de *compliance* e fiscalização.

Falando um pouco sobre Pantanal, quero dizer que o Pantanal é a maior planície alagada do mundo e está sofrendo muito com a questão da seca. Então, é importante dizer que a seca é um evento climático. Não necessariamente significa uma crise hídrica. A gente está com uma seca muito severa no Pantanal. Há uma sala de situação instalada. E queimadas. Pela situação, há o combustível, porque a seca é muito forte. A queimada realmente está muito grande. Agora vai começar a temporada de chuva, então as queimadas certamente vão parar. Agora, é muito mais grave, não deve acabar isso da noite para o dia. A normalidade não vai chegar tão rápido.

Então me parece que é preciso cuidar da parte alta do Pantanal, Senadora, porque é onde são produzidas as chuvas. Enfim, chovendo um pouco mais, esperando um pouco, eu acho que a gente vai sim chegar à normalidade.

A sala de situação da ANA é o local adequado justamente para todos os interlocutores falarem, os usuários, enfim, dar importantes informações para a Defesa Civil, inclusive. Nessa sala de situação – é importante esclarecer –, a ANA cuida não só da quantidade de água, cuida da qualidade também.

Então, a ANA vai continuar monitorando após a seca porque são muitos resíduos dos incêndios e até animais, enfim, animais que foram para os rios. Então, essa qualidade da água também vai ser monitorada pela ANA e é isso, até por conta dos peixes da região. A região é famosa pelo turismo, pesca e tudo mais, então a gente vai continuar.

Sobre a agenda de *compliance* da ANA nas empresas de saneamento, a ANA, como a senhora mesmo disse, tem o papel de instituir normas de referência para o setor. A titularidade continua sendo do Município. Há agências municipais, agências regionais, agências subnacionais e é importante. A ANA vai sim regular, ela está começando a agenda.

Ela fez agora – eu tenho aqui – a consulta pública. Ela já iniciou, já colocou a consulta pública da agenda regulatória e é importante. A gente vai avançar sobre isso, essas regras de governança, essas regras de *compliance*, dar uniformidade, nivelar as informações para que todas as agências, na forma em que forem fiscalizar, tenham alguma uniformidade e também deem, claro, previsibilidade ao investidor, em vez de cada uma dar uma norma diferente. Então, a ANA tem esse papel de uniformizar, de nivelar.

Então, eu acho que a preocupação da senhora é super válida e é isso mesmo. Eu acho que tem que ter uma agenda forte de *compliance*, de fiscalização com as empresas de saneamento e abastecimento de água.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Satisfeita, Senadora?

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Presidente, eu faço questão de participar desta reunião para, em primeiro lugar, cumprimentando o Relator, Senador Eduardo Gomes, dizer que o Presidente da República premiou um servidor público que tem capacidade de diálogo, demonstrou competência num ambiente difícil, como já foi dito aqui pela Senadora Soraya, muitas vezes enfrentando rompantes, momentos de tensão, com muita serenidade.







SENADO FEDERAL  
Secretaria-Geral da Mesa

Como anteviu, previu e profetizou a Senadora Leila, que, entre outras artes, portanto, está se notabilizando pela previsão, eu aposto que ele vai ter uma votação unânime. Quer dizer, eu estou indo na jogada dela. A mão esquerda é dela, o voto é meu. A mão esquerda que eu estou falando no sentido físico, desportivo, para que não haja dúvida.

Então, nós estamos diante de um momento de mérito. Isso é bom para a política, é bom para este momento ruim que, sob vários aspectos, a gente vive, a começar pela pandemia, pelo que isso representa na nossa psique, no aumento das agressões dentro de casa, com a mulher, da mulher com o marido, com as crianças, com animais domésticos. É um momento difícil. Então, ter um momento de mérito é bom, melhora a média.

Finalmente, quero – após a pergunta da Senadora Leila – só focalizar um aspecto. Faço votos de que você faça um bom trabalho. A ANA não vai ter 5 mil fiscais. Então, eu gostaria de lhe sugerir, como já sugeri ao Senador Nelsinho Trad, que é o Relator do estatuto do Pantanal...

Eu sou um intrometido de boa-fé, com remorsos nesta Comissão, na Comissão do Pantanal, mas acho que o remorso é uma energia muito boa, limpa. Lucas Barreto, por exemplo, é movido pelo remorso, não se sabe o que ele fez, mas se sabe que ele está fazendo coisas boas. Está bom, deixa, não precisa perguntar qual é a causa. Então, eu quero lhe sugerir...

Eu vou aqui fazer uma pequena referência pessoal: há dez anos eu defendi a minha tese de doutorado, aos 62 anos de idade, "Gestão Pública por Indicadores de Sustentabilidade e Utilização de Observatório Urbano". A base dos indicadores de sustentabilidade é a vida e um dos fundamentos básicos da vida... Você quer saber se existe ou se existiu vida no planeta Marte, o que você procura? Sinal de água.

Então, eu consegui no Código Florestal, por exemplo – estou cobrando o cumprimento do art. 73, já que o senhor falou... Aquele artigo foi colocado por minha insistência junto a Aldo Rebelo. Agora estou propondo que o estatuto do Pantanal tenha.

E eu sugiro, só há uma maneira de a ANA regular e premiar quem consegue melhores resultados e corrigir – para não dizer punir, porque não interessa, tem que corrigir: é a utilização dos indicadores de sustentabilidade conectados com a água. Se o senhor se interessar por isso, eu vou lhe indicar o que a USP tem trabalhado sobre isso, o que os autores mais modernos têm feito para transformar os indicadores de sustentabilidade, os seus números, as suas comparações em gol. Gol. Sabe o que é gol? Comemorei, melhorei em relação ao todo. Meu indicador era pior, agora é melhor. Essa competição é que pode nos mover para fazer o bem. Se você fizer o bem, você vai merecer crescer ainda mais.

Saúde, sucesso e, se Deus quiser, unanimidade. Isso porque eu tenho certeza de que o Major Olímpio já foi embora.

Um abraço!

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Neste momento, passo a palavra ao meu amigo querido, Senador Eduardo Girão.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Paz e bem! Meu Presidente, Senador Fabiano Contarato, que honra, que alegria estar revendo aqui o senhor, todos os colegas Senadores: o Esperidião Amin, a Leila, o Fagundes, a Soraya, o Lucas, o Diego, nosso novo colega aqui. É uma alegria poder compartilhar deste momento de recomeço.





SENADO FEDERAL  
Secretaria-Geral da Mesa

Particularmente, eu fiz questão de estar hoje nessa sabatina. Eu pedi ao nosso Líder Alvaro Dias para me incluir como quinto suplente e conseguir votar, porque eu acho que, como muito bem colocou o Senador Esperidião Amin, meritocracia está prevalecendo aqui.

Então, é um momento histórico.

Tenho que parabenizar o Presidente da República. Por mais que tenhamos algumas divergências em alguns pontos, é uma decisão acertada da indicação do seu nome, Vitor, porque a gente sabe da sua capacidade de diálogo, da sua dedicação de, em altas horas da noite, várias vezes, estar nos gabinetes, seja de Senador com corrente ideológica de um lado ou de outro. Você está sempre ouvindo, tentando conseguir um entendimento. E é disto que este País precisa, cada vez mais: esse tipo de profissional.

Então, eu acho que a ANA ganha muito com a sua presença. Daqui a pouco, a gente vai confirmar isso. Acredito que a gente teve um golaço, como você falou. Acho que você falou uma expressão que eu até já disse outras vezes também. Foi um golaço, Senador Diego, porque foi uma conquista.

Inclusive o meu colega lá do Ceará, Senador Tasso Jereissati, foi o Relator e mergulhou: fez vinte e tantas audiências públicas, ouvindo diversas correntes, Senadora Leila. Foi realmente assim... Isso nos dá muita esperança, para que nós diminuamos aí esse grande fosso que existe no País e que repercute na questão social, na questão do meio ambiente, na questão econômica, que é a questão do maior bem que nós temos aqui no Brasil, que é a água.

O Senador Fabiano sabe muito bem disso. É o mundo todo de olho no Brasil, e precisamos ter muita responsabilidade, porque é o futuro das gerações, dos nossos filhos, dos nossos netos e das próximas gerações.

E, sobre a questão do esgoto, o senhor falou um dado aí que é extremamente verdadeiro e que a gente precisa estar sempre lembrando: para cada real investido no saneamento, você tem três ou quatro economizados, poupados na saúde pública.

É algo que não é colocado em campanha, Senador Diego, Senadora Soraya, porque infelizmente a mentalidade de grande parte dos nossos políticos no Brasil é o efeito ali eleitoral, muito rápido. Isso não aparece para a população, porque é embaixo. E a gente tem que quebrar esse paradigma, para o bem, para a saúde do nosso povo, porque a verdade está muito na cara hoje em dia.

Então, a gente precisa estimular esse investimento. Acredito que o Marco do Saneamento libera o campo, desburocratiza.

Eu quero, só para terminar, fazer uma pergunta aqui sobre o Rio São Francisco, sobre a questão de como ele vê a questão da transposição, enfim, que é muito importante para a nossa região – não é, Senador Diego? –, muito importante.

Agora, eu queria lembrar aqui, para a gente ter uma noção da capacidade do sabatinado, um fato que muito me marcou neste pouco tempo. Ele é muito querido, tanto é que foi muito concorrido aqui, muita gente chegando antes para participar.

Houve um fato, Senador Fabiano, que aconteceu e eu quero testemunhar: existe uma legislação, uma regra, um regramento, há muitos anos no Brasil, de que, quando você demite um empregado, você só pode contratar depois de seis meses. E é lógico isso para evitar fraudes, um combinado entre o patrão e o empregado para depois o cara ficar, durante um tempo, no seguro-desemprego. E nós estamos num momento de exceção, nós estamos num momento de exceção. E a gente tinha que facilitar a retomada o quanto antes. E um empreendedor que participa do Sindiquimica, lá do Estado do Ceará, de Maracanaú, o





SENADO FEDERAL  
Secretaria-Geral da Mesa

Armandinho, me ligou – isso era no começo de julho – e disse: "Senador, será que não é hora de, por causa da pandemia, a gente está vendo aí muita gente desempregada, muita gente, e a economia começa a dar pequenos sinais de retomada... Por que a gente não abre uma exceção, neste momento, com relação a esta regra que existe há décadas?". E daí eu disse: "Poxa. É óbvio. É claro, eu vou levar essa proposta". E adivinha quem eu fui procurar para falar sobre a ideia por telefone? Eu estava em Fortaleza, eu falei com o Vitor: "Vitor, está acontecendo isso". Ele: "Espera aí. Poxa, que sacada!".

Eu fiz um ofício, Senadora Leila Barros, para oficializar, mandei para o Ministério da Economia, nem falei com o Ministro, entreguei, acreditei que iria ter um processo normal e que iria tramitar. Quinze dias depois, apenas quinze dias depois – eu tenho que dar este testemunho, porque isso mostra o quanto nós avançamos com relação à mentalidade de desburocratização, de agilidade –, o Vitor me liga e diz: "Senador, o senhor já viu o *Diário Oficial* de hoje?". "Eu não". Estava lá com outras atividades e não vi. "Olha, aquela ideia já está publicada, pode avisar os empreendedores que o senhor conhece para reativar os empregos e tudo, porque foi resolvido".

Então, este é o Vitor com a equipe, porque ninguém faz nada sozinho, mas eu tenho certeza de que você vai fazer muitos golaços e o Brasil vai ganhar com a gestão da ANA.

Que Deus abençoe a sua jornada, que você continue uma pessoa serena como sempre.

E a pergunta que faço é a questão do nosso querido Rio São Francisco. O que é que o senhor tem de ideias? O que a gente pode colaborar também aqui no Senado? Porque essa é a grande salvação lá do nosso povo e a ansiedade é grande. A gente espera poder colaborar, trabalhar juntos.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Com a palavra o sabatinado Vitor Saback.

**O SR. VITOR EDUARDO DE ALMEIDA SABACK** (Para expor.) – Senador Girão, obrigado pelo elogio e pelo testemunho.

Senador, falando um pouco do Rio São Francisco. É incontestável, de fato, a importância do Rio São Francisco e da transposição para os Estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. Então, isso é incontestável.

Eu vou falar um pouquinho do cenário atual. É uma obra que está muito perto de ser concluída a transposição, e a gente tem um desafio hoje de como manter essa transposição, como manter. O custo é muito alto, então a gente tem um gasto de energia muito grande para bombeamento da água. E, lá na concepção inicial, a União ficou com a infraestrutura e os Estados ficaram com a manutenção. Hoje esse assunto está na Câmara de Conciliação da AGU. A gente vai tratar da melhor forma possível, mas certamente vai se chegar a um entendimento porque é uma obra importantíssima para o País, principalmente para a região. Então, eu acho que é isso.

Há um programa dentro da ANA que chama Produtor de Água, que é o pagamento por serviço ambiental. É um programa extremamente bem-sucedido, é um programa que remunera o agricultor para ele preservar as nascentes, para ele preservar as matas ciliares. Então, é importantíssimo! E eu acho que, sim, isso poderia ser até estendido, difundido e talvez em toda a Bacia do São Francisco, porque é fato que, lá no passado, quando se falou em transposição, falou-se em transposição e revitalização do Rio São Francisco. Então, avançou-se muito na





SENADO FEDERAL  
Secretaria-Geral da Mesa

transposição, e, sobre a revitalização, a gente tem uma agenda para cumprir ainda. Conte comigo para atuar nela.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Vitor.

Com a palavra o Senador Diego Tavares.

**O SR. DIEGO TAVARES** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para interpelar.) – Vou tirar a máscara um pouquinho aqui.

Boa noite, Presidente. Para mim é um prazer muito grande estar aqui ao lado de todos vocês, Senadores. Até me permita aqui, como disse um colega Senador mais cedo, a pandemia mudou muito: antes era Daniella, agora quando vem é Diego. Houve essa alteração, mas é um prazer muito grande poder estar aqui. E também não estava presente, não pude votar no marco – não estava aqui, estava a Senadora Daniella –, que é extremamente importante. Eu sei dessa necessidade, principalmente pela nossa região, Senador Eduardo Girão, da importância que há de a gente ter uma política pública com prazos, com metas, com ações extremamente importantes.

Também aqui, Vitor, me surpreendi com a forma como você é querido, pela sua competência, pela sua forma de agir. Eu o conheci hoje pessoalmente, mas, desde a última sexta-feira, quando já, com a equipe do gabinete, pedi a relação das pessoas para que pudesse, durante o final de semana, analisar as indicações, o quadro técnico, das primeiras que chegavam para mim já se relatava: "Olha, há a indicação de Vitor". E, desde o fim de semana e hoje durante o dia, houve essa ponderação sobre a forma como você conduz, e isso mostra muito a competência, a forma de agir. Eu até me permito uma brincadeira, que eu dizia à minha equipe: "Eu acho que Vitor vai ter 82 votos." (*Risos.*)

Pela forma como ele está... E ficou clara aqui, na própria reunião, a forma como vem fazendo.

Eu iria falar alguns números em nível nacional, mas já foi aqui bem discutido, bem relatado. Permitam-me aqui falar um pouco do meu Estado, do qual vou abordar alguns números, pela importância e a necessidade para que possa fazer a pergunta.

Sou do Estado da Paraíba, onde mais de 2 milhões de paraibanos não têm acesso a coleta de esgoto. Isso dá um tamanho de 60% de cidades do meu Estado que não têm um plano, melhor dizendo, só 30 cidades têm um plano de saneamento, dos 223 Municípios. Isso ocasiona que 60%, hoje, do povo da Paraíba tenham doenças causadas pela falta de saneamento, então, mostra a importância que se tem.

Vem aqui a primeira pergunta.

Um dos papéis da ANA é a edição de normas para definição de metas claras de expansão e atendimentos a serem cumpridos que, muitas vezes, não existem pela incapacidade do Município de elaborar um edital ou estabelecer suas prioridades em saneamento. Como a ANA – o senhor chegando lá, porque aqui está claro da forma como será conduzido e será indicado – atuará como auxiliar aos Estados e Municípios a superar esses desafios?

Aqui abordarei outro tema, que é a questão... Com o novo marco, a ANA passa a contribuir para a Política Nacional de Resíduos Sólidos, como dito aqui. No meu Estado, 85% dos Municípios da Paraíba ainda não conseguiram se livrar dos lixões, algo que já é proibido desde 1981. Nós temos um Ministério Público atuante na Paraíba, que já conseguiu 147





SENADO FEDERAL  
Secretaria-Geral da Mesa

assinaturas de acordo com os Municípios, mas alguns Prefeitos ainda têm resistência para que se possa assumir esse compromisso.

Diante das dificuldades impostas pela pandemia já existente da Covid, V. Sa. saberia especificar como está a elaboração desses planos? Quais as expectativas regulatórias da ANA para o cumprimento de metas estabelecidas para o novo marco do saneamento?

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Diego.

Com a palavra...

**O SR. VITOR EDUARDO DE ALMEIDA SABACK** (*Fora do microfone.*) – Poderia repetir só o finalzinho?

**O SR. DIEGO TAVARES** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. *Fora do microfone.*) – Vou repetir a pergunta.

**O SR. VITOR EDUARDO DE ALMEIDA SABACK** – Está bom.

**O SR. DIEGO TAVARES** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Diante das dificuldades impostas pela pandemia da Covid, V. Sa. saberia especificar como está a elaboração desses planos? Quais as expectativas regulatórias da ANA para o cumprimento das metas estabelecidas pelo novo marco do saneamento?

**O SR. VITOR EDUARDO DE ALMEIDA SABACK** (Para expor.) – Sim.

O senhor fala de resíduo sólido? De resíduo sólido também.

Eu queria colocar que a ANA já colocou em consulta pública a agenda regulatória para os resíduos sólidos. É importantíssimo regular a questão dos lixões, já passou da hora e, certamente, pelo que tive notícia, a agenda deve avançar com mais vigor no primeiro trimestre de 2021, essa agenda de resíduos sólidos.

O que é importante dizer é que a instituição vai atender. Primeiro ela vai atender o prazo estabelecido em lei e é por isso que ela já está lançando a consulta pública. É importante colocar também que as agências subnacionais, antes de nós realizarmos as normas de referência, são ouvidas, são fortalecidas, enfim, são capacitadas para que, quando entrarmos com as normas de referência – se eu for aceito por V. Exas. –, haja uma tranquilidade na implementação.

Então, além disso, eu acho que também há uma questão importante que a lei determinou, a instituição de tarifas, taxas, nessa questão. Isso é importantíssimo, porque dá viabilidade para se tratar um grande problema. A questão dos lixões vem se arrastando por anos por conta da viabilidade. Então, a partir do momento em que o novo marco chega e encontra uma fonte de financiamento adequada, eu acho que a gente tem solução, sim. E a ANA vai se debruçar sobre esse assunto. Eu tenho certeza.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Vitor.

Imediatamente, eu passo ao meu querido amigo Lucas Barreto. Eu quero aqui registrar, Lucas, que você foi extremamente compreensivo com a designação da relatoria do Eduardo Gomes. Fiquei muito feliz também com a sua demonstração de confirmação do nome do sabatinado.

**O SR. LUCAS BARRETO** (PSD - AP. Para interpelar.) – Sr. Presidente Fabiano Contarato, Sras. Senadoras, Soraya, Senadora Leila, meu querido amigo Wellington... O Senador Esperidião Amin já saiu porque ele me falou que havia batido um recorde novo no







SENADO FEDERAL  
Secretaria-Geral da Mesa

Senado. Ficamos o dia inteiro aqui, em três Comissões, esperando o Vitor. Então, nós passamos mais tempo aqui esperando-o, Vitor, do que o Davi passou para ser Presidente sentado naquela cadeira lá. Mas ficamos com o maior prazer, porque não é só o mérito de técnico, do conhecimento que você tem. Você tem uma virtude, que é a humildade. Então, sempre tratou todos aqui, sempre buscou resolver os problemas do Estado, dos Estados, através dos Senadores que representam os Estados. E isso fez com que você... Chamo-o de você porque tenho essa liberdade. E não é porque nós, dentro do Ministério, conseguimos resolver alguma coisa. Você sabe que eu não consegui resolver uma portaria lá para o meu Estado, que está precisando, mas que está sendo encaminhada.

Mas você se dedicou mesmo a esse marco novo, a esse marco regulatório, que foi muito importante para os Estados, porque capital não tem pátria. Ele está onde está dando lucro. E com a possibilidade de termos as concessões, nós com certeza vamos avançar muito. Eu falo isso porque o meu Estado tinha 3% de esgoto, por exemplo, de tratamento de esgoto. Com os programas Minha Casa, Minha Vida e com muitos conjuntos habitais sendo formados, nós temos 7% hoje, o que é muito pouco. Você imagina um Estado pobre, que está do outro lado da Amazônia. Quanto à água, nós temos um problema grande lá, porque estamos em cima do Aquífero Guarani, às margens do Rio Amazonas, o maior rio do mundo, e falta água na cidade. Na maioria das vezes, a gente consegue ter água encanada, não é tratada. Então, você imagina os problemas que os Estados têm e que você, eu tenho certeza, nessa agência, vai conseguir nos ajudar para que a gente possa buscar as soluções para esses problemas, principalmente dos Estados amazônidas.

O Amapá tem cinco biomas. O Estado é dividido pelo Rio Araguari, que era o antigo rio da pororoca, mas, com a construção de três hidroelétricas lá, sem consultar o povo amapaense, acabou tudo. Acabou a pororoca, assoreou o rio e houve vários outros problemas. Esse rio corta cinco Municípios e nós sempre lutávamos para que um programa de qualidade total das águas pudesse atingir todos esses Municípios, e nunca conseguíamos acessar recursos para nada.

Sempre faltava alguma coisa. A compensação dessas três hidroelétricas, por exemplo, na última que foi feita, que é a de Cachoeira Caldeirão, só para ter ideia, disseram que ia inundar 42 quilômetros e inundou 70. Não cumpriram a responsabilidade social, porque tiraram os ribeirinhos e os abandonaram à própria sorte. Só para ter ideia, nem um sistema de energia solar deram para os remanescentes, nada. Eles não têm acesso... Na Cachoeira Santo Antônio, uma comunidade na margem da cachoeira não tinha energia até pouco tempo atrás. Então, você imagina o que a gente sofre. A responsabilidade social e ambiental não foi cumprida, não foi cumprida, entendeu? Impuseram-nos o linhão de Tucuruí lá para buscar essa energia e nos impuseram a energia mais cara do Brasil. Então, são questões que o Amapá vive.

E, por último, queriam responsabilizar o Estado do Amapá – e eu ouvi isso aqui no Senado – pelas queimadas do Pantanal, pelo acúmulo lá de matéria orgânica, que culminou... Matérias orgânicas, todo mundo sabe, liberam gases. E isso faz com que o fogo tome proporções, não é? Mas querer culpar a Amazônia, o Amapá? O meu Estado lá reduziu em 90% as queimadas. Nós somos o Estado mais preservado do mundo. E aí você sobrevoa o Matopiba aqui, onde não pega fogo. Por quê? Porque são áreas de agricultura, não tem como pegar fogo. Saiu uma safra e já está o pivô irrigando. Então, 73% do Amapá são preservados. Impuseram-nos isso, nos impuseram... Senador Esperidião Amin, lá há o Parque Nacional das Araucárias, de 100 mil hectares, mas lá no Amapá criaram um de 3,8 milhões de hectares. Isso





SENADO FEDERAL  
Secretaria-Geral da Mesa

é um absurdo! A gente também vai rever isso aqui no Senado para que cada Estado tenha uma média de acesso ao desenvolvimento, de poder usar as terras. E nós não conseguimos usar... Lá há guerra de instituições: Incra e MAPA. Nós não conseguimos regularizar até hoje os cidadãos do Amapá. Os assentados do Incra não conseguem regularizar as suas terras. O Incra assentou lá 16 mil parceiros e os abandonou à própria sorte, e 14 mil vieram para a cidade, estão desempregados. Eu até tive uma discussão com o Senador Paulo Paim, ele questionando as queimadas da Amazônia, muitas delas provocadas pelos nossos humildes trabalhadores rurais em suas pequenas plantações de subsistência. E eu propus ao Senador Paim que a gente fizesse uma troca – assentaram 16 mil parceiros lá: que a gente levasse esses que ficaram e os que saíram lá para o Rio Grande do Sul e desse aquela área tratada, com cooperativa, com insumos, com financiamento, com tudo. Como ele vai sobreviver lá no meio da mata sozinho?

Então, nós vamos ter a oportunidade agora, porque a Codevasf também vai atender o Amapá, o Rio Amazonas. Nós vamos poder ter você lá para nos ajudar, orientando.

Então, muito feliz, fui o primeiro a votar "sim".

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador.

Passo a palavra imediatamente ao último Senador inscrito, o Senador Wellington Fagundes.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpellar.) – Vou tirar também aqui a nossa máscara.

Eu quero cumprimentar todos os Senadores aqui em nome da nossa Senadora Soraya Thronicke, a nossa Presidente da Comissão de Agricultura e também companheira da Comissão Externa do Pantanal.

Eu queria, inicialmente, aqui, cumprimentar o nosso Presidente Fabiano Contarato, cujo nome eu nunca mais vou errar.

Nunca mais, Fabiano. (*Risos.*)

Mas quero, aqui, cumprimentar também o nosso Senador Eduardo Gomes, que foi o Relator, que, brilhantemente, fez esse relatório e todos os Senadores.

Eu fiz questão de estar aqui, Vitor, porque eu gostaria de testemunhar tudo que já falaram aqui e dizer que entendo que você hoje está maduro, está pronto para exercer o cargo para o qual nós estamos te sabatinando. Sei que muitos aqui lhe fizeram elogios exatamente pela sua experiência, pelo seu trabalho. Falou-se da humildade. Está aqui a sua esposa, o que, também, claro, representa a família, que é a base de tudo.

Coincidentemente, Senadora Soraya, nós estivemos na Antártida juntos, visitando o Programa Antártico, que é, talvez, um dos maiores investimentos que o Brasil tem feito. Pensando em quem? Nas futuras gerações, porque a Antártida é cobiçada, claro, e o Brasil está lá com sua bandeira cravada. Portanto, isso é um trabalho dos brasileiros e que não é de um governo. Por isso, eu sempre tenho aqui a preocupação com que áreas como essa a gente não pense como política de governo, mas como política de Estado, para planejar as coisas para que a gente possa usufruir hoje, mas também, acima de tudo, amanhã.

Então, por isso que eu falei que V. Sa. está preparado, pois está preparado política e tecnicamente, técnica e politicamente, porque eu acho que isso é importante.







SENADO FEDERAL  
Secretaria-Geral da Mesa

Hoje mesmo eu conversava com alguém de uma das agências que vai assumir a Superintendência da Antaq, inclusive, e dizia exatamente dessa necessidade de compreensão do papel de cada um. Nós estamos aqui, no Parlamento, legitimamente, representando a população, mas temos também todas as nossas dificuldades para atender os anseios daqueles que estão lá nos esperando, no dia a dia da saúde, neste momento da pandemia que vivemos, e, claro, com isso, então, há a responsabilidade... Eu tenho certeza de que o resultado dos votos aqui vai traduzir a unanimidade, acredito, exatamente porque você construiu isso. Primeiro, com um conhecimento técnico, que é uma coisa para a qual você trabalhou, que você conquistou, enfim, e agora também com um conhecimento político, com essa relação com todos aqui. Muitos que estão nos vendo pensam "mas a sabatina não é para você acossar, para você apertar o sabatinado?" É principalmente também para valorizar e reconhecer aquilo que cada um aqui está fazendo com seu trabalho, que está aqui se expondo; não é só para buscar a fragilidade daqueles que são sabatinados. Não! É exatamente para mostrar que nós queremos aqui a parceria para que todas as agências tenham sua independência, sua autonomia, tenham o seu trabalho para que a gente possa melhorar a qualidade do serviço público e aí, sem dúvida nenhuma – será feito em colegiado –, exatamente por essa capacidade de articulação, eu tenho certeza de que será fundamental a sua presença lá na ANA.

E a ANA, nome feminino, um nome tão dócil e importante, não é só pelo aspecto de valorização da mulher neste momento que eu estou falando isso não, mas exatamente pelo que representa essa agência, principalmente na qualidade de vida.

Aqui, alguns falaram... Por exemplo, minha esposa estudou em Manaus, e, Senador Contarato, você chegar em Manaus, uma cidade cercada de água, e não haver água potável para a população, porque, infelizmente, a população está ali vivendo em palafitas... Então, é uma situação realmente complexa.

Eu quero parabenizar já a ANA pela Sala de Crises, agora, em relação ao Pantanal. Eu tive oportunidade, inclusive, de conversar com o próprio Vitor, e aí, a ANA, inclusive, fez o trabalho em relação ao Pantanal... Eu, como Presidente desta Comissão, quero agradecer a todos.

Agora começa a chuva, o fogo acaba, mas o problema é o seguinte: como que nós vamos cuidar das pessoas e daquele meio ambiente? E aí, sem dúvida nenhuma, Vitor, são as cabeceiras, é lá em cima onde está o problema do assoreamento, do esgoto, do lixo, tudo que chega lá, mas, acima de tudo, lá vivem pessoas, seres humanos, de quem nós temos que cuidar também.

Então, eu quero já, nós estamos aqui para concluir o nosso relatório. Vamos ver se a gente consegue apresentar esse Estatuto do Pantanal, poder votar, trazer segurança jurídica, mas também, concomitantemente, a Senadora Soraya tem falado muito, nós temos que cuidar da economia, também, do Pantanal, porque, quando as pessoas estão lá abandonadas, a possibilidade de depredar é muito maior. Mas o pantaneiro não; ele está lá, sofrendo as consequências. É pior ainda.

Então, lá existem os índios, existem os quilombolas, existem os ribeirinhos, existem os investidores, seja o pequeno ou o grande, aquele que acreditou no turismo, naquele potencial, e, se está destruindo o turismo, está destruindo também a sua capacidade de geração de emprego e de renda.

Então, Senador Contarato, V. Exa., que vai estar conosco também, nos ajudando, já está nos ajudando muito, eu quero pedir aqui a V. Exa... É a primeira vez que estou aqui, claro,





SENADO FEDERAL  
Secretaria-Geral da Mesa

depois dessa situação que vivemos, eu também contraí a Covid... Felizmente, tudo bem, eu estou bem, não tive problemas maiores, mas eu penso que nós temos que construir sim o futuro. E eu acho que o futuro, nessa área ambiental, é fundamental.

E aí, eu quero aqui pedir a V. Exa., como Presidente da Comissão... Eu não vou fazer nenhuma pergunta, porque ele já demonstrou o seu currículo, está aqui, a sua competência, toda a sua vida dedicada. Então, eu quero aqui, exatamente, me dirigir a V. Exa., no sentido de que a gente possa também, na Comissão do Pantanal, e agora mais, junto com a ANA e com os outros organismos, buscar rumos e, principalmente, solidez nos nossos projetos.

O Brasil é um país que não tem tradição de planejamento. Então, não adianta a gente ficar acusando esse ou aquele. Nós temos que encontrar a solução. Claro que não vamos encontrar a solução de todos os problemas, mas minimizar os problemas, principalmente esta Comissão aqui, que tem essa responsabilidade, e V. Exa. tem uma sensibilidade muito grande, conhecimento também, porque é um profissional do Direito, delegado de polícia, que conhece a realidade. Agora o Presidente sancionou o Código de Trânsito, viu muito bem o seu depoimento, a sua fala: num País como este – porque existem guerras no mundo, de que a gente fala tanto, e aqui morre mais gente de acidente de trânsito, e morre gente de fome, morre gente de falta de saneamento e tudo o mais.

Então, Vitor, parabéns para você, que Deus o abençoe, que o ilumine, e que você possa servir muito mais ainda ao nosso País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Wellington. Quero deixar claro para V. Exa. que podem contar comigo também com esse objetivo. Claro que às vezes eu faço as minhas críticas, pontuo, porque a responsabilização tem que ocorrer, mas para construir uma pauta em que perfeitamente seja possível a sustentabilidade caminhar de mãos dadas, com geração de emprego e de renda, diminuindo a desigualdade social.

Eu não poderia deixar aqui de destacar a participação dos internautas pelo portal e-Cidadania. Vou apenas consignar as perguntas, devido ao adiantado da hora, e pedir a compreensão do sabatinado para que responda, por gentileza, a estes questionamentos: O Tarlei Filho, de Minas Gerais: "O senhor está disposto a proibir a utilização de flúor em nossa água, assim como acontece nos países desenvolvidos?"

Malu Ribeiro, de São Paulo: "A Política Nacional de Recursos Hídricos é fundamental para a segurança hídrica. A ANA vai garantir governança e equilíbrio entre atribuições?"

Gaetan Dubois, do Distrito Federal: "O que constitui o Plano Nacional de Recursos Hídricos e quais os órgãos responsáveis pela sua elaboração? Qual o seu objetivo?"

Essas palavras estão consignadas, serão respondidas pelo sabatinado, e espero que responda por *e-mail* aos internautas.

Passo a palavra...

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, eu só quero registrar esse trabalho do Vitor aqui, como assessor parlamentar que faz essa mediação entre todos nós também, dos Ministérios, porque eu estou aqui também por uma exigência da minha assessoria. Eu falo em nome do Fernando, da Marisa, que falaram: "Olha, Senador, o senhor tem que ir lá, porque todos nós sempre tivemos um bom relacionamento, sempre fomos muito bem atendidos pelo Vitor, então o senhor registre lá, em nome de todos nós".





SENADO FEDERAL  
Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. VITOR EDUARDO DE ALMEIDA SABACK** – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado

Independente/REDE - ES) – Eu agradeço mais uma vez e, antes de passar a palavra para o Vitor para as suas considerações finais, eu quero aqui deixar claro a minha alegria e o meu agradecimento à Comissão do Meio Ambiente, aos servidores, ao Airtton, ao pessoal da TV Senado, aos servidores terceirizados, que são verdadeiros guerreiros.

Eu não canso, desde o primeiro dia, Senador Wellington, quando eu tomei posse aqui. Durante 27 anos eu fui utilizado pelo Estado para agir de forma contundente só contra o pobre afrodescendente semianalfabeto, quando os crimes de maior prejuízo quem pratica... Infelizmente, são crimes praticados por políticos. Porque quando se desvia verba da saúde, por exemplo, você está matando a universidade para uma universalidade de pessoas; quando você desvia verba da educação, você está matando o sonho de milhões de jovens. Infelizmente, o perfil socioeconômico de quem está preso é esse, e eu fui utilizado pelo Estado, só para atuar de forma contundente contra essa população.

Qual o percentual da população carcerária, por exemplo, que é composta por crimes contra a ordem tributária, contra o sistema financeiro, crimes de sonegação fiscal, crimes de colarinho branco, corrupção ativa, corrupção passiva, peculato, concussão? Infelizmente não há! E esses são os crimes que mais fazem sangrar o País.

Por que que eu estou falando isso? Porque o Estado criminaliza a pobreza, como se o pré-requisito para ser criminoso fosse ser pobre. Eu não vejo a polícia dando geral nos bairros nobres, em *playboys*, em filhos da classe alta, mas eu vejo a polícia fazendo isso diuturnamente com os filhos dos pobres, como se o pré-requisito para ser criminoso fosse ser pobre.

Aqui nesta Casa, infelizmente – eu tenho vergonha de falar –, se criminaliza a pobreza. Eu vejo servidores efetivos e comissionados não passando pelo sistema de detecção de metais, Vitor, mas eu vejo os terceirizados passando.

Então, isso, como cidadão, e eu falo como cidadão, porque eu aprendi, nos bancos da faculdade, que a premissa, o abre-alas da nossa Constituição é o princípio da igualdade. O art. 5º diz: "Todos são iguais perante a lei".

Então, eu faço aqui a minha homenagem a todos os servidores, aos funcionários terceirizados, que são guerreiros, que estão aqui, expondo suas vidas em situações, às vezes, não tão satisfatória como outros servidores desta Casa.

Muito obrigado. Desculpe o desabafo, mas eu tenho... Platão falava que a sabedoria está na repetição, e eu sempre tenho feito isso. Enquanto Deus me der vida e saúde, eu vou estar lutando para reduzir essa desigualdade que, inclusive, afeta aqui o Senado da República Federativa do Brasil.

Muito obrigado.

Passo a palavra ao Vitor Saback.

**O SR. VITOR EDUARDO DE ALMEIDA SABACK** (Para expor.) – Obrigado pelas palavras, Senador Wellington Fagundes.

Presidente, eu queria colocar que eu não esperava tanto carinho dos Senadores. Obrigado, Senadora Soraya, Senador Lucas, ao senhor, Senador Wellington, obrigado mesmo.

Eu quero dizer que todo o meu empenho, toda a minha condição de articular, todo esse meu interesse em buscar soluções para o País que a senhora viu, Senadora Soraya, Senador Lucas, Senador Wellington, Senador Presidente Fabiano Contarato, eu vou usar isso para o





SENADO FEDERAL  
Secretaria-Geral da Mesa

setor de águas, eu vou usar isso para o setor de saneamento. E eu espero contribuir para que, logo, logo, a gente tenha uma nova realidade em nosso País. Esse é o meu objetivo e é com isso que eu me comprometo com V. Exas. Está bom?

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Vitor.

Declaro encerrada a votação...

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Só faltou o agradecimento à esposa, que está aqui até agora. *(Risos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Solicito à Secretaria que proceda à apuração dos votos.

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Concluída a apuração, comunico que a Comissão do Meio Ambiente aprovou a indicação do Sr. Vitor Eduardo de Almeida Saback para o cargo de Diretor de Diretor da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico com os seguintes votos:

Votaram SIM 12 Senadores.

Nenhum voto NÃO.

Passa o relatório do Senador Eduardo Gomes a constituir parecer favorável desta Comissão à indicação.

A matéria vai ao Plenário.

Dadas as condições extraordinárias nas quais estamos trabalhando, gostaria de propor a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

Muito obrigado a todos.

*(Iniciada às 19 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 21 horas e 23 minutos.)*



Fale com o Senado  
**0800 61 2211**

 /senadofederal  
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO  
FEDERAL**

